

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

SARA DE OLIVEIRA SILVA LIMA

O SISTEMA DE JUSTIÇA E A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA: a experiência das varas criminais especializadas de Recife

Recife

SARA DE OLIVEIRA SILVA LIMA

O SISTEMA DE JUSTIÇA E A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA: a experiência das varas criminais especializadas de Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Direitos Humanos.

Área de Concentração: Direitos Humanos

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria José de Matos Luna

Catalogação na fonte Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

L732s Lima, Sara de Oliveira Silva

O sistema de justiça e a proteção da criança e do adolescente vítima de violência: a experiência das varas criminais especializadas de Recife / Sara de Oliveira Silva Lima. – Recife, 2019.

135f.: il.

Orientadora: Maria José de Matos Luna.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, 2019.

Inclui referências e apêndice.

1. Varas especializadas. 2. Crimes contra criança e adolescente. 3. Proteção integral. 4. Vítima de violência. I. Luna, Maria José de Matos (Orientadora). II. Título.

341.48 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2019-84)

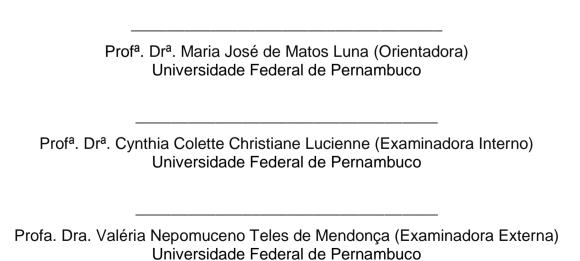
SARA DE OLIVEIRA SILVA LIMA

O SISTEMA DE JUSTIÇA E A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA: a experiência das varas criminais especializadas de Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Direitos Humanos.

Aprovada em: 04/02/2019.

BANCA EXAMINADORA



Dedico esse trabalho a minha mãe, Odete e a Edson, Bia e Sofia, pelo apoio, incentivo e razões da minha luta em defesa dos direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência. Dedicatória especial: Professor Luís De La Mora, pela sua militância incansável em favor de criança, adolescente e moradia digna no Recife.

AGRADECIMENTOS

A Deus, toda honra e toda glória.

A minha família, especialmente Abraão Lima e Edneide Lima, que dobraram seus esforços nos cuidados com minha mãe, nesse período de maior ausência minha.

As minhas amigas e irmãs, Andrea Ferreira, Fernanda Fernandes, Grace Mendes, Jacqueline Pereira, Marcela Magalhães e Maria José Pereira pelo companheirismo e apoio sempre.

A amiga Eliane Silveira, Secretaria de Educação do Município de Vicência, pelo apoio durante todo mestrado.

A minha orientadora, Profa. Dra. Maria José de Matos Luna, pela atenciosa e cuidadosa orientação e pelos ensinamentos para a vida. Minha eterna gratidão e admiração.

Aos professores do PPGDH e do PPGD, em especial, a aqueles que contribuíram diretamente com o nosso aprendizado: Breno Lins, Bruno Galindo, Jayme Benvenuto, Marcelo Miranda, Marcelo Pelizzoli, Maria José Matos de Luna, Sandro Sayão, Selma Tavares e Yumara Lúcia Vasconcelos.

Aos colegas de Mestrado, alunos da turma de biênio 2017/2018 do PPGDH: Alan Nascimento, Analméria Mendonça, Demétrios Cavalcanti, Giovana Araújo, Gabriel Maranhão, Iolanda Morais, Jailton Gonçalves, Lucília Monteiro, Luzia Breckenfield, Marina Reis, Paulo Moraes, Petrus Genuíno, Priscilla Viegas, Raissy Morais, Rivane Arantes, Roberta Mendonça, Tatiana Craveiro e Thayane Ferreira pelo companheirismo e apoio mútuo.

À amiga Analméria Cabral, pela cumplicidade e parceria na paixão por pesquisar, amizade que se iniciou ainda como alunas especiais do PPGDH e continuará por toda vida.

Ao Coordenador da Infância e Juventude do TJPE, Desembargador Luís Carlos de Barros Figueiredo, e toda sua equipe, pelo compromisso na efetivação de políticas protetivas para crianças e adolescentes e pelo apoio a essa pesquisa.

Aos juízes das Varas de Crimes contra Criança e Adolescente de Recife, Gleybson Gleber Pinheiro, José Carlos Vasconcelos Filho e Renato Bezerra, pelo apoio irrestrito, garantindo as condições necessárias para cursar o mestrado e realizar a pesquisa.

Às equipes das Varas de Crimes contra Criança e Adolescente de Recife: CRIAR, Depoimento Acolhedor, Assessoria, Chefia das Secretarias, servidores que atuam nas Secretarias das varas e que contribuíram de forma direta durante toda a pesquisa.

À amiga Élida Feitosa Ferreira, por muitas vezes acumular o meu serviço durante esse período.

Ao amigo Davi Queiroz, pelo suporte no levantamento dos dados.

À equipe da Biblioteca do Centro Integrado da Criança e do Adolescente do Recife, pela disponibilidade em ajudar e recepcionar sempre de forma simpática e eficiente.

Aos delegados de polícia da criança e do adolescente de Recife, Ademir Soares e Thais Galba, pela disponibilização dos dados e informações, contribuindo com a coleta de dados para essa pesquisa.

À Defensora Pública de Pernambuco, Dra. Ana Elisabete Moreira, pelas informações fornecidas.

Aos advogados, Natuch Lira e Manuella Magalhaes, representantes do CENDHEC, pela receptividade e disponibilidade de material para esse estudo.

Aos promotores de justiça, Salomão Abdo Aziz Ismael Filho e Giani Maria do Monte Simas, pelo convite para participar das audiências públicas e reuniões setoriais. Momentos muito importantes para coleta de dados e reflexão sobre os principais aspectos dessa pesquisa.

Aos avaliadores do Seminário de Dissertação, Prof. Dr. Sandro Sayao e Profa. Dra. Valéria Nepomuceno, pela análise criteriosa contribuição ao projeto de pesquisa.

Aos participantes do Painel Delphi, Profa. Maria José de Matos Luna, Profa. Dra. Maria Fernanda dos Santos Alencar, Ma. Maria Eliane Bezerra, mestranda do PPGDH Analméria Cabral e o especialista em avaliação, Prof. Esp. José Edson Lima.

Aos membros da Banca de Qualificação, Profa. Dra. Maria José de Matos Luna, Profa. Dra. Cynthia Lucienne e Prof. Dr. Luís de La Mora (*in memorian*), pelas críticas e contribuição à pesquisa.

Aos membros da Banca de Defesa, Profa. Dra. Maria José de Matos Luna, Profa. Dra. Cynthia Lucienne e Profa. Dra. Valéria Nepomuceno pela inestimável colaboração a este trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o modelo de prestação jurisdicional implantado em Pernambuco, através das varas de crimes contra a criança e do adolescente, à luz da doutrina da proteção integral da criança e do adolescente. Realizou-se um estudo misto, incorporando concomitantemente qualitativos e quantitativos e adotou-se uma concepção pragmática, permitindo a exploração de diversos aspectos da dinâmica das varas estudadas. A coleta de dados foi realizada por meio da análise documental, aplicação de questionário, observação participativa. A análise foi feita através da análise de conteúdo. Iniciouse com uma revisão de literatura narrativa, identificando cinco categorias: princípios, ouvida da vítima, equipe interprofissional, procedimentos e formação profissional. Os princípios são as bases para as outras quatro categorias, identificadas como fatores de proteção, que servem de referência para a análise das varas. A ouvida da vítima, estratégia de coleta de evidências do crime, revelou-se como fator de revitimização e tem merecido atenção especial dos órgãos do sistema de justiça, havendo na estrutura das varas a Central de Depoimento Acolhedor, espaço adequado com profissionais qualificados, que tem atuado na redução dos danos. A equipe interprofissional constitui-se como estratégia de proteção e contribuição de outras áreas da ciência para a efetivação da proteção integral. Nas Varas, há um Centro formado por profissionais das áreas da Psicologia, Pedagogia e Serviço Social, que realizam estudos e encaminham as vítimas para a rede de proteção. Foram identificados diversos procedimentos imprescindíveis para a proteção e que devem merecer atenção especial do sistema de justiça, dentre eles: celeridade processual, espaços adequados, medidas de proteção e reparação do dano. Na última categoria, formação dos profissionais, constatou-se que apesar dos servidores das Varas possuírem formação superior, os conteúdos essenciais, para o trabalho nas Varas, não foram objetos de estudo nos cursos de formação que participaram, apontando, esse estudo, à necessidade de um programa de formação continuada em serviço voltado para as especificidades das atividades. As Varas apresentaramse como espaços emblemáticos na proteção das crianças e dos adolescentes vítimas de violências, porém precisam aperfeiçoar seus serviços com vista a tornar efetiva a proteção integral, a partir dos aspectos apontados neste estudo e de um planejamento integrado com os outros órgãos do sistema de justiça criminal.

Palavras-chave: Varas especializadas. Crimes contra criança e adolescente. Proteção integral. Vítima de violência.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the jurisdictional model that has been established in Pernambuco, from the courts of crimes committed against children and adolescents, according to the doctrine of integral protection of children and adolescents. We carried out a mixed methods study, concomitantly incorporating quantitative and qualitative aspects, and we adopted a pragmatic conception, which allowed exploration of various aspects of the studied courts' dynamics. Data collection was performed through document analysis, questionnaire, and participant observation. The analysis was performed through content analysis. First, we performed narrative literature review and identified five categories: principles, listening to the crime victim, interprofessional team, proceedings, and professional education. The principles are the support for the other four categories, identified as protection factors, which serve as reference for analyzing the courts. Listening to the crime victim, a strategy for collecting crime evidence, was found to be a revictimization factor and deserves special attention from the organs of the justice system, as the structure of the courts comprises the Comforting Testimony Center, a proper place with qualified professionals, who work with harm reduction. The interprofessional team constitutes a strategy for protection and contribution from other branches of science for the effectiveness of integral protection. In the Courts, there is a Center with professionals from the fields of Psychology, Pedagogy and Social Work, who carry out studies and refer the victims to the protection network. We identified various proceedings which are indispensable for protection and deserve special attention from the justice system, among which: procedural celerity, adequate spaces, repairing the harm and protection measures. In the last category, professional education, we found that, although the servants at the Courts do have higher education degrees, the essential content for the work at the Courts are not objects of study in the education programs in which they participated. Therefore, this study highlights the need for an in-service continuing education program aimed at the specificities of the activities. The Courts were found to be emblematic spaces for protecting children and adolescents who are violence victims. They, however, need to improve their services in order to make integral protection effective, through the aspects outlined in this study and through planning that is integrated with other organs of the criminal justice system.

Keywords: Specialized courts. Crimes against children and adolescents. Integral protection. Violence victim.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Violência contra criança e adolescente registrados pelo Disque-	
	denúncia do MDH em 2017	18
Figura 2 -	Total de sentenças registradas pelas VCCCA em 2017. Por	
	espécie de crimes	83
Figura 3 -	Fluxograma dos processos nas VCCCA	87
Quadro 1 -	Quantidade de ouvida da vítima, nos processos analisados, pelo	
	sistema de justica	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Cumprimento da meta 01 pelas VCCCA em 2017, comparada			
	com o Judiciário Estadual de Pernambuco e			
	Nacional	83		
Tabela 2 -	Resultados dos processos nas VCCCA nos anos de 2004, 2009			
	e 2017	84		
Tabela 3 -	Taxa de congestionamento das VCCCA em 2017 comparada			
	com as do Judiciário Estadual de Pernambuco e			
	Nacional	88		
Tabela 4 -	Taxa de recorribilidade das VCCCA em 2017 comparada com			
	as do Judiciário Estadual de Pernambuco e			
	Nacional	89		

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AASPTJSP Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos do

Tribunal de Justiça de São Paulo

CAAC Centro de Atendimento ao Adolescente e à Criança

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior do Ministério da Educação

CAP Centro de Apoio Psicossocial

CEDECA Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente
CENDHEC Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social
CEPARVS Centro de Estudos, Pesquisas e Atendimento Relativos à

Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

CFESS Conselho Federal de Serviço Social CFP Conselho Federal de Psicologia

CICA Centro Integrado da Criança e do Adolescente

CNJ Conselho Nacional de Justiça

CNMP Conselho Nacional do Ministério Público

CONANDA Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do

Adolescente

CONDEGE Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais

CPB Código Penal Brasileiro

CPI Comissão Parlamentar de Inquérito CPPB Código de Processo Penal Brasileiro

CRAI Centro de Referência no Atendimento Infanto juvenil

CRESS Conselho Regional de Serviço Social

CRESS-SP Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo CRFB Constituição da República Federativa Brasileira

CRIAR Centro de Referência Interprofissional na Atenção às

Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência

DPCA Delegacia Especializada contra Criança e Adolescente

DVD Disco Digital Versátil.

ECOSOC Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

EUA Estados Unidos da América

FEBEM Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor FUNABEM Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor FUNASE Fundação de Atendimento Socioeducativo

IMLInstituto de Medicina LegalITERInstituto de Teologia de RecifeMPPEMinistério Público de PernambucoNCACCentro Nacional de Defesa da Criança

OAB Ordem dos Advogados do Brasil
ONU Organização das Nações Unidas
SAM Sistema de Assistência ao Menor

SDS Secretaria de Defesa Social

SGDCA Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do

Adolescente

STF Supremo Tribunal Federal

TJPE Tribunal de Justiça de Pernambuco

TJRS Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul TJSC Tribunal de Justiça de Santa Catarina UFPE Universidade Federal de Pernambuco

UNIAT Unidade de Apoio Técnico

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIPRAI Unidade de Prevenção e Repressão dos Atos Infracionais UNIPRECA Unidade de Prevenção e Repressão aos Crimes contra

Crianças e Adolescentes

UNODC Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

VCCCA Vara de Crimes contra Criança e Adolescente

VPCCCA Vara Privativa de Crimes contra a Criança e o

Adolescente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	O SISTEMA DE JUSTIÇA E OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E	
	DOS ADOLESCENTES VÍTIMAS	2
2.1	DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES: EVOLUÇÃO	
	HISTÓRICA	2
2.2	DIRETRIZES NORMATIVAS PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA EM	
	DEMANDAS ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
	VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	3
2.2.1	Instrumentos normativos internacionais para o sistema de	
	justiça em demandas envolvendo crianças e adolescentes	
	vítimas de violência	3
2.2.1.1	Dos princípios	3
2.2.1.2	Ouvida da vítima	3
2.2.1.3	Assistência interprofissional	4
2.2.1.4	Outros procedimentos	4
2.2.1.5	Formação dos profissionais	2
2.2.2	Instrumentos normativos nacionais para o sistema de justiça	
	em demandas envolvendo crianças e adolescentes vítimas de	
	violência	4
2.2.2.1	Princípios	2
2.2.2.2	Ouvida da vítima	4
2.2.2.3	Assistência interprofissional	5
2.2.2.4	Outros procedimentos	5
2.2.2.5	Formação dos profissionais	5
2.3	O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL E AS CRIANÇAS E	
	ADOLESCENTES VÍTIMAS	5
2.3.1	O acesso das crianças e dos adolescentes vítimas à	
	Justiça	Ę
2.3.2	Proteção da vítima criança e adolescente pelo sistema de	
	justiça	6
3	DINÂMICA E ESTRUTURA DAS VARAS DE CRIMES CONTRA	

	CRIANÇA E ADOLESCENTE DE RECIFE	66
3.1	HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E LEGISLAÇÃO ESTADUAL	66
3.2	ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DAS VARAS DE CRIMES	
	CONTRA CRIANÇA E O ADOLESCENTE DE	
	RECIFE	69
3.3.1	Secretaria e assessoria	70
3.3.2	Central de depoimento acolhedor	71
3.3.3	Centro de referência interprofissional na atenção às crianças e	
	aos adolescentes vítima de violência	73
3.3	ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE ATUAM NAS VARAS DE CRIMES	
	CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DE	
	RECIFE	75
3.3.1	Ministério Público	75
3.3.2	Defensoria Pública	77
3.3.3	Centro Dom Helder Câmara	78
3.3.4	Departamento de polícia da criança e do	
	adolescente	80
4	VCCCA DE RECIFE: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	
	ESPECIALIZADA PARA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E	
	ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	82
4.1	DADOS GERAIS EXTRAÍDOS DOS PROCESSOS ANALISADOS	
		85
4.2	ASPECTOS EVIDENCIADOS A PARTIR DAS CATEGORAIS	
	IDENTIFICADAS	85
4.2.1	Procedimentos	86
4.2.2	Ouvida da vítima	93
4.2.3	Assistência interprofissional	100
4.2.4	Formação dos profissionais	102
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	111
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS	
	SERVIDORES DAS VCCCA	127

1 INTRODUÇÃO

Os direitos das crianças e dos adolescentes apresentam hodiernamente, dentre os direitos humanos, aqueles que obtiveram maiores avanços no Brasil, no campo da construção legislativa e da formulação de políticas públicas. Todavia, apontam-se também atualmente retrocessos nessas políticas, pela resistência de muitos setores em abandonar a concepção menorista e a não priorização absoluta do melhor interesse da criança e do adolescente.

O momento mais significativo de conquistas desses direitos ocorreu durante a Assembleia Nacional Constituinte, na década de 80 do Século XX, quando uma ampla mobilização social conseguiu, através de proposta de emenda popular, introduzir na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), a doutrina da proteção integral como fundamento do sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente, revogando a doutrina da situação irregular, adotada anteriormente.

Com a regulamentação dos dispositivos constitucionais através do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) e a discussão do Sistema de Garantias de Direitos, o Tribunal de Justiça de Pernambuco, em articulação com os outros órgãos do subsistema de Defesa, instalou o Centro Integrado da Criança e do Adolescente (CICA).

Esse Centro é implementado com a finalidade de cumprir o estabelecido no ordenamento jurídico pátrio, através da intersetorialidade e complementariedade dos serviços públicos prestados à criança e ao adolescente e é composto pelos órgãos da terceira linha do sistema, que é a Defesa, reunindo num só espaço Polícia Civil, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário, todos especializados no atendimento da criança e do adolescente.

Na perspectiva de aglutinar no CICA todas as demandas do sistema de justiça com crianças e adolescentes e garantir celeridade no acesso à justiça, em 1992, o Tribunal de Justiça de Pernambuco criou, pioneiramente, a Vara Privativa de Crimes Contra a Criança e contra o Adolescente. Os outros componentes do Sistema de Garantia de Defesa, também criaram órgãos específicos para apurar e promover a ações penais cujas vítimas eram crianças e adolescentes.

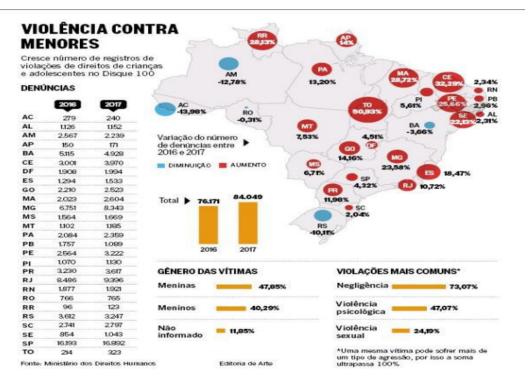
O exemplo de Pernambuco foi seguido, inicialmente, pela Bahia e pelo Ceará e ao longo destes vinte e seis anos, alguns estados criaram Varas Especializadas de

Crimes contra a Criança e contra o Adolescente, outros atribuíram essa competência a uma vara da infância e juventude ou a uma determinada vara criminal, sendo diversos os modelos adotados.

Em 2008, após denúncias de órgãos da sociedade civil sobre a morosidade da Vara Privativa que já acumulava mais de 02 (dois) mil processos, foi instalada a 2ª Vara de Crimes contra a Criança e contra o Adolescente.

A criação destas Varas Especializadas em Crimes contra Criança e Adolescente justifica-se pelos altos índices de violência contra crianças e adolescentes no Brasil, sendo a principal causa das notificações do Disquedenúncia, com 58,91% das 142.665 comunicações feitas em 2017, sobre violação aos direitos humanos, apresentando aumento nos números de denúncias recebidas (BRASIL, 2017b), conforme figura abaixo:

Figura 1 - Violência contra criança e o adolescente, registrada pelo Disque-denúncia do MDH em 2017



As violências notificadas pelo serviço do Disque-denúncia apontam a situação de vulnerabilidade na qual se encontram as crianças e adolescentes no Brasil, visto que 57% sofrem violência dentro de sua própria casa, perpetradas pelos genitores, parentes, vizinhos e conhecidos, correspondendo a 83% das notificações (BRASIL, 2017b).

As violências notificadas ao Disque-denúncia constituem crimes previstos na legislação nacional e, por serem de ação penal pública incondicionada, a maioria poderá ter demandado ações penais.

No Brasil, 70% (setenta por cento) dos casos de estupro são contra crianças e adolescentes, mais da metade das vítimas possuem menos de 13 (treze) anos de idade, cujos agressores são 24,1% país ou padrastos e 32,2%, amigos ou vizinhos (CERQUEIRA e COELHO, 2014).

Apesar de existir, no Estatuto da Criança e do Adolescente, previsão expressa proibindo castigo físico, introduzido pela Lei 13.010/2014, conhecida como "Lei menino Bernardo", a cada 100 (cem) crianças brasileiras, 68 sofreram punição corporal no ambiente doméstico, segundo dados da *Know Violence in Childhood* (2017).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância- UNICEF (2017), na publicação "Um rosto familiar: a violência na vida de crianças e adolescentes", evidencia que crianças e adolescentes vivem em situação de violência desde muitos pequenos. Dados de 30 (trinta) países, revelam que a cada 10 (dez) crianças, de 12 (doze) a 23 (vinte e três) meses de nascidas, 06 (seis) são submetidas a disciplina violenta.

Nesse mesmo estudo, identifica-se no Brasil que 43% de meninos e meninas do 6º ano escolar (11 e 12 anos) afirmaram sofrer *bullying*, descrevendo casos em que foram roubados, insultados, ameaçados ou agredidos fisicamente. E, ainda, que o Brasil, na América Latina, é o quinto país em número de homicídios, 59 (cinquenta e nove) mortes em cada 100 (cem) crianças e adolescentes entre 10 (dez) a 19 (dezenove) anos.

Outrossim, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica são mais suscetíveis às agressões na escola e na comunidade e de transgredirem as normas sociais, completando o círculo de violência. Além de estarem expostos a fatores de risco para o surgimento de transtorno de conduta, problemas mentais, suicídio, automutilação, depressão, drogadição, baixa-estima, distúrbios afetivos, entre outras consequências (FREITAS e BARROS, 2015).

Considerando a relevância destas demandas e as reivindicações da sociedade civil organizada, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) através da Resolução 113/2006 (BRASIL, 2006) e, recentemente pela Lei 13.431/2017(BRASIL, 2017a), cuja vigência deu-se a partir de abril de 2018, recomendam a criação de Varas Especializadas.

Não obstante, a criança e o adolescente serem prioridades absolutas e a violação de seus direitos exigirem atendimento especializado, as demandas criminais contra seus agressores, ainda não constituem atenção especial nas políticas judiciárias.

As Varas Especializadas em Crimes contra Criança e Adolescente existem apenas nas capitais de alguns Estados e possuem organizações e competências distintas. Alguns Tribunais de Justiça Estadual, a exemplo do Rio Grande do Sul, atribuem a competência para processar e julgar alguns crimes contra criança e contra o adolescente, cumulativamente a uma Vara da Infância e Juventude (TJRS,1993).

Apesar da existência dessas varas especializadas, na pesquisa feita pelo CNJ (CNJ, 2010a) sobre a "Justiça-Infanto-Juvenil", no resumo executivo apresentado, não se fez menção a elas, podendo indicar que elas não foram objeto de estudo.

O modelo de Pernambuco de apuração, promoção e instrução de crimes contra a criança e o adolescente, deu-se com a criação da Vara Privativa de Crimes contra a Criança e o Adolescente de Recife-PE e ampliou-se com a instalação, em setembro de 2008, da 2ª Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente. E, qualificou os serviços dessas varas, com a criação, em 2008 e 2009, respectivamente, do Centro de Referência Interprofissional na Atenção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência da Capital- CRIAR e da Central de Depoimento Acolhedor.

Em 2004, o UNICEF analisou a criação, estrutura e funcionamento das primeiras varas especializadas no Brasil (Recife/PE, Salvado/BA e Fortaleza/CE), através de um estudo coordenado pelo Centro de Defesa da Bahia, quando em Recife só existia uma vara, não existia uma Centro Interprofissional específico como também, não existia o Centro de Depoimento Acolhedor.

Explorando bases de dados, *Scopus e Web of Science*, e bancos de teses e dissertação, identificou-se a pesquisa de Silva (2010) sobre as VCCCA do Recife, cujo objetivo foi a representação social dos membros do Poder Judiciário sobre a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Em 2013, Souza (2013) coordenou a pesquisa "Acesso à Justiça: para crianças e adolescentes vítimas de violência", na região metropolitana de Recife, cujos dados foram sistematizados, a partir da análise de 20 (vinte) casos.

Recentemente, tem-se a pesquisa de Bezerra (2016) que estudou a representação dos adolescentes, vítimas de abuso sexual, sobre o depoimento acolhedor das Varas de Crimes contra a Criança e o Adolescente de Recife.

Destarte, este trabalho, em relação ao de Silva (2010) e de Bezerra (2016), tem outro objeto de estudo, pois abarca outras categorias dentro do sistema de garantias, tendo como objeto central um estudo científico sobre a proteção da criança e do adolescente no processo criminal, a partir da análise da experiência das varas especializadas do Recife, Pernambuco. Em relação à pesquisa de Souza (2013), esse explorará especificamente, a dinâmica de funcionamento das varas especializadas de Recife.

Com relação ao estudo do UNICEF, feito entre 2003 e 2004, realizado num contexto ainda reduzido do debate e da estrutura de varas especializadas no Brasil. Este trabalho avaliou a estrutura atual das varas de Recife e sua dinâmica de funcionamento, com base na doutrina da proteção integral e do sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência criado pela Lei 13.431/17.

A escolha desta temática surgiu das necessidades técnico-profissionais como servidora de uma das VCCCA de Recife, na busca por compreender melhor a dinâmica estabelecida nestas Varas, sua estrutura, o diálogo entre os órgãos do sistema e sua real contribuição para a garantia da proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por isso, este trabalho, teve como problematização: as Varas de Crime contra a Criança e o Adolescente (VCCCA) tem se constituído como espaço jurisdicional para a integral proteção dos direitos da infância e da adolescência?

Outras perguntas, de cunho secundário, serão auxiliares e necessárias para a resolução da questão central, bem como, do atingimento das etapas e execução da pesquisa. Pode-se apontar como auxiliares: o que se entende por proteção integral da criança e do adolescente? Quais as normas de proteção para as crianças e os adolescentes vítimas em demandas no sistema de justiça? Como funcionam as VCCCA do Recife? Quais os fatores que favorecem ou interferem na proteção integral das crianças e dos adolescentes nas VCCCA do Recife?

Assim, sistematizar as principais normas para o sistema de justiça em processos que envolvem criança e do adolescente vítimas e dimensionar a estrutura de funcionamentos das Varas, foram de suma importância para verificar se essas

Varas na sua dinâmica têm garantido a efetividade da prestação jurisdicional e da proteção especial, emanadas da Constituição Federal do Brasil (CRFB/88), protegendo-os, em especial, das sequelas que o crime e um processo penal poderão causar as suas vítimas.

Além do mais, os direitos humanos da criança e do adolescente surgiram no processo de reconhecimento dos direitos coletivos, tendo sempre a possibilidade de serem revertidos. Decerto, nas últimas décadas, houve significativo avanço das políticas para infância e adolescência no Brasil, porém tais sujeitos não podem sair da agenda de lutas e da produção acadêmica. A história dos direitos humanos não é construída de forma contínua, apresentando-se, muitas vezes, incertezas, avanços e retrocessos (SANTOS, 2014).

Dessa forma, o objeto desta pesquisa foi a proteção integral da criança e do adolescente no âmbito da prestação jurisdicional. E, teve por objetivo geral, analisar o modelo de prestação jurisdicional, implantado em Pernambuco, através das Varas de Crimes contra Criança e os Adolescentes, à luz da Doutrina da Proteção Integral da criança e do adolescente, e, como objetivos específicos: a) sistematizar as principais normas nacionais e internacionais para o sistema de justiça em casos envolvendo criança e adolescente vítimas; b) caracterizar o modelo de funcionamento das VCCCA do Recife; e, c) apresentar no modelo das VCCCA do Recife, a efetividade da proteção à infância e à adolescência.

Para tanto, tomou-se como critérios de análise sobre o funcionamento adequado das varas específicas as seguintes categorias: procedimentos específicos para atender às especificidades da criança e do adolescente, formação dos profissionais, ouvida da vítima e assistência interprofissional.

Por isso, este estudo sobre as VCCCA de Recife tornou-se importante, porque o registro e a avaliação da experiência contribuíram para identificar os avanços na implantação do sistema de garantias e indicaram onde se deveria fortalecer direitos e responsabilidades. Bem como, tem subsidiado na participação, dessa autora, no Grupo de Trabalho, instituído pela Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE, para implantação da Lei 13.341/17 no âmbito do judiciário pernambucano.

Metodologicamente, esta pesquisa define-se como mista, trabalhando de forma incorporada e concomitantemente aspectos quantitativos e qualitativos, enfoques que permitem explorar diferentes níveis do problema da pesquisa, conseguindo maior variedade de perspectivas sobre o objeto estudado (CRESWELL, 2010; SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2013)

Outrossim, inspirou-se na concepção teórica pragmática, própria dos métodos mistos, sendo possível a integração de vários enfoques, buscando-se soluções práticas para os problemas identificados. Além do mais, as varas especializadas são modelos de uma realidade objetiva e subjetiva, cujo cruzamento de enfoques fizeram-se necessário para melhor compreensão do fenômeno (CRESWELL, 2010; SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2013).

Dentre os métodos mistos, escolheu-se a estratégia incorporada concomitante, denominação adotada por Creswell, cujo método principal é o quantitativo e o secundário, o qualitativo, não havendo comparação entre os dados, mas complementação, com a finalidade de proporcionar uma maior compreensão do problema da pesquisa (CRESWELL, 2010; SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2013).

Essa escolha justificou-se pela natureza do objeto investigado, havendo aspectos que não poderiam ser mensurados numericamente, focalizados no estudo do conhecimento e das práticas dos sujeitos investigados, que levam em consideração questões subjetivas e sociais. Porém, houve elementos objetivos, numéricos, levantados na investigação que apontaram perspectivas diferentes e significativas para a compreensão do objeto analisado (CRESWELL, 2010; FLICK, 2007; MINAYO, 1998; SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2013).

Quanto aos objetivos, essa investigação enquadrou-se como exploratória-descritiva e interpretativa, tendo em vista que, esse estudo não se traduziu como essencialmente exploratório, uma vez que investigou a organização das Varas de Crimes contra a Criança e o Adolescente no contexto do Sistema de Garantias de Direitos, que logo após descreveu as características identificadas e interpretou-se os sentidos dados pelos sujeitos à realidade investigada (CRESWELL, 2010; ACKERMAN e COM:2013).

Esse estudo adotou uma lógica indutiva, explorando uma realidade particular condutora de um juízo de valor sobre o que a sociedade elaborou como tipo ideal de atendimento protetivo à criança e ao adolescente e que as varas especializadas "materializaram-no" de forma dinâmica.

Os procedimentos foram essenciais para a pesquisa científica, submetendoa às exigências de credibilidade (BAUER e GASKELL, 2000). Assim, para desenvolver essa pesquisa, considerou-se a abordagem e os objetivos definidos para elucidação do fenômeno. Concluiu-se que o procedimento mais adequado foi o de levantamento subjetivo e documental, que compreendeu dois momentos distintos e interligados, com o fim de organizar os dados e viabilizar a interpretação: a) levantamento bibliográfico, documental e subjetivo; e b) análise dos dados levantados, através da definição de marco conceitual, teórico e legal.

A pesquisa iniciou-se com uma revisão de literatura, com buscas em bases de dados disponibilizadas em portais eletrônicos e acervos de bibliotecas físicas. Nos sítios eletrônicos, investigou-se no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (Capes), nas bases de dados: Web of Science, Scopus, Scielos, Red de Revistas Científicas da América Latina y el Caribe, Revista Latino Americana de Ciências Sociales, Niños y Juventude. Pesquisou-se ainda em outros portais eletrônicos, como: a revista Justicia y Derechos del Niño e em periódicos online da UFPE.

As acima citadas. foram escolhidas bases. função sua representatividade e por possuírem um alto grau de abrangência, facilitando a procura por artigos relacionados à temática. A busca nas bases foi realizada utilizando o operador booleano "OR" e os seguintes termos de busca: direito da criança, acesso à justiça, proteção integral, prestação jurisdicional, sistema de justiça, escuta especializada e depoimento acolhedor. Devido à escassez de estudos específicos sobre varas especializadas de crimes contra criança e adolescente, utilizou-se, inicialmente, os termos em inglês, depois em espanhol e português. A busca inicial resultou em mais de dezoito mil estudos, analisados a partir de critérios de inclusão e exclusão, resultando em trinta artigos científicos que compuseram o corpus da revisão de literatura.

Apesar de numa revisão de literatura narrativa não se exigir a utilização de critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura, nem do esgotamento das fontes de informações ou de estratégias de busca sofisticadas e exaustivas, estando a seleção dos estudos e a interpretação das informações sujeitas à subjetividade do pesquisador, buscou-se, neste estudo, explorar várias fontes de produção acadêmica sobre a temática.

Assim, além das bases eletrônicas, buscou-se também nas bibliotecas físicas da UFPE e do CICA, utilizando os mesmos critérios de buscas que resultou na identificação de outras obras sobre o objeto desta pesquisa e que compuseram o corpus da revisão de literatura. A este também foi agregado outras obras utilizadas

como referências nos trabalhos selecionados e considerados importantes para desenvolver as categorias identificadas.

A pesquisa ocorreu nas duas varas de crimes contra a criança e contra o adolescente do Recife, situadas na Avenida Fernandes Vieira, Boa Vista, 405, Recife-PE. Estas varas compõem o Centro Integrado da Infância e da Adolescência (CICA), espaço que congrega as instituições que compõem o sistema de defesa e atuam na prestação jurisdicional, especializadas para esse público, são elas: o Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacia de Polícia e Defensoria Pública. Saliente-se, portanto, que a Delegacia especializada que compõem o CICA é a que apura atos infracionais e a que investiga os crimes contra criança e adolescente, situa-se no bairro da Madalena na cidade do Recife.

Com o objetivo de compreender a atuação das instituições do Sistema de Justiça que atuam na Vara, durante a pesquisa também adotou-se como estratégia a participação em momentos de estudo das equipes das varas; debates sobre a temática em reuniões setoriais e audiências públicas promovidas pelo Ministério Público; e, participação no Grupo de Trabalho–GT, Fórum, principalmente, que dentre outros assuntos, discutia-se sobre a implantação da Lei 13.431/2017, que estabeleceu o Sistema de Garantias para Proteção de Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas.

A pesquisa científica exige a utilização de instrumentos de coleta de dados que assegure validez, precisão e confiabilidade (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Assim, utilizou, essencialmente a coleta documental e subsidiariamente, a entrevista estruturada, observação participativa e conversa informal.

A coleta documental foi efetivada diretamente nas Varas, bem como no site eletrônico das instituições que compõem o objeto desta pesquisa. Teve como objetivo: identificar registros sobre a dinâmica de funcionamento, estrutura e competência das Varas.

A coleta dos dados quantitativos foi realizada com base em indicadores como: tempo decorrido entre a denúncia oferecida pelo promotor de justiça e sentença; quantidades de ouvida da vítima; quantidades e tempo decorridos até a realização da audiência de instrução; espécie do resultado, dentre outros. Os dados foram extraídos do Sistema *Judwin* (sistema informatizado) do TJPE e da análise dos processos selecionados.

A entrevista estruturada teve como objetivo levantar informações sobre a formação dos profissionais, tendo em vista a ausência de informações escritas sobre essa categoria. Foi realizada, no período de 1º a 13 de julho de 2018, através da aplicação de um questionário *online* (*e-survey*), ordenado com Software Aplicativo Google Docs (docs.google.com), validado através de um painel *delphi*, composto por pesquisadores da área de formação profissional e do direito da criança e do adolescente.

A análise dos dados, por tratar-se de uma pesquisa de métodos mistos incorporados concomitantes, foi feita durante todo o processo, simultaneamente na coleta dos dados, na interpretação e no registro. A técnica empregada foi a análise de conteúdo e constituiu-se como instrumento de observação das comunicações com a finalidade de, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores que permitissem a ilação de conhecimentos sobre em que condições foram produzidas e recepcionadas (BARDIN, 1977; CRESWELL, 2010)

A escolha deste método de análise justificou-se pela necessidade de ultrapassar as incertezas derivadas dos pressupostos, de enriquecimento da leitura por meio da compreensão das significações, de desvelar as relações que se formam além das falas propriamente ditas e de técnica para produzir inferências replicáveis e práticas partindo dos dados em direção a seu contexto (OLIVEIRA, 2008; GERHARDT e SILVEIRA, 2009; CAVALCANTE, CALIXTO e PINHEIRO 2014).

Para garantir o sigilo e o anonimato, das fontes primárias, para cada processo estudado foi atribuído a letra P seguido por uma numeração, começando de 01 e para as vítimas a letra V, seguido da numeração correspondente ao processo que apreciou seu caso.

Quanto aos resultados, essa pesquisa baseou-se numa concepção filosófica reivindicatória/participativa, porque encaminhou uma agenda de ação (CRESWELL: 2010) no sentido de propiciar uma proteção mais eficaz. Portanto, os resultados que esta pesquisa obteve foram: a) sistematização da experiência das VCCCA do Recife-PE; b) identificação dos aspectos emblemáticos para a proteção integral da criança e do adolescente na prestação jurisdicional; c) avaliação da contribuição efetiva das VCCCA do Recife-PE na proteção integral das crianças e dos adolescentes vítimas.

Esta dissertação está dividida em três partes. Na primeira parte, intitulada: *O* sistema de justiça e os direitos da criança e do adolescente vítima, tratou-se sobre os principais aspectos das normas, nacionais e internacionais, para o sistema de justiça em demandas que envolvam esse público.

Nesta prima parte ainda, abordou-se também a evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente; as normas de proteção a serem observadas pelo sistema de justiça, detalhando-se os elementos identificados como medidas de proteção, tais como: os procedimentos específicos a serem adotados para efetividade da proteção e celeridade processual, atuação de equipe interprofissional, escuta especializada e formação dos profissionais. Estes aspectos foram identificados nas normas, mas analisados a partir dos teóricos identificados na revisão de literatura.

Na segunda parte, intitulada: *Dinâmica e estrutura das Varas de Crimes contra criança e contra o adolescente de Recife,* descreveu-se aspectos históricos da criação, competência, fluxo, procedimento e estrutura das VCCCA e dos órgãos que atuam nestas varas. Buscou-se caracterizá-los a partir dos elementos identificados nos documentos.

Na terceira e última parte, intitulada: VCCCA de Recife: prestação jurisdicional especializada para proteção da criança e adolescente vítimas de violência, analisou as VCCCA a partir da análise de 15 (quinze) processos sentenciados em 2017, escolhidos segundo critérios identificados no referencial teórico deste trabalho, como instrumentos que orientam o sistema de justiça na proteção integral à infância e à adolescência vitimada.

2 O SISTEMA DE JUSTIÇA E OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES VÍTIMAS

A fundamentação teórica, aqui desenvolvida, apresenta-se como resultado da revisão de literatura, imprescindível para contextualizar o estágio atual de pesquisa sobre a temática, além de permitir a comparação entre os resultados (CRESWELL, 2010).

Diante da problemática e objetivos traçados, elaborou-se o marco teórico que serviu para aprofundar os conceitos de proteção integral e prestação jurisdicional, a partir de alguns autores como: Bellof (2009), Sposato (2010), Baratta (2007 e 2013), Santos (2008 e 2014), Mendez (2007), Cappelletti e Garth (2015), Rossato (2017), normas nacionais e internacionais de proteção à criança e ao adolescente, pareceres de conselhos profissionais e outros teóricos que desenvolveram pesquisa sobre a temática.

2.1 DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente conviveu historicamente com o tensionamento sobre ser ou não ser humano. Na Declaração dos Direitos do Homem de 1789, a criança não foi considerada como titular dos direitos ali avocados, pois ela não possuía autonomia suficiente para titularizar direitos. Ela era a extensão dos seus genitores, cujo poder sobre seus filhos era exercido como lhes conviessem (PORTO, 1999; HUNT, 2009; MENDES, 2010; ROSSATO, 2017; SANTOS, 2014).

Por isso, a primeira decisão judicial, que reconheceu o direito de uma criança, evocou a condição dela pertencer ao reino animal. Aduziu-se que a criança não era inferior a um cachorro, com base nos direitos dos animais defendidos pela Sociedade de Prevenção à Crueldade aos Animais de Nova York. Por conseguinte, surgiu nessa cidade, em 1874, a Sociedade de Prevenção da Crueldade contra Crianças de Nova York (ROSSATO,2017).

A perspectiva de proteção da criança surgiu após as duas Grandes Guerras Mundiais. Em 1919, após a Primeira Guerra, surge a Save the Schildren, organização não-governamental, com a finalidade de socorrer as crianças órfãs da

guerra, sendo a responsável pela elaboração da primeira Declaração dos Direitos das Crianças em 1924. Após a Segunda Guerra Mundial, em 11 de dezembro de 1946, foi criado o Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF, pela Assembleia Geral das Nações Unidas para prestar assistência emergencial a milhares de crianças vitimadas (SOUZA, 2008; CATÃO, 2012; HORCAJADAS et al., 2014; UNICEF, 2017).

Neste contexto, a proteção à criança ganha significativa força e são aprovadas sucessivas normas pela Organização das Nações Unidas-ONU, a saber: Declaração Universal dos Direitos da Criança, editada em 1959, que inaugura a ideia de proteção à infância como sujeito de direitos; Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing – da Assembleia Geral da ONU, em 1985; e, Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1989, que introduz o princípio do melhor interesse da criança e adolescente (SOUZA, 2008; MENDES, 2010; CATÃO, 2012).

No Brasil, identificam-se quatro fases do direito da criança e do adolescente. A primeira, a da absoluta indiferença, período em que não havia nenhum diploma normativo sobre a infância. Com o surgimento dos primeiros códigos penais no Século XIX até as primeiras normas sobre essa população no Século XX, tem-se a segunda fase, a da mera imputação penal ou penal indiferenciada, período em que vigorou a Doutrina do Direito Penal do Menor, cujas leis - Ordenações Filipinas, Código Criminal do Império de 1830 e o Código Penal de 1890 - tratavam criminalmente os menores de 14 anos da mesma forma dos adultos, apenas prevendo causa de diminuição da pena (CATÂO, 2012,ROSSATO, 2017,SPOSATO, 2006).

A terceira fase, tida como tutelar, inicia-se com o primeiro Código do Menor de 1927, conhecido como Código de Menor Mello Matos, e vai até à Constituição Federal de 1988. Esse Código caracterizou-se pela postura terapêutica; confusão conceitual entre infância e adolescência materialmente desassistidas e a delinquentes; institucionalização; não titularização de direitos pelas crianças e pelos adolescentes; a resposta estatal é centralizada na mesma pessoa, o juiz de menor; e, o processo de imputação de infração não observava todas as garantias previstas para o adulto (BELLOF, 2009; OLIVEIRA et al., 2010).

Na concepção tutelar há uma divisão entre crianças e menores. Estes são produtos do processo de apreensão, judicialização e institucionalização, sendo

definidos no artigo 1º do Código do Menor de 1927(Lei 4.513/1927), como os de idade inferior a 18 anos, abandonados e delinquentes. O determinismo entre pobreza e marginalização está presente em todas as leis desse período (BELOFF, 2009, BRASIL, 1927; BRASIL, 1941; CARDOSO, 2015). Assim, a principal resposta estatal, para as crianças e adolescentes pobres ou em conflito com a lei, era o internamento, legitimado pelo discurso de proteção da infância desvalida.

As principais políticas públicas, dessa fase, deram-se através do Sistema de Assistência ao Menor (SAM), instituído pelo Decreto-lei nº. 3.799 de 05 de novembro de 1941, que tinha como uma das finalidades a assistência ao desvalidos e delinquentes.

Com um discurso de abandono da prática repressiva, conduzida pelo SAM, e a implantação de políticas mais humanizadas, voltadas para integração com a família, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em 1964. Porém, na prática, verificou-se o internamento massivo de crianças e jovens pobres no período de 1967 a 1972, com mais de 53 (cinquenta e três) mil crianças internadas nas unidades da Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor-FEBEM (BECHER, 2012; CARDOSO, 2015).

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Criança e do Menor Carente do Brasil, em 1976, reconheceu a falência da FUNABEM e da FEBEM e constatou a existência de 25 (vinte e cinco) milhões de crianças e jovens, carentes e abandonados, no Brasil (CARDOSO, 2015).

Nesse período da CPI, a FUNABEM era severamente criticada pela imprensa que denunciava a violência, física e psicológica, com as crianças e adolescentes nas unidades da FEBEM. Essas críticas ampliaram-se por vários segmentos da sociedade, levando a elaboração do novo Código de Menor de 1979, que substituía as palavras "abandonados e delinquentes" por "em situação irregular", mas continuava na mesma lógica tutelar e expressamente adotava a Doutrina da Situação Irregular (BOEIRA, MACHIESKI e RIBEIRO, 2017).

Segundo Machado (2003), na década de 80 (oitenta) do século XX, 80% a 90% das crianças e adolescentes internados nas FEBEM não tinham praticado qualquer conduta tida como crime, mas eram frutos da política de institucionalização que considerava que crianças e adolescentes estavam melhor assistidos numa dessas instituições, do que com suas empobrecidas famílias.

Esse conjunto de violações e a abertura democrática na década de 1980, intensificaram a mobilização da sociedade civil, com apoio principalmente do UNICEF, em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Como resultado dessa mobilização, formou-se em 1985 o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) e realizou-se o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em 1986 (MENDONÇA, 2010; NOGUEIRA NETO, 2009).

Essa mobilização dialogava, também, com o processo internacional de elaboração da Declaração dos Direitos da Criança, o que provocou a apresentação de duas emendas populares à Constituinte de 1988, denominadas de "Criança e Constituinte" e "Criança Prioridade Nacional", consubstanciadas nos artigos 204 e 227 da Constituição Federal de 1988.

Essa previsão constitucional provocou uma virada paradigmática, consagrando a Doutrina da Proteção Integral em superação ao direito menorista, no qual a criança e o adolescente eram percebidos através de um olhar moralista e higienista. Rompe-se, assim, com a Doutrina da Situação Irregular e inicia-se, a quarta e atual fase, da proteção integral ou garantista (BELOFF, 2009, SPOSATO, 2006; BRASIL, 2010a; CATÃO, 2012; OLIVEIRA et. al, 2010).

Para Méndez (2007), esse processo brasileiro de construção participativa dos novos marcos legais para infância e adolescência, alterou o rumo natural da história, constituindo-se como fato inédito na história sócio jurídica da América Latina.

Estes movimentos, pelo reconhecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, representaram a derrocada dos regimes autoritários e o restabelecimento da democracia para o reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente e propulsionaram uma revolução cultural, colocando a criança no centro da transformação para uma sociedade mais justa, humana e democrática (BARATTA, 2007).

Baratta (2013), partindo da afirmação de Emilio García Méndez, de que "a democracia é boa para as crianças e as crianças são boas para a democracia", assevera que merece maior atenção, a capacidade das crianças de desfrutar do processo democrático e, também, ser o próprio estímulo da democracia, que atinge todos os outros direitos humanos e não apenas os delas.

Para explicar que a "democracia é boa para as crianças", Baratta (2013) apresenta duas teorias: a teoria da política, como projeto, e a da democracia, como

auto-organização da resposta pública às necessidades de seus portadores. A democracia estabelece, como revelou a mobilização pelos direitos da infância e adolescência, condições para a garantia dos direitos da criança em cada estado e na sociedade planetária. E, para explicar porque "as crianças são boas para democracia", aponta a teoria do estado mestiço e da cidadania plural, porque elas são boas para a realização da política como projeto, ou seja, para um modelo democrático de política, através do resgate da infância como cidadania.

Nesta perspectiva democrática Sposato (2010) analisando o processo de construção constitucional dos direitos da infância e da adolescência no Brasil, identifica três aspectos centrais. O primeiro, como referência ao ensinamento de Luigi Ferrajoli (2003) de que a democracia garante a luta pelos direitos, mas também, e, fundamentalmente, que a luta pelos direitos garanta a democracia. O segundo aspecto é a capacidade do direito de influenciar a política social, através da relação entre a condição jurídica e material da infância. E o terceiro é a descoberta, na prática, de que os problemas da infância são também da democracia.

Portanto, na compreensão de que proteger a criança é cuidar da própria democracia, a Doutrina da Proteção Integral enxerga crianças e adolescentes de forma diferenciada: como sujeitos de direitos em condição peculiar e como seres em desenvolvimento. Por isso, considerando a exigência de garantir seus direitos de forma global, depreende-se o caráter dúplice da integralidade dessa doutrina: reconhecimento de direitos fundamentais em todas as dimensões dos direitos humanos para as crianças e adolescentes, por ter prioridade absoluta; e, compreensão holística dos aspectos humanos para que sejam respeitados na condição de pessoa em desenvolvimento (OLIVEIRA, 2008 apud CATÃO, 2012).

Com essa Doutrina, não só os direitos fundamentais à infância e à adolescência foram reconhecidos, mas outros, próprios aos seus estágios de desenvolvimento, tratando-os nas suas necessidades específicas, desjudicializando a pobreza e exigindo políticas públicas específicas (BELOFF, 2009; BRASIL, 2010a).

Da Doutrina da Proteção Integral, podem-se destacar alguns aspectos fundamentais: crianças e adolescentes são sujeitos de direitos; estes são reconhecidos como pessoas em fase de crescimento, estando numa fase especial do processo de desenvolvimento humano; a prioridade absoluta em relação às crianças e aos adolescentes como princípio constitucional; e, todas as crianças e

adolescentes, independentemente da situação em que se encontram (desvalidos ou em conflito com a lei) merecem tratamento igual diante da ordem jurídica (OLIVEIRA et al., 2010; MENDES, 2010).

A efetivação dessa proteção dá-se através de um Sistema de Garantias e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsabilizando o Estado e a sociedade como um todo. Esse sistema de garantias é estratégico, pois supera o sistema de atendimento e apresenta complexidade em sua estruturação, tendo como principal função a promoção de ações que garantam a prioridade do atendimento à infância e à adolescência (FARINELLI e PIERINI, 2016).

O termo "Sistema de Garantias" foi adotado pela primeira vez num encontro promovido pelo Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC), no Recife em 1992, como estratégia de superação do termo "proteção" utilizado pela legislação menorista. Em 1999, é publicado pelo CENDHEC o livro "Sistema de Garantias de Direitos: caminho para a proteção integral", obra que propunha um referencial teórico para formação de profissionais que atuavam na área dos direitos da infância e adolescência, que revela a consolidação desse Sistema no âmbito das instituições de defesa da criança e do adolescente. Nesse mesmo ano, a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em Brasília, adotou formalmente a expressão "Sistema de Garantia de Direitos" (BAPTISTA, 2012; FARINELLI e PIERINI, 2016).

A estrutura temática adotada nessa obra é, em parte, utilizada pela Conferência e pelo CONANDA, ao estabelecerem os eixos articuladores do Sistema de Garantias de Direitos da Resolução nº. 113/2006 que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente- SGDCA (BRASIL, 2006). A resolução estabeleceu o eixo "controle", reduzindo a proposta da sociedade que era do "controle social" sobre os outros eixos.

A resolução estabelece que o SGDCA será constituído pela articulação e integração das instâncias públicas e da sociedade civil, na efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nas ações de cada ente da Federação, cujas competências são definidas a partir de seus eixos articuladores (promover, defender e controlar), tendo como pressuposto a proteção integral, considerando a condição peculiar de desenvolvimento e interesse superior da criança e do adolescente (BRASIL, 2006).

A Resolução nº.113/2006, no seu artigo 3º, define como linhas de ações que serão efetivadas a partir dos eixos estratégicos de ação, definidos no artigo 5º, quais sejam: promoção, controle da efetivação e defesa dos direitos humanos. Esses eixos não podem ser estabelecidos de forma isolada e sem comunicação, sendo imprescindível à articulação entre eles para que o sistema de garantias funcione satisfatoriamente (BRASIL, 2006; MENDONÇA, 2010).

O eixo da promoção operacionaliza-se de forma transversal e intersetorial, articulando todas as políticas de forma que a integração de suas ações, garantam integralmente os direitos da criança e do adolescente. O eixo do controle concretiza-se através de órgãos colegiados que farão o controle das políticas de promoção e defesa, são eles: os conselhos setoriais, os órgãos de controle e os conselhos de direito da criança e do adolescente. E, o terceiro eixo, o da defesa, materializa-se na garantia do acesso à justiça, constituído pelos órgãos públicos e instituições da sociedade civil que promovem a defesa dos direitos humanos e a prestação jurisdicional (BRASIL, 2006; MENDONÇA, 2010).

2.2 DIRETRIZES NORMATIVAS PARA O SISTEMA DE JUSTIÇA EM DEMANDAS ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Nesta seção, buscou-se sistematizar os principais instrumentos normativos, internacionais e nacionais, bem como documentos orientadores dessas normas, que norteam o sistema de justiça no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, identificando-se neles os principais elementos a serem considerados para garantir a efetividade do acesso desse público à justiça, respeitando os direitos consagrados no ordenamento jurídico interno e externo.

Os instrumentos utilizados como referência nessa sessão são: Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder (Resolução 40/34 da ONU), Convenção sobre os Direitos da Criança (Decreto Nº 99.710, de 21 de novembro de 1990); Diretrizes para a justiça em Assuntos envolvendo Crianças Vítimas ou Testemunhas de Crimes (Resolução nº 20/2005 de 22 de julho de 2005, do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas-ECOSOC); Manual sobre a justiça em assuntos concernentes às crianças vítimas e testemunhas de delitos para uso de profissionais e encarregados de formulação de políticas (UNICEF e UNODC, 2010); Constituição da República

Federativa do Brasil de 1988; Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940); Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº. 3.689 de 03 de outubro de 1941), Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990); Lei 13.431/17, de 04 de abril de 2017, que estabelece o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência; Resoluções nº 33 e 192, respectivamente de, 23 de novembro de 2010 e 08 de maio de 2014, e, ainda, a Recomendação nº. 15, de 31 de julho de 2014, todas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); a Resolução nº. 113, de 19 de abril de 2006 e a de nº. 169, de 13 de novembro de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 09 de outubro de 2012, assinada pelo CNJ e outras instituições nacionais; Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, de 2011-2020; o Plano Nacional de Enfretamento da Violência Sexual contra a Criança e contra o Adolescente; e, o Decreto Nº 9.603, de 10 de dezembro de 2018, da Presidência da República Federativa Brasileira, regulamentando a Lei 13.431/2017.

2.2.1 Instrumentos normativos internacionais para o sistema de justiça em demandas envolvendo crianças e adolescentes vítimas de violência

A Assembleia Geral da ONU, em 29 de novembro de 1985, aprovou a Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder (Resolução 40/34), que dentre outros, faz recomendações para melhoria da capacidade do sistema judiciário e administrativo para atender as necessidades da vítima, nos seguintes aspectos: reparação do dano ou indenização, informação da macha processual, garantia de ser ouvida, assistência durante o processo, segurança, celeridade, disponibilizar meios extrajudiciais de resolução de conflitos e assistência material, médica, psicológica e social à vítima (ONU, 1985).

As medidas indicadas por essa Declaração de Princípios tratam as vítimas genericamente, sem detalhar as especificidades das crianças e adolescentes, aspecto evidenciado com a aprovação da Convenção dos Direitos da Criança em 1989.

Essa Convenção, no seu artigo 3º, assevera que as ações relativas às crianças, inclusive as dos tribunais, devem levar em consideração o interesse maior delas. No artigo 12, estabelece o dever dos estados em garantir que as crianças expressem livremente suas opiniões e de serem ouvidas em todos os procedimentos judiciais e administrativos que tenham interesses ou estejam envolvidas. E, ainda, nos artigos 19 e 34, recomenda a adoção pelos Estados Partes de medidas apropriadas para proteção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, e por fim, traz o compromisso de protegê-la, principalmente, de toda forma de exploração e abuso sexual (ONU, 1989).

Assim, em 2005, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU aprovou a Resolução nº. 20/2005, denominada "Diretrizes para a Justiça em assuntos envolvendo crianças vítimas ou testemunhas de crimes", doravante chamada Diretrizes, constituídas por 15 capítulos e um total de 46 diretrizes, com o fim de auxiliar os Estados na adoção de medidas legislativas, administrativas e judiciárias, de proteção especial às crianças e aos adolescentes vítimas ou testemunhas de crime (ONU, 2005).

Da análise dessas Diretrizes, bem como nos outros documentos, levantados através da revisão da literatura, de âmbito internacional e nacional, identificou-se cinco categorias, apontadas como imprescindíveis para a proteção da criança e do adolescente pelo sistema de justiça em demandas em que sejam vítimas ou testemunha. Neste trabalho, referir-se-á apenas a vítima e não a testemunha, apesar da mesma regra atingir a ambas e para evitar redundância, as 46 diretrizes serão tratadas com itens das Diretrizes.

As categorias encontradas e a seguir apresentadas são: princípios, outros procedimentos, ouvida da vítima, assistência interprofissional e formação dos profissionais. Ressalte-se que apesar da ouvida da vítima e os serviços prestados pelas equipes interprofissionais poderem ser incluídos nos procedimentos, neste trabalho, serão tratados separadamente, dada as divergências encontradas na literatura sobre o papel destas categorias e, consequente necessidade de maior aprofundamento.

2.2.1.1 Dos princípios

Os princípios, considerados transversais e expressamente citados nas Diretrizes, estão elencados no seu item 8 (oito). O primeiro princípio é o da dignidade, que declara a natureza humana e valiosa da criança e, por isso, a sua dignidade, necessidades especiais, interesses e privacidade devem ser protegidos e respeitados (ONU, 2005). Este princípio reconhece a criança e o adolescente como sujeito de direito, devendo ser tratado de acordo com a sua capacidade e desenvolvimento, devendo os profissionais que atuam no sistema de justiça serem sensíveis e compreensivos sobre o estágio de desenvolvimento no qual se encontram, eles poderão não compreender com clareza a violência sofrida e terem dificuldades de se expressar, devendo ser encaminhados para serviços específicos de apoio (UNICEF e UNODC, 2010).

O segundo princípio é o da *proteção a não discriminação*, destacando a exigência da criança e do adolescente serem tratados de forma igual e justa. Relaciona algumas hipóteses de proibição, ressalvando o direito à proteção e à oportunidade de desenvolvimento harmonioso (ONU, 1985).

Deste princípio, extraem-se três aspectos: primeiro, a proteção geral, direito das crianças e dos adolescentes de serem protegidos de qualquer discriminação (raça, etnia, cor, gênero, língua, religião, opinião política, nacionalidade, social, propriedade, deficiência e nascimento ou qualquer outra condição sua, de seus pais ou de seus representantes legais). O segundo aspecto é da diferenciação positiva, que se materializa na recomendação, nos itens 16 e 17 das Diretrizes, de se criar serviços especiais a partir das espécies de crimes sofridos pelas crianças e adolescentes e da formação dos profissionais da justiça para atendê-los em suas necessidades. Por fim, o terceiro aspecto, previsto no item 18 das Diretrizes, que assegura que a idade da criança e do adolescente não podem servir de empecilho para sua participação plena no processo, devendo serem tratados como capazes e seus testemunhos dever ser considerados válidos e confiáveis (ONU, 1985; UNICEF e UNODC, 2010).

Outro princípio destacado pelas Diretrizes é o do *melhor interesse da criança*, previsto no artigo 3º da Convenção sobre os Direitos da Criança, sendo considerado um princípio geral na interpretação dos direitos da criança e do adolescente. As Diretrizes, item 8 (oito), alínea c, ressalvam os direitos dos investigados ou acusados

e anunciam que o interesse superior das crianças deve ser considerado em primazia. Neste princípio, inclui-se o da proteção e do desenvolvimento harmonioso.

No princípio da proteção, deve resguardar a criança e o adolescente de todo e qualquer sofrimento, seja físico ou mental e caso ocorra alguma violação desse direito, violando também o direito a crescer num ambiente harmonioso, deve-se adotar medidas adequadas para que retornem ao crescimento saudável (ONU, 2005).

No processo penal, a proteção do interesse superior da criança e do adolescente não se limita em evitar a vitimização secundária, produzida pela atuação estatal na investigação ou instrução criminal, mas também, em melhorar a condição da participação deles no processo. Assim, em alguns países, como na África do Sul, é permitida a dispensa do menor em participar da instrução, com base nesse princípio. Em outros países, como no Reino Unido de Gran Bretanha e a Irlanda do Norte suspendem o processo criminal, caso seja identificada a necessidade da vítima passar por uma terapia ou outro interesse da criança e do adolescente. Na Alemanha, eles podem se negar a prestarem depoimento (UNICEF e UNODC, 2010).

Este princípio deve prevalecer num eventual conflito com o do *direito a ser ouvida*, devendo a vítima ser dispensada de testemunhar, na hipótese de sua participação no processo prejudicar seu desenvolvimento emocional (UNICEF e UNODC, 2010). Destarte, a proteção à criança e ao adolescente deve ser para garantir-lhes um desenvolvimento saudável, consubstanciando-se em elementos fundantes do interesse maior da criança, que deve ser considerado em primazia em quaisquer circunstâncias.

Como último princípio transversal, expressamente relacionado nas Diretrizes, item 8, tem-se o *direito à participação*, que assegura que toda criança e adolescente tem o direito de se expressar livremente, com suas próprias palavras, em qualquer processo judicial e que suas opiniões devem ser consideradas nas tomadas de decisões (ONU, 2005).

A participação das crianças e adolescentes não podem estar vinculadas à autorização dos seus genitores, podendo resultar em prejuízo, quando os interesses se colidirem. Porém, não se apresenta como limitação a este princípio, a necessidade de acompanhamento do representante legal. Nos Estados Unidos da América (EUA), a opinião da criança vítima é feita através de um formulário que é

analisado por uma equipe multiprofissional que atestam quanto a vítima foi impactada pelo crime. Esse formulário é utilizado para sentenciar, para autorizar benefícios ao acusado e para fixar a reparação da vítima (UNICEF e UNODC, 2010).

2.2.1.2 Ouvida da vítima

Dos dispositivos das Diretrizes, extraem-se diversas recomendações sobre o direito da vítima em ser ouvida e sobre os cuidados que se deve ter com a mesma. Nos itens 12, 13 e 14, recomendam-se que se interfira o mínimo possível na privacidade da criança e do adolescente, devendo se manter altos padrões de coletas. As entrevistas devem evitar mais sofrimento para as crianças e ser conduzidas por profissionais treinados, de forma sensível à criança e utilizar material adequado (ONU, 2005).

Nos depoimentos, conforme item 30, alínea "d", deve-se usar procedimentos adequados em salas adaptadas para vítimas crianças e adolescentes, com possibilidade de recesso durante o depoimento. O item 31 recomenda que a adoção de procedimentos especiais possibilite a limitação do número de entrevistas, evitem o contato desnecessário entre vítima e acusado e a utilização de meios de apoio à vítima com nomeação de psicólogos (ONU, 2005).

Em alguns países, a exemplo da Irlanda, há uma pessoa que atua como intermediária, que não é o profissional designado para apoiá-la durante o processo, mas a que atua na ou vida da criança ou do adolescente, traduzindo as perguntas das partes na demanda, em linguagem compatível com o desenvolvimento do entrevistado (UNICEF e UNODC, 2010).

No Canadá e na África do Sul, são utilizadas medidas como telas de proteção entre acusado e vítima, circuito de televisão dentro de um sistema fechado, com microfones, mapas, fotografias e brinquedos. Na França e no Reino Unido, como medida de ajuda à vítima contra a vitimização secundária, utiliza vídeo conferência, garantindo a ouvida da criança e do adolescente de outro lugar, diferente dos espaços do sistema de justiça. Todavia, países como a Suécia tem deixado de aplicar esses meios, por entender que podem afetar a confiabilidade do testemunho da vítima (UNICEF e UNODC, 2010).

Outros exemplos, também emblemáticos, são os de Israel e da Austrália. No primeiro, nomeia-se um intermediário para apoiar no depoimento da vítima e depois

esse profissional é ouvido na instrução, para declarar as impressões sobre a credibilidade das declarações da vítima. Na Austrália, evita-se a participação prévia no juízo, como forma de afastar a vítima da responsabilidade da prisão preventiva do acusado, deixando a participação da criança e do adolescente numa fase mais decisiva do processo (UNICEF e UNODC, 2010).

Entretanto, essa experiência da Austrália diverge das orientações do Unicef e Unidoc (2010, p.80), de antecipação da ouvida da vítima durante a investigação, podendo utilizar meios tecnológicos, com o fim de evitar mais sofrimento da vítima e cumprir o estabelecido na alínea "a", do item 31, das Diretrizes que recomenda a limitação do número de ouvida da criança e do adolescente.

2.2.1.3 Assistência interprofissional

Na perspectiva de preservar o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes, evitando a vitimização secundária e capacitá-los para participar efetivamente do processo na justiça, as Diretrizes, nos itens 22 a 25, apontam como medida necessária, a assistência eficaz por profissionais com formação adequada.

Essa assistência inclui serviços de apoio financeiro, jurídico, saúde, social, educativo, psicológico e outros serviços de orientação e reinserção das crianças e dos adolescentes. Segundo as Diretrizes, toda a assistência deverá atender as necessidades das vítimas para participar efetivamente do processo na justiça, cabendo aos profissionais evitar o excesso de intervenções (ONU, 2005).

Segundo as Diretrizes, itens 24 e 25, as crianças e adolescentes devem receber assistência de uma pessoa de apoio de forma ininterrupta durante o processo, inclusive, acompanhando-as no depoimento. E, ainda, que os profissionais adotem medidas que facilitem o testemunho das vítimas, atendendo as necessidades especiais delas. Recomenda, por fim, que haja um tutor que proteja os interesses jurídicos das crianças e adolescentes vítimas (UNICEF e UNODC, 2010).

Os modelos adotados, pelos países, para apoiar às vítimas menores de 18 anos apresentam-se de variadas formas. A assistência pode ser oferecida através dos serviços públicos, especializados ou não às vítimas crianças e adolescentes. Em alguns países, o apoio psicológico é prestado por serviços comunitários, não governamentais (UNICEF e UNODC, 2010).

No México, Marrocos e Reino Unido, o serviço de assistência é feito por órgão similar ao Ministério Público no Brasil. Outros países, a exemplo da Argélia, têm organizado as unidades de proteção às crianças e aos adolescentes nas próprias delegacias. Há também aqueles que criaram centros especiais de tratamento e reabilitação de crianças vítimas de violência, como a Letônia e Reino Unido (UNICEF e UNODC, 2010).

Aspecto importante a ser ressaltado é a assistência jurídica, mais presentes em países do *Civil Law*¹, que se materializa na assistência gratuita de um advogado. Na Colômbia, essa assistência é prestada, para aqueles que não podem contratar, por estudantes de direito. Outros como Gâmbia, França e Venezuela dispõem de associações de defesa às vítimas. Em alguns países do *Common Law*² se reconhecem como exceção o direito de assistência jurídica à vítima e em alguns ficando a responsabilidade sobre o Estado, a exemplo do Paquistão (UNICEF e UNODC, 2010).

Peru e EUA são considerados exemplos da atuação eficaz de equipes interdisciplinares, pois têm conseguido avanços significativos com a criação de centros de defesa jurídica para criança e o adolescente, modelo compartilhado por profissionais com conhecimento especializado que tornam mais efetiva a proteção da vítima, permitindo-a fazer declarações mais minuciosas e precisas (UNICEF e UNODC, 2010).

2.2.1.4 Outros procedimentos

As recomendações das Diretrizes foram construídas com a finalidade principal de evitar a vitimização secundária, ou revitimização, que ocorre com o sofrimento provocado pela participação da vítima durante o processo investigativo e judicial, quando a criança e o adolescente têm que expor a situação de violência vivida, relembrando-a. Ou, ainda, na ansiedade gerada pela possibilidade de reencontrar com o acusado, medo dele e da reação da família, sentimento de que são culpados,

² Sistema jurídico em que a jurisprudência é a principal fonte do direito.

¹ Sistema jurídico em que a lei é a principal fonte do direito.

que provocou a ação do acusado e são responsáveis pelo deslinde da demanda (UNICEF e UNIDOC, 2010).

Assim, dos itens, 26 a 39 das Diretrizes, são extraídos outros procedimentos, além dos acima destacados, ouvida da vítima e assistência interprofissional, como meios de evitar a vitimização secundária, bem como poupar as vítimas de mais sofrimentos e atenuar, se possível, os já provocados diretamente pela violência sofrida.

O primeiro procedimento, a ser identificado, no item 19 das Diretrizes (ONU, 2005), é a necessidade de estabelecer mecanismos de informação à vítima e aos seus responsáveis legais, sobre os direitos, de todo o andamento do processo, dos serviços de apoio disponíveis, a forma que se dará sua participação, sobre os locais e horários dos atos, das medidas de proteção disponibilizadas e da reparação.

Outro procedimento, previsto nos itens 26 a 28 das Diretrizes (ONU, 2005), é a privacidade das informações sobre a criança e o adolescente existentes nos processos, que deve ser protegida contra a exposição indevida e restringir a divulgação de informações que identifiquem a vítima.

Com base no item 29 das Diretrizes, devem ser tomadas providências para evitar sofrimento durante os procedimentos no sistema de justiça, com o fim de garantir o respeito aos princípios do interesse maior da criança e do adolescente e da dignidade (ONU, 2005).

Algumas dessas medidas são elencadas nos itens 30 e 31, a saber: a) planejamento antecipado da participação das crianças e adolescentes em audiências e julgamento; b) celeridade processual; c) ambiente do sistema de justiça apropriado para crianças e adolescentes; d) sistema de notificação apropriado para facilitar a participação da vítima; e) providenciar salas de espera separadas no tribunal (ONU, 2005).

O planejamento da participação da vítima no processo deve ser feito para resguardá-la de mais sofrimento, evitar atrasos e adiamentos inúteis e com vista à celeridade processual. Deve se encontrar formas para reduzir o tempo que a criança e o adolescente passarão no tribunal, que não haja prejuízo para suas atividades escolares, que não alterem suas atividades normais e diárias. Deve ser evitado o agendamento de algum ato judicial ou policial que a criança e o adolescente tenham que participar no final do expediente. É recomendado que seja previsto recessos para descanso da vítima, quando necessário (UNICEF e UNODC, 2010).

Neste contexto, a notificação da vítima é de relevante importância e deve ser apropriada para facilitar sua participação, com informações exatas do horário, recepção e apoio enquanto estiver no tribunal (UNICEF e UNODC, 2010).

Para dar celeridade ao processo, na Malásia, uma vez informado a vítima sobre o ato, pode-se fixar prazos para que o processo siga sem interrupções. Nas Filipinas, no caso de abusos infantis, tem-se 48 horas para o sistema de justiça atuar. Nessa mesma perspectiva, no Reino Unido pode-se remeter uma causa envolvendo criança e adolescente direto para o Tribunal Penal, quando se verificar que há provas suficientes para o deslinde do caso. Nos EUA, há normas que permitem que em demandas com crianças vítimas e testemunhas, os tribunais possam optar por procedimentos específicos (UNICEF e UNODC, 2010).

Na África do Sul, foi criado, em 1993, um tribunal específico para atender as vítimas de crimes sexuais, em especial crianças e adolescentes, mas não é exclusivo destes. E, ainda, de forma específica de atendimento, tem-se a experiência do Brasil, com a criação de varas especializadas, criadas inicialmente em Recife, em 1992, e depois implantadas em outros estados (UNICEF e UNODC, 2010).

O ambiente do sistema de justiça, também, deve ser apropriado para atender crianças e adolescentes, com equipamentos e móveis adaptados a sua estatura e maturidade. Os espaços devem ser agradáveis e informais, com jogos e brinquedos distribuídos nos espaços para melhorar a espera pelo início ou encerramento dos atos. No Reino Unido e na Austrália, os juízes e advogados só usam vestimentas formais quando estritamente necessário. Deve-se, ainda, providenciar salas de espera separadas no tribunal para evitar qualquer contato entre vítima e acusado (UNICEF e UNODC, 2005).

Nos itens 32 a 34 e 38 e 39 das Diretrizes, são elencadas as medidas de proteção das crianças e adolescentes em situação de violência. A primeira, item 32, é a de comunicar às autoridades, sendo esta obrigação dos profissionais que trabalham com esse público, bem como devem ser devidamente capacitados para reconhecer e prevenir quando tipo de violação de direitos (ONU, 2005).

Especificamente para proteção das crianças e adolescentes que estão envolvidas em demandas no sistema de justiça, no item 34, são relacionadas algumas medidas para oferecerem segurança à vítima e a seus familiares, são elas: evitar o contato direito entre vítima e acusado; utilizar interdições judiciais com base

num sistema de registro; decretar prisão preventiva ou estabelecer liberdade com medidas cautelares que proíbam o contato; colocar o acusado em prisão domiciliar; quando necessário, determinar proteção policial ou tomar medidas para não revelar o endereço (ONU, 2005).

As medidas de proteção devem se equilibrar com os direitos dos acusados, mas num eventual conflito prevalecerá o interesse maior da criança e do adolescente. A retirada da vítima do seu convívio familiar deve ser sempre a última medida e em situações de grave perigo para ela, como acontece na Austrália. Neste país, o agressor sai de casa e não a criança e o adolescente. Na Suécia, a legislação estabelece garantias para evitar entregas desnecessárias de crianças e adolescentes às instituições especiais de proteção, pois essas medidas poderão parecer castigos para a vítima e aumentar seu sofrimento (UNICEF e UNODC, 2010).

Nos itens 35 a 37 das Diretrizes, como medidas para assegurar o direito à devida reparação e recuperação da vítima, recomendam-se que os instrumentos de reparação sejam facilmente acessíveis, devendo se conjugar instrumentos penais com mecanismos extrajudiciais e comunitários, a exemplo da justiça restaurativa. Nos valores fixados para indenização da vítima, devem ser incluídas, as despesas de programas estatais que tenham assistido à vítima e à reparação dos danos já fixada no juízo civil. Sempre que possível, serão incluídos no cálculo da reparação, os custos com a reinserção social, educação, saúde e as despesas judiciais. Na execução, o pagamento da indenização deve ser prévio ao da multa (ONU, 2005).

Há países, geralmente do *Comman Law*, que o pedido de reparação é feito apenas nos procedimentos civis, restando ao penal apenas a apuração da culpa do acusado, enquanto que nos países do *Civil Law*, a vítima poderá reclamar a indenização no juízo civil ou penal. O sistema do *Comman Law* é mais oneroso e difícil para vítima, pois aumentam as demandas na justiça e possibilita o manejo de mais recursos (UNICEF e UNODC, 2010).

Na Bélgica, EUA e México existem fundos especiais de compensação da vítima. Na Letônia e Argélia, o Estado pode proporcionar a indenização e depois cobrar do acusado. Na França, aplica-se um imposto sobre os contratos de seguro ou os condenados são obrigados a pagar uma multa que financiará planos de compensação (UNICEF e UNODC, 2010).

Além das medidas de proteção específica à vítima, até aqui estudadas, as Diretrizes, nos itens 38 e 39, enumeram medidas preventivas especiais aplicadas a todas as crianças e adolescentes, a serem consagradas na legislação de cada país, estabelecendo intervenções adaptadas, especificamente, em casos de vítimas menores de 18 anos e à natureza da violência sofrida. Em muitos países foram criadas delegacias especializadas e na maioria, a competência dos crimes contra criança e adolescente é atribuída a uma categoria especial de juízes (UNICEF e UNODC, 2010).

Outras medidas de prevenção identificadas são: na Finlândia, África do Sul e Reino Unido exigem a análise dos antecedentes criminais antes da contratação de pessoas para trabalharem com crianças e adolescentes; em Camboja, há programa comunitário para prevenir abusos sexuais e facilitar a reintegração das vítimas; e, na Rússia e no Japão, são estabelecidas nas suas respectivas legislações, o dever do estado em promover ações de prevenção de crimes contra a criança e o adolescente (UNICEF e UNODC, 2010).

Por fim, outra forma recomendada nas diretrizes para reparação dos danos é a utilização de mecanismos como a justiça restaurativa, na qual a vítima, o acusado, os familiares e os membros da comunidade atingida participam conjuntamente de forma ativa para resolver as questões decorrentes do crime, com a ajuda de um facilitador. A justiça restaurativa caracteriza-se como uma resposta flexível aos danos causados pelo crime, na qual se respeita à dignidade e à igualdade de cada pessoa e favorece a harmonia social, mediante à recuperação de todos os envolvidos (UNICEF e UNODC, 2010).

2.2.1.5 Formação dos profissionais

A formação dos profissionais é apontada nas Diretrizes como essencial para sua implementação, além de recomendar a capacitação das equipes que trabalham com o atendimento de crianças e adolescentes ao longo do seu texto, conforme itens 13, 16, 34, destaca-a nos 40 a 43 (ONU, 2005).

Segundo as Diretrizes, para proteger eficazmente a criança e o adolescente, os profissionais devem ter formação adequada para atender melhor às necessidades das vítimas e empregar método, abordagens, atitudes especializados,

interdisciplinares e colaborativos. E, ainda, recomenda que a capacitação deva servir para reavaliar periodicamente o papel de cada um (ONU, 2005).

No item 42, das Diretrizes, são relacionados os conteúdos necessários para a formação, um currículo mínimo, dentre eles destacam-se: legislação sobre direitos humanos e da infância e juventude; princípios e deveres éticos dos cargos; o papel dos profissionais que trabalham com criança e adolescente; medidas e técnicas para identificar crimes, efeitos da violência, formas de entrevistar e avaliar as vítimas nessa faixa etária; aspectos da comunicação relacionados com a idade, interculturalidade e linguísticos para as devidas adequações para melhor interação com a criança e ao adolescente (ONU, 2005).

A formação adequada dos profissionais terá como consequência a melhoria da investigação, a efetividade do processo criminal, alinhados com a redução dos aspectos que provocam a vitimização secundária. Assim, na Bolívia e Bulgária, a formação dos profissionais que trabalham com criança e adolescente é um requisito para seleção. No México, Marrocos, Índia e Peru, existem programas específicos de formação dos profissionais da polícia que atuam com crianças e adolescentes. O Reino Unido desenvolve cursos à distância, tendo o Ministério Público desenvolvido um programa de formação em quatro níveis: a) sensibilização sobre questões relacionadas com vítimas menores de 18 anos; b) identificação das vítimas e as medidas eficazes; c) garantia de apoio às vítimas; e, d) garantir uma boa comunicação sobre as decisões no processo (UNICEF e UNODC, 2010).

2.2.2 Instrumentos normativos nacionais para o sistema de justiça em demandas envolvendo crianças e adolescentes vítimas de violência

No Brasil, a Lei 13.431, de 04 de abril de 2017, em vigor à partir de 04 de abril de 2018, estabeleceu o sistema de garantias de direitos das crianças e dos adolescentes vítimas e testemunhas de violência, constituindo norma específica sobre a matéria. Nesta norma, verifica-se o esforço do Estado Brasileiro em adotar as Diretrizes.

Essa Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 9.603, publicado pela Presidência da República, em 10 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018).

Além dessa, encontra-se nas outras normas nacionais, instrumentos gerais ou específicos de proteção à vítima, em especial a menores de 18 anos. Assim, na

mesma estrutura que se analisou as normais internacionais, analisam-se as normas nacionais.

2.2.2.1 Princípios

Os princípios previstos nas Diretrizes são encontrados na legislação pátria em vários instrumentos normativos. Na Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 (CRFB/88), no seu artigo 227, adotou a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente e, expressamente, os princípios da prioridade absoluta, dignidade e não discriminação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é considerado um sistema aberto de regras e princípios que tem como postulado o interesse superior da criança e do adolescente, sendo considerados como meta-princípios, a proteção integral e a prioridade absoluta. Assim, no artigo 100, desse Estatuto, identificam-se os seguintes princípios: criança e adolescente como sujeitos de direitos; responsabilidade primária e solidária do poder público; privacidade; intervenção precoce; intervenção mínima; proporcionalidade e atualidade; responsabilidade parental; prevalência da família; obrigatoriedade da informação; oitiva obrigatória e participação (BRASIL, 1990; AMIN, 2014; ROSSATO, 2017).

Seguindo o ordenamento pátrio e as Diretrizes, a Lei 13.431/17, no artigo 5º, estabelece os direitos e garantias da criança e do adolescente vítimas e testemunhas, dentre os quais se identificam os princípios da prioridade absoluta, dignidade, intimidade, não discriminação, proteção e da participação.

2.2.2.2 Ouvida da vítima

O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura, em seu artigo 28, §1º e art. 100, parágrafo único, inciso XII, o direito da criança de ter suas declarações consideradas e serem ouvidas previamente por equipe interprofissional (BRASIL, 1990). Entretanto, a ouvida da vítima, utilizando-se técnica especial, iniciou-se no Brasil, no Rio Grande do Sul, no 2º Juizado da Infância e Adolescência de Porto Alegre, em 2003, depois foi seguido por outros estados como: Pernambuco, Acre e Sergipe. Em 2010, através da Resolução nº. 33, de 13 de novembro de 2010, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomenda aos tribunais a criação de serviços

especializados para ouvida de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violências em processos judiciais, denominando de Depoimento Especial (CNJ, 2010b; ROQUE, 2014).

Essa resolução, em suas considerações iniciais, reforça o direito da vítima ser ouvida, da proteção integral assegurada pela CRFB/88 e coloca como objetivo principal a necessidade de proteção das crianças e adolescentes vítimas de violência. O procedimento de ouvida da vítima deve garantir que elas possam se expressar de maneira clara, para que contribua com a formação da verdade e da responsabilização do agressor e dê à prova, maior confiabilidade e qualidade, especialmente em casos de síndrome de alienação parental (CNJ, 2010b).

Em apertada síntese, a Resolução nº 33 do CNJ estabelece a estrutura que deverá ter uma sala de depoimento especial, quais sejam: ambiente específico e adequado ao depoimento da criança e do adolescente, profissional especializado e treinado para o emprego da técnica de depoimento especial, sistema de vídeo gravação, acolhimento para esclarecimento sobre a participação da vítima no processo, com ênfase na condição de sujeito em desenvolvimento (CNJ, 2010b).

Em 2014, o CONANDA aprovou a Resolução nº 169 que trata da proteção dos direitos da criança e do adolescente em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantias de Direitos, recomendando que as entrevistas com crianças e adolescentes sejam conduzidas por profissionais tecnicamente habilitados (BRASIL, 2014).

A Lei 13.431/17 estabelece em seus artigos 7º ao 12 a escuta especializada e o depoimento especial. Define a escuta especializada como a promovida pelos órgãos da rede de proteção, cujo relato será apenas dos aspectos, estritamente, necessários à intervenção do órgão acionado. E, o depoimento especial como a oitiva feita pela autoridade policial ou judiciária que deverá ser tomado cautelarmente como produção antecipada de provas, quando se tratar de violência sexual ou vítima menor de 07 (sete) anos (BRASIL, 2017a).

Sobre o depoimento especial, determina a referida lei, que deverá seguir um protocolo, evitar ser realizado mais de uma vez, observar os princípios constitucionais do devido processo em relação ao acusado. Deve ser realizado em local apropriado e acolhedor, inclui-se, também, a escuta especializada, que garanta a privacidade da vítima.

No artigo 12, da Lei 13.431/2017, estabelecem-se os procedimentos que para o depoimento especial. Serão relacionados aqui, apenas os diretamente relacionados com a ouvida da vítima.

Os principais procedimentos são: a) os profissionais especializados deverão informar a vítima sobre os procedimentos, vetando a leitura de qualquer peça processual; b) as declarações da vítima serão de livre narrativa, com intervenção do profissional só quando necessário para elucidação dos fatos; c) a participação das partes será após a narrativa da vítima, devendo o juiz consultar as partes e analisar a pertinência de perguntas complementares, organizadas em blocos; d) as perguntas das partes serão adaptadas pelo profissional para melhor compreensão da vítima; d) o depoimento será transmitido em tempo real para sala de audiência, onde estarão as partes do processo e gravado em áudio e vídeo. As condições de preservação e segurança dessa mídia será objeto de regulamentação.

Aspecto importante, trazido pela Lei 13.431/17, não encontrada nas Diretrizes, é o previsto no art. 22, estabelecendo que os órgãos policiais, responsáveis pela investigação, deverão buscar outros meios de provas, evitando que o depoimento da vítima não seja o único. E, ainda estabelece que medidas deverão ser tomadas para preservação da intimidade e da privacidade da vítima, tendo o legislador nesse mesmo diploma legal, no artigo 23, considerado como conduta típica, permitir que terceiro, estranho ao processo, sem autorização judicial e sem o consentimento da vítima ou seu representante legal, tenha acesso ao depoimento, fixando a pena de 1(um) a 4(quatro) anos de reclusão.

O Decreto nº 9.603/2018 deixa claro os propósitos da escuta especializada e do depoimento especial. No artigo 19, define a primeira, como o procedimento realizado pela rede de proteção e que não tem por finalidade produzir provas, por isso deverá ficar limitada ao cumprimento de sua finalidade que é a proteção social e de cuidados. No artigo 20, determina que essa escuta será realizada por profissionais capacitados.

No artigo 22 do mesmo Decreto, o depoimento especial é definido como o procedimento realizado pelas autoridades judiciárias e policial com o objetivo de produzir provas, e, deverá ser conduzido por autoridades capacitadas.

2.2.2.3 Assistência interprofissional

A intervenção de equipe interprofissional, para assessorar a Justiça da Infância e da Juventude, é taxativamente prevista, artigos 150 e 151, do Estatuto da Criança e do Adolescente, como competência para fornecer subsídios por escrito, através de laudos, ou verbalmente, na audiência, bem como, realizar aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, subordinada à autoridade judiciária, entretanto, assegurando-lhe a livre manifestação do ponto de vista técnico (BRASIL, 1990).

A Resolução nº 169/2014 do CONANDA dispõe que o atendimento das crianças e adolescentes pelos órgãos ou entidades do Sistema de Garantias de Direitos deverá ser feito sempre que possível por equipe interprofissional, respeitando a autonomia de cada técnico, utilizando de métodos que assegurem a integridade física, psíquica e moral deles, respeitando a situação de vulnerabilidade que se encontram e nível de desenvolvimento (BRASIL, 2014).

A Lei 13.431/17, que adota as recomendações das Diretrizes, diferentemente desta, não adotou um capítulo sobre o título "assistência eficaz", colocando-a apenas com uma das garantias esculpidas no seu artigo 5º. No inciso VII, deste artigo, estabelece que a vítima será assistida por equipe qualificada, jurídica e psicossocial, com o fim de facilitar sua participação e protegê-la de comportamentos inadequados dos órgãos do sistema de justiça (BRASIL, 2017).

Esta lei, na mesma perspectiva do Sistema de Garantia de Direitos, estabelecido pela Resolução nº 113 do CONANDA e dos artigos 86 a 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe de um título específico, o IV, sobre a integração das políticas de atendimento. Estabelece que os sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde deverão adotar ações articuladas com vistas ao acolhimento e atendimento integral das vítimas, podendo estes se constituírem em serviços especializados, a exemplo, de delegacias, varas, Ministério Público, Defensorias, pericia médico-legal (BRASIL, 2017).

Nos serviços de saúde, artigos 17 e 18 da citada lei, ressalva-se a necessidade do atendimento acolhedor e da coleta, guarda e preservação do material colhido. Destacam-se, no artigo 19, a recomendação que os serviços de assistência social, no âmbito do Sistema Único de Saúde, prestem assistência à família, com elaboração de plano individual e familiar de atendimento.

E por fim, o Decreto 9.603/2018 estabelece que as políticas públicas deverão se efetivar de forma integrada e coordenada. Determina também o prazo de 180 (cento e oitenta dias) para instituição do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social da Criança e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência; definição do fluxo de atendimento; e, criação dos grupos intersetoriais locais de discussão.

2.2.2.5 Outros procedimentos

Na mesma perspectiva das Diretrizes, as normas internas brasileiras buscam estabelecer procedimentos que preservem a integridade física e psicológica da criança e do adolescente, evitando a revitalização secundária decorrente da participação de um processo judicial.

Além dos procedimentos, de ouvida especial e de assistência interprofissional, através de equipe interdisciplinar, a Lei nº 13.431/17 estabelece outros procedimentos a serem observados no trâmite de investigação e ações penais em que crianças e adolescentes sejam vítimas ou testemunhas.

Os artigos, 5º e 7º da referida lei, estabelecem que a participação da criança e do adolescente deve ser planejada de forma que sejam observados: o horário mais conveniente e adequado para a participação da vítima, a prioridade no atendimento, a celeridade do processo, idoneidade no atendimento, intervenções limitadas, confidencialidade das informações prestadas e atendimento acolhedor (BRASIL, 2017).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no título referente ao acesso à justiça, artigo 143, parágrafo único, dispõe que a divulgação de notícia sobre fatos que envolvam crianças e adolescentes não poderá identificá-las. E, ainda, estabelece nos artigos 27 e 206, o segredo de justiça (BRASIL, 1990).

Estas restrições de acesso aos processos judiciais, também, são previstas no artigo 234-B do Código Penal Brasileiro (CPB) que estabelece que correrão em segredo de justiça nos crimes contra a dignidade sexual, regra extensiva a todas as vítimas e não apenas as crianças e adolescentes (BRASIL, 1940).

Como regra geral, o Código de Processo Penal Brasileiro (CPPB) também estabelece procedimentos quanto ao ofendido, no artigo 20, parágrafos 2º ao 6º, são eles: a comunicação dos atos processuais relativos ao ingresso e à saída do

acusado da prisão, à designação de data para audiência e à sentença e respectivos acórdãos que a mantenham ou modifiquem; indicação do endereço que deseja ser informado dos atos processuais, podendo ser feito através de meio eletrônico; espaço reservado de recepção do início da audiência e durante a sua realização; encaminhamento ao atendimento multidisciplinar, especialmente nas áreas psicossocial, de assistência jurídica e de saúde, custeadas pelo ofensor ou do Estado. E, por fim, a possibilidade de determinar o segredo de justiça em relação aos dados, depoimentos e outras informações constantes dos autos a seu respeito, com o fim de evitar sua exposição aos meios de comunicação (BRASIL, 1941).

A Resolução nº. 169/2014 do CONANDA, além dos procedimentos já citados, recomenda, nos artigos 3º, 4º, 8º e 9º, que a criança e o adolescente deverão ser devidamente acolhidos e os acusados e familiares da vítima também serem ouvidos. E, como procedimento para romper com o círculo de violência, indica o tratamento especializado dos autores da violência e a priorização de meios alternativos de solução de conflito, especialmente nos conflitos em espaços comunitários deva ser priorizada a solução pacífica, evitando-se a judicialização e a intervenção do Sistema de Segurança Pública.

Aspecto importante, destacado como medida de proteção à criança e ao adolescente vítimas em demandas judiciais, é a celeridade processual, garantia constitucional prevista no artigo 5º, inciso LXXVIII, da CRFB/88, que assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade na tramitação (BRASIL, 1988).

O procedimento célere também está expressamente previsto na Lei 13.431/17, nos artigos 5º, inciso VIII e 14, inciso V, dispondo sobre a celeridade processual e do atendimento que deve ser feito imediatamente ou o mais rápido possível após a violência sofrida pela criança ou o adolescente. Ainda, no artigo 5º, § 2º prevê que, nos casos de crimes sexuais, a celeridade pode ser requerida pelo responsável pela rede de proteção (BRASIL, 2017).

Em 2012, o CNJ, juntamente com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), o Governo Federal, representando por diversos Ministérios e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, subscreveu a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNJ, 2012).

Dentre as estratégias adotadas, nessa Carta, têm-se as que visam enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes, devendo priorizar: ações e medidas que promovam maior celeridade e efetividade às investigações e ações penais nos crimes contra à dignidade sexual de crianças e adolescentes; adoção de fluxo de atendimento, articulado e integrado; utilização de meios de produção de prova que evitem a revitimização das crianças ou adolescentes; especialização de unidades no âmbito do sistema de justiça (CNJ, 2012).

Como desdobramento desta Carta, o CNJ editou a Recomendação 15/2014, que dispõe sobre a celeridade das ações penais que tenham como vítimas crianças ou adolescentes, preferencialmente nos casos de abuso sexual, tortura e maus tratos. Além de indicar formas de identificação dos processos, propõe que sejam finalizados no prazo de 12(doze) meses (CNJ, 2014c).

Na esteira das Diretrizes, encontramos, também, no ordenamento pátrio normas de proteção específica à criança e ao adolescente vítima no sistema de justiça, especificamente na Lei 13.431/17, no seu artigo 6º, a possibilidade de a vítima pleitear medidas de proteção contra o autor da violência. Essa mesma lei estabelece no artigo 21, as medidas de proteção que a autoridade policial pode requerer, dentre elas: afastamento cautelar do acusado, decretação de prisão preventiva, inclusão da vítima em programas de proteção e nos programas socioassistenciais, representar ao Ministério Público medida cautelar de antecipação de provas (BRASIL, 2017).

No artigo 7º da Resolução 113/2004 do CONANDA e nos artigos 16, parágrafo único e 23 da Lei 13.431/17, é recomendada a criação de varas criminais especiais para vítimas crianças e adolescentes. Nessa lei é estabelecido não apenas a disponibilidade de varas criminais especializadas, mas também de delegacias.

A existência de varas, delegacias, promotorias de justiça, perícias e serviços de proteção especializados, é prevista como indicador de monitoramento no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Criança e o Adolescente (BRASIL, 2013).

Por fim, o Decreto 9.603/2018 estabelece o compartilhamento de informação entre os órgãos da rede de proteção, com o fim de preservar a criança e o adolescente, evitando a reouvida e consequente, revitimização. Esse

compartilhamento deverá primar pelo sigilo dos dados pessoais das vítimas ou testemunhas.

2.2.2.5 Formação dos profissionais

A formação dos profissionais é aspecto relevante para se garantir a proteção da criança e do adolescente nos instrumentos internacionais, conforme descrito anteriormente, bem como nas normas internas do Estado Brasileiro. Assim, a CRFB/88, no art. 29, § 2º estabelece que os entes da federação deverão manter escolas de governo para a formação dos servidores públicos, devendo a participação nos cursos constitui-se como um dos requisitos para a promoção na carreira (BRASIL, 1988).

A especialização e formação continuada dos profissionais, também, é uma das diretrizes para o atendimento da política para infância e adolescência, fixada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu artigo 88, inciso VIII. Ressalta esse Estatuto que como conteúdo dessa formação, devem ser incluídos os direitos desse público e que se favoreça a intersetorialidade no atendimento da criança e do adolescente e seu desenvolvimento integral (BRASIL, 1990).

Além da formação dos profissionais, a Resolução 113/2006 do CONANDA, no artigo 2º, § 3º, recomenda aos órgãos do Sistema de Proteção, a promoção de estudos e pesquisas (BRASIL, 2006).

O Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes estabelece como uma diretriz e objetivo estratégico, Diretriz 10 e Objetivo Estratégico 10.1, a qualificação permanente de profissionais para atuarem nos diversos eixos do sistema de garantias, com a formulação e implementação de uma política de formação continuada, observando as regras estabelecidas pelo CONANDA e a diversidade regional, cultural e étnico-racial (BRASIL, 2010b).

Adotando também a formação dos profissionais como estratégia para a proteção integral, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Criança e o Adolescente estabelece como indicador de monitoramento o número de programas de capacitação e profissionais qualificados (BRASIL, 2013).

Especificamente, para os servidores do judiciário brasileiro o CNJ, através da Resolução nº 192, de 08 de maio de 2014, dispôs sobre a Política de Formação e Aperfeiçoamento, que dentre outros objetivos, pretende aperfeiçoar os serviços

judiciários prestados à sociedade, através de programas de formação inicial e continuada (CNJ, 2014b)

A Lei 13.431/17, no artigo 14, §1º, inciso II, estabelece a capacitação interdisciplinar continuada e de preferência realizada conjuntamente com os outros órgãos do sistema de garantias de direitos, como uma das diretrizes para a implementação das políticas articuladas, voltadas para o acolhimento e proteção integral das crianças e adolescentes.

Por fim, o Decreto 9.603/2018 estabelece que deverá ser criada uma matriz intersetorial para a formação dos profissionais do sistema de garantias de direitos da criança e adolescente vítima ou testemunha, porém limita a realização de cursos à disponibilidade orçamentária, contrariando a prioridade absoluta desse público nas políticas públicas.

2.3 O SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL E AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS

O sistema de justiça criminal organiza-se em três frentes principais de atuação: segurança pública, justiça criminal e execução penal. Abrange a atuação do poder público da prevenção das infrações penais até a execução da pena pelos condenados. A efetividade do sistema dá-se com a eficiência da ação de cada linha de ação (FERREIRA e FONTOURA, 2008).

O Labeling Approach, teoria criminológica desenvolvida por Becker (2008), promoveu a superação do paradigma estático do sistema estruturalista-funcional, permitindo uma abordagem dinâmica do sistema penal e dos órgãos que o compõe, podendo-se analisar os processos de criminalização que eles promovem, através de um sistema mais amplo de controle social e de seleção das condutas tidas como desviantes (ANDRADE, 2003 apud AZEVEDO, 2014).

Assim, identificam-se cinco características das organizações que atuam no sistema de justiça criminal: os operadores lidam com pessoas (acusados, vítimas, testemunhas e outros cidadãos); as instituições têm sido objeto de esforço para aumentar a eficiência e produtividade; as organizações do sistema são confrontadas com objetivos múltiplos e muitas vezes conflitantes; seus objetivos são definidos por demandas externas; composto por órgãos que competem entre si (AZEVEDO, 2014).

Não é pacífico o reconhecimento da justiça criminal como sistema. Existem autores que defendem a inexistência do sistema, dado que os órgãos da justiça criminal produzem princípios e saberes, nem sempre uniformes entre si (KANT LIMA, 1995 *apud* VARGAS, 2014).

Entretanto, alguns autores, como Machado (2014) e Neves (2008), adotam a Teoria de Sistema de Niklas Luhamn (2010) de diferenciação interna do subsistema jurídico-penal sob enfoque sistêmico e a perspectiva histórica.

Outra solução teórica adotada, internacionalmente e, também, por vários autores brasileiros, para descrever o funcionamento do sistema criminal é a categoria de Sistema Frouxamente Integrado, desenvolvida por Meyer e Rowan (1977), que tendo por base pesquisas empíricas, asseveram que os elementos estruturais das organizações formais, que estabelecem os procedimentos das atividades, funcionam não como coordenação e controle, mas quase sempre frouxadamente ligados uns aos outros. Desta forma, regras são violadas com frequência ou, quando implementadas, as consequências são incertas e, a avaliação e a inspeção raras, havendo uma vaga coordenação. Descrevem que as práticas dos membros das organizações revelam a realidade construída como mitos de ambientes, incorporados à estrutura cerimonialmente, de forma que as atividades realizadas, tidas como regras prescritas, vão sendo legitimadas (VARGAS, 2014; VARGAS e RODRIGUES, 2011).

Considerando a complexidade do Sistema de Justiça Criminal e atento a Doutrina da Proteção Integral, representantes da sociedade civil propuseram a criação do Sistema de Garantias e Direitos da Criança e do Adolescente, regulamentado através da Resolução 113/2006 do CONANDA (BRASIL, 2006).

Essa sistemática, dos direitos da criança e do adolescente, exige que as intervenções estatais sejam feitas através de uma política pública específica e intersetorial, que se convencionou chamar de "Sistema de Garantia dos Direitos de Criança e do Adolescente", formado por três grandes áreas integradas de atuação: promoção, defesa e controle (DIGIÁCOMO, 2016).

Dentro desse sistema de garantias, o Poder Judiciário compõe o eixo da defesa, juntamente com o Conselho Tutelar, Ministério Público, Defensoria Pública, Centros de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, Defensoria Pública, Polícia Civil e Militar. O Sistema de Defesa não atua apenas no âmbito civil da infância e juventude, mas também, penal, por isso além desses órgãos terem

setores especializados na área da proteção da infância e do adolescente em conflito com a lei, possuem serviços especializados também na esfera criminal, responsável em apurar e punir as condutas agressoras à criança e ao adolescente.

Em relação aos adolescentes em conflito com a lei, criou-se o sistema juvenil, sendo prevista, no artigo 145, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a criação de varas especializadas exclusivas da infância e juventude, com competência para instruir e julgar processos de ato infracional, guarda, destituição do poder familiar, adoção e outras medidas protetivas (BRASIL, 1990).

Quanto às crianças e aos adolescentes vítimas de crimes, a Lei 13.431/2017, criou o Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente Vitima e Testemunha de Violência que define direitos, garantias, indica estruturas e procedimentos aos órgãos do sistema de justiça criminal para assegurar a proteção integral preconizada constitucionalmente.

Os modelos de prestação jurisdicional às crianças e aos adolescentes vítimas, construídos ao longo destas duas últimas décadas, no Brasil, são díspares. Alguns tribunais criaram varas especializadas nas capitais dos Estados, outros acrescentaram à competência de alguma Vara da Infância e da Juventude ou a uma vara criminal comum a instrução e julgamento de alguns crimes contra esse público. E, ainda, existem tribunais que não tomaram nenhuma medida sobre a prestação jurisdicional específica à criança e ao adolescente vítima.

Além de garantir a celeridade na prestação jurisdicional, essas varas devem observar a condição de pessoa em desenvolvimento das vítimas e a natureza dos processos em trâmite, principalmente porque a maioria dos crimes, dessas varas especializadas, é contra a dignidade sexual, o que requer maior atenção e especificidade (UNICEF, 2004).

Assim, diante de todo o arcabouço jurídico que confere direitos e garantias às crianças e aos adolescentes, para se analisar a prestação jurisdicional dois aspectos tornam-se fundamentais: o acesso à justiça e à proteção quando vítimas de violência.

2.3.1 O Acesso das crianças e dos adolescentes vítimas à Justiça

Segundo, Cappelletti e Garth (2015), acesso à justiça é o meio pelo qual os direitos se tornam efetivos, caracteriza-se como um direito fundamental e ponto

central da moderna processualística, tendo por finalidade a reinvindicação de direitos, resolução de litígios e a produção de resultados justos.

Para esses autores, o sistema deve ser igualmente acessível para que a prestação jurisdicional possa garantir à efetividade dos direitos e apontam alguns obstáculos ao acesso efetivo à justiça, principalmente nas demandas individuais e das pequenas causas, são eles: a) as custas judiciais, destacando que a mais importante despesa individual para os litigantes, são os honorários advocatícios; b) a diferença de capacidade das partes, relacionadas com a condição financeira, educação, meio e status social, são estes fatores determinantes na acessibilidade da justiça, cujos procedimentos são complicados, formalismo exacerbado e ambiente intimidador; c) problemas especiais dos interesses difusos.

As soluções práticas, encontradas historicamente para garantir o acesso efetivo à justiça, são descritas por Cappelletti e Garth (2015) em três ondas. A primeira foi a assistência judiciária para os pobres, que consiste na oferta de serviços jurídicos. A segunda foi o esforço de reformas no sentido da representação dos interesses difusos, cedendo a concepção individualista do processo para uma perspectiva mais social. A terceira e última onda, que inclui as anteriores, porém amplia a concepção do acesso à justiça, dando-lhe um novo enfoque, pois os problemas não são resolvidos apenas com a assistência jurídica, requer outros e novos mecanismos procedimentais. Este enfoque impulsiona reformas nos procedimentos e nas estruturas dos tribunais, não se temendo inovações radicais e compreensivas.

Essas reformas estão interrelacionadas e podem ser dos procedimentos judiciais, da criação de métodos alternativos de resolução de litigio e da especialização dos serviços, denominados por Cappelletti e Garth (2015), de desvio especializado, apresentando-o como método essencial para franquear o acesso de pessoas comuns. No entanto, esses autores ressaltam como perigos da especialização: o isolamento, podendo perder de vista os aspectos que estão fora de sua área de atuação; a improvisação; e, que a adoção de procedimentos modernos e eficientes possa favorecer o abandono das garantias fundamentais do processo, violando a justiça da decisão.

Sobre efetivação do acesso à justiça, Santos (2008) afirma que as maiores reformas do judiciário se dão no campo hegemônico, no qual ocorrem os litígios econômicos e que reclamam um sistema célere e eficiente. Porém, a grande

transformação do judiciário dar-se-á no campo contra-hegemônico, formado pelos cidadãos que tomaram consciência de seus direitos e veem no judiciário a possibilidade de efetivá-los.

Para esse autor, há uma procura potencial pelos tribunais, mas também existe uma demanda suprimida, de cidadãos conscientes de seus direitos, mas que se sentem impotente diante do sistema judicial, dada a sua linguagem esotérica, presença arrogante, maneira cerimonial de vestir, edifícios faraônicos e estrutura complexa.

E, para satisfazer a demanda suprimida deverá ocorrer profunda transformação no sistema judiciário, iniciando pela mudança da concepção convencional que busca o acesso a algo que já existe e não muda em consequência do acesso, mas no novo conceito, o acesso irá mudar a justiça de que se tem acesso (SANTOS, 2008).

Nessa perspectiva, Santos (2008), identifica alguns vetores de transformação, dos quais se destacam: profundas reformas processuais; novos instrumentos e novos protagonismos no acesso à justiça e ao direito; pluralismo jurídico; nova organização e gestão judicial; revolução na formação profissional; novas concepções de independência judicial; relação mais transparente com o poder político e a mídia; e, mais densidade na relação com a sociedade civil organizada.

Entretanto, Santos (2008), adverte que para dar conta dessas transformações, o judiciário deverá sair do isolamento e se articular com as outras instituições da sociedade porque não poderá resolver os problemas sociais sozinho, mas se não assumir a sua responsabilidade, aumentará as tensões internas e externas. A esse processo, Santos (2008) denomina-o de revolução democrática da justiça e aponta algumas transformações.

A primeira transformação apresentada é quanto à morosidade que impacta negativamente: na memória dos fatos, pois quanto maior o tempo entre o fato e a aplicação do direito, maior desconfiança na justiça da decisão; prolonga a ansiedade e incerteza das partes; e, modificam o cotidiano das pessoas envolvidas que não conseguem dar prosseguimento as suas vidas, enquanto tiverem respondendo a demanda judicial (SANTOS, 2008).

Porém, deve-se ter cautela quanto à celeridade, o objetivo é o controle do atraso e não sua eliminação pura e irracional, identificando Santos (2008), dois tipos de morosidade: a sistêmica e a ativa. A primeira decorre do excesso de burocracia,

da sobrecarga de trabalho e do formalismo judiciário. A justiça precisa ser célere, mas deve ter responsabilidade social, nem sempre uma justiça rápida será justa. A segunda espécie de morosidade, a ativa, dá-se pela inação conjunta do sistema e pela utilização de atos procrastinatórios.

A segunda transformação no judiciário apontada por Santos (2008) é quanto ao acesso, adota os vetores apresentados por Cappelletti e Garth (2015), acrescentando, dentre outras, as experiências das promotorias populares, assessorias jurídicas universitárias, advocacia popular.

Por fim, outra transformação do judiciário, apontada por Santos (2008) para a construção de um projeto-jurídico de refundação da justiça, é a necessidade de mudar completamente o ensino e a formação, inicial e permanente, de todos que atuam no sistema de justiça. Conclui o autor (Santos, 2008) que "sem direitos de cidadania efetivos, a democracia é uma ditadura disfarçada".

Na perspectiva dos autores acima estudados, a criação de varas especializadas, de crimes contra criança e adolescente, caracteriza-se dentro do conceito amplo de acesso à justiça, representando a terceira onda de Cappettelli e Garth (2015), bem como atende à demanda suprimida de Santos (2008), exigindo do sistema de justiça criminal mudanças radicais nos procedimentos para que se tornem condizentes com a proteção dos direitos.

2.3.2 Proteção da vítima criança e adolescente pelo sistema de justiça

Na perspectiva de uma revolução democrática do judiciário para as vítimas crianças e adolescente, há nas legislações anteriormente estudadas diversos instrumentos processuais para garantir o acesso à justiça e a justa decisão.

Por se encontrarem em processo de desenvolvimento, crianças e adolescentes têm direitos específicos de proteção quando estão envolvidos em demandas judiciais, cuja justiça da decisão não poderá se restringir a justa decisão da causa, mas deverá adotará medidas para que o trâmite processual não produza mais violência e garanta a proteção integral.

Na esfera criminal, além da violência provocada pelo agressor direto, o processo criminal poderá ser outro instrumento de agressão à criança e ao adolescente. Essa agressão, conhecida como revitimação ou dano secundário, também definida como violência institucional pela Lei 13.31/2017, pode ocorrer

durante os diversos momentos de produção de provas, ao provocar relembrança severa e sofrimento (BRITO e PARENTE, 2012; ROQUE et al., 2014; BEZERRA, 2016).

Há de se considerar as diversas violências sofridas pelas crianças e adolescentes que chegam ao judiciário, na maioria, ocorridas no âmbito doméstico, poderão ter sérias consequências para o desenvolvimento físico, psicológico, emocional, social e cognitivo, a depender de cada vítima e experiência. Os impactos poderão ser agravados pela idade da vítima na época da violência, seu desenvolvimento psicológico e capacidade intelectual, a duração e a frequência, as espécies, ocorrência de força ou violência física, convívio e relacionamento entre vítima e agressor, idade e sexo do agressor, acontecimentos depois da revelação (FURNISS, 2003 apud BEZERRA, 2016; GONÇALVES e SANI, 2015).

Assim, a prestação jurisdicional poderá ser uma experiência fortalecedora para criança e para o adolescente se estiverem, suficientemente, preparados para participar dos atos processuais. Para tanto, torna-se necessário que: sejam acompanhados e orientados a respeito de sua participação no processo; tratados com respeitos e de acordo com sua idade, através de estratégias e apoio para que os deixem tranquilos; recebam a proteção necessária depois do julgamento, caso prestem depoimento, eliminando ainda a desorientação e confusão que o sistema legal pode produzir na vítima (GOODMAN et. al., 2008; FRONER e RAMIRES 2008).

Essa proteção dependerá da articulação de todo sistema, exigindo uma relação sistemática entre os operadores do direito (juízes, promotores e defensores públicos) e os sociais (pedagogos, psicólogos e assistentes sociais), amparados por um conceito de interdisciplinaridade (MENDÉZ, 2007).

Por isso, as medidas legais para garantir esse acesso justo são, em alguns aspectos, questionadas por estudiosos da área. Em 2015, através de parecer, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) manifestou-se contrariamente ao depoimento especial, alegando a impropriedade da metodologia por utilizá-la apenas como instrumento de coleta de provas, tornando a criança e o adolescente objeto e não sujeito do processo.

O CFP enfatiza que a metodologia de depoimento tem perspectiva contrária à escuta realizada pelo profissional da psicologia, que se caracteriza como uma relação de cuidado, realizada de forma acolhedora e não invasiva, com disposição de escuta e respeita ao tempo de elaboração do trauma, suas especificidades e

atenta-se aos aspectos da não revitimização. Ressalta que essa escuta pode ser realizada com o fim de se descobrir fatos, confirmar violência, no entanto, o compromisso do psicólogo é sempre a proteção da vítima (CFP, 2015).

Nesse mesmo parecer, o CFP assevera, ainda, que a atuação dos psicólogos no judiciário não é de mero reprodutor das perguntas do magistrado, mas de assessoria técnica, elaborando pareceres, laudos, avaliações técnicas, tendo em vista sua preparação profissional. Entretanto, este trabalho deve transpor ao aspecto individual, para o âmbito de uma equipe interprofissional, alargando a análise dos fatos, a partir da multiplicidade dos enfoques dos diversos profissionais, preservando a autonomia de cada um (CFP, 2015).

Em 2018, o CFP na nota técnica sobre os impactos da Lei 13.431/17, tece algumas críticas à lei, reafirma aspectos teóricos detalhados no Parecer anterior e recomenda a não participação dos psicólogos na inquirição das crianças e adolescentes, devendo atuar como parte integrante da equipe multidisciplinar, fornecendo subsídios através de laudos ou participando de audiências, orientados pela lógica da proteção integral (CFP, 2018).

Com o mesmo objetivo do CFP, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) aprovou a Resolução 554/2009, dispondo não reconhecer, como atribuição do assistente social, a aplicação da metodologia de depoimento especial. Entretanto, teve seus efeitos suspensos pela Justiça Federal. Em 2015, o CNJ reconhece através do Pedido de Providência, requerido pela Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo (AASPTJSP), a autonomia de participação dos psicólogos e assistentes sociais e reafirma a atribuição, de regulamentação profissional dos Conselhos (CFESS, 2009; CRESS-SP, 2016 e 2018).

A posição, dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e do CFESS, é que não há obrigatoriedade dos assistentes sociais em compor equipes de depoimento especial, por não haver previsão na Lei 13.431/2017 e não está no rol de suas atribuições. O foco do estudo social é a proteção da criança, colidindo com o do sistema de justiça que é a busca da verdade real e da punição do ofensor, colocando a criança e o adolescente como objeto ou único meio de prova. Além do mais, na inquirição, o assistente social atua como mero interprete, não se utilizando de seu conhecimento técnico, nem podendo selecionar as perguntas e escolher os procedimentos, abordagens ou instrumentos (MOLLER e DINIZ, 2018).

Elemento comum, nas diversas manifestações dos conselhos profissionais, é a afirmação da não atribuição dos assistentes sociais e psicólogos na inquirição de vítimas, especialmente, na utilização da metodologia do depoimento especial. E, apontam aspectos importantes a serem considerados na implantação do sistema de garantias de direitos da criança e adolescentes vítimas: a relevância do trabalho interprofissional dentro do sistema de justiça para efetiva proteção, constituindo os estudos dos diversos profissionais imprescindíveis, não podendo ter a atuação limitada a mero intérprete de magistrado; não há obrigação da criança e do adolescente em falar, mas o direito de serem ouvidos, portanto, a criança deve ser sempre escutada e nem sempre inquirida; todo depoimento produz dano, portanto, deve ser sempre analisado qual o melhor interesse da criança; há revitimização ao atribuir à criança e ao adolescente a reponsabilidade de produção da prova, na maioria das vezes, contra seus próprios familiares (CFESS, 2009; CRESS-SP, 2016 e 2018; CFP, 2015 e 2018).

Diante desse quadro, o Conselho Regional de Psicologia do Paraná criou um grupo de trabalho, formado com representantes do referido Conselho, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público e da Vara de Crimes contra Criança e Adolescente de Curitiba, sobre escuta de crianças e adolescentes, com a finalidade de encontrar soluções para casos de crianças e adolescentes no âmbito da justiça, cujo resultado foi a proposta de criação de um Centro de Proteção Especializado da Criança e do Adolescente, cujo formato se encontra em construção (CRP-PR, 2012).

Esse, também, foi o caminho encontrado por outros países e alguns estados brasileiros, que concentrando os serviços num mesmo espaço, buscaram efetivar um atendimento integrado e articulado, com vista à proteção integral e promoção da celeridade.

Os modelos de centros integrados de atendimento à criança e ao adolescente dos EUA e da Suécia, Centro Nacional de Defesa da Criança (NCAC) e *Barnahus*, o atendimento primário é feito no mesmo local, onde os serviços de investigação, saúde, médico, psicológico e assistente social integram a atenção e proteção integral. A ouvida da vítima é feita por profissional treinado, geralmente da polícia, assistido pelos outros profissionais, gravados e utilizados pelo sistema de justiça, não se repetindo. Nos EUA, a vítima é ouvida em até 24 horas após sua chegada no serviço e na Suécia em até 14 dias (SANTOS, MAGALHÃES e GONÇALVES, 2017).

No Brasil, identificam-se algumas experiências de atendimento integrado, quais sejam: Centro de Referência no Atendimento Infanto juvenil (CRAI), em Porto Alegre/RS; PRO PAZ no estado do Pará; o BEM ME QUER TERÊ em Teresópolis no Rio de Janeiro; Centro de Atendimento ao Adolescente e à Criança(CAAC) na capital do Rio de Janeiro; Centro Integrado dos Direitos da Criança e do Adolescente em Vitória da Conquista/BA; e, Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio em Brasília. E, em novembro de 2017, foi inaugurado, em Belo Horizonte/MG, o Centro Integrado de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (SANTOS, MAGALHÃES e GONÇALVES, 2017 e TJMG, 2017).

Estes centros se caracterizam por concentrar em um único espaço, ou próximos, os serviços de entrada no sistema de justiça e reduzirem os danos provocados pela repetição da ouvida da vítima. Em geral, há serviços interprofissionais, compostos por psicólogos, assistentes sociais, médicos, peritos, educadores e policiais. Estão vinculados a diferentes órgãos estaduais, sendo o CAAC, o único vinculado a Secretaria de Segurança Pública. O CRAI e o CAAC funcionam dentro de hospitais, o que é considerado positivo pelos profissionais que atuam nestes centros, por serem um espaço de saúde, as crianças e adolescentes não são identificados de imediato como vítimas de violência, contribuindo na preservação de sua intimidade (SANTOS, MAGALHÃES e GONÇALVES, 2017).

Com exceção do Pro Paz, que atende todo tipo de violência, os outros centros atendem, especificamente, vítimas crianças e adolescentes de crimes sexuais, cujos profissionais são majoritariamente mulheres. Em todos esses centros, a entrevista é gravada. No CRAI a família é ouvida pelo serviço social e a vítima na perícia psiquiátrica, sendo todo atendimento sistematizado no Comunicado de Acolhida Interdisciplinar, que é utilizado pelos outros profissionais, dispensando uma nova ouvida da vítima (SANTOS, MAGALHÃES e GONÇALVES, 2017).

Por fim, outro aspecto também importante quanto à proteção da vítima, é sobre o resultado da demanda judicial. Para Azambuja (2011), o elevado índice de condenação para servir de bom parâmetro de desempenho da justiça criminal deve vir acompanhado de proteção da criança, por isso a buscar incessante pela verdade real, não pode desconsiderar que a criança é a prioridade absoluta e o respeito a sua proteção integral tem que vir em primeiro lugar.

A condenação do ofensor não significa que a proteção integral da criança foi efetivada, principalmente porque ela, na maioria dos crimes, é testemunha de si

mesma, sendo a sua palavra o fundamento para a condenação, muitas vezes de um dos genitores, o que provoca sofrimento durante e depois do processo judicial. (ALVES e SARAIVA, 2009).

Além de demandar, no juízo civil, a mudança nas relações familiares, com abrigamento, colocação em família substituta ou até continuar a conviver no ambiente agressor, nas hipóteses de crimes de menor potencial ofensivo. Nestes crimes cujas penas são mais brandas, uma das possibilidades de efetivação da proteção poderá ser a implantação de medidas alternativas de resolução de conflito e reparação, a exemplo da justiça restaurativa, recomendada pelas Diretrizes das Nações Unidas, bem como a inclusão das famílias em políticas públicas específicas.

3 DINÂMICA E ESTRUTURA DAS VARAS DE CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE RECIFE

A organização da justiça estadual, conforme mandamento constitucional, é atribuição do Estado, sendo de iniciativa do Tribunal de Justiça a elaboração da lei de organização judiciária. Em Pernambuco, esta matéria é disciplinada na Lei Complementar nº 100, de 21 de novembro de 2007.

Assim, no exercício dessa atribuição e na perspectiva de garantir a proteção integral da criança e do adolescente, o Tribunal de Justiça de Pernambuco, de forma pioneira e inovadora, criou varas cuja competência é definida em razão da vítima, sobre as quais serão estudadas.

3.1 HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E LEGISLAÇÃO ESTADUAL

A Vara Privativa de Crimes contra Criança e do Adolescente (VPCCCA) foi criada através da Lei Estadual nº. 10.756, de 12 de junho de 1992, por iniciativa do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O presidente à época, Des. João David de Souza Filho, em 12 de maio de 1992, encaminhou à Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei nº 413, justificando-o na necessidade de resposta do Poder Judiciário Estadual ao problema de extermínio de menores na capital do Estado, apontado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que ocorria no Congresso Nacional (PERNAMBUCO, 1992a e 1992b).

O relatório final da CPI destinada a investigar extermínio de crianças e adolescentes, apontava Pernambuco como o terceiro Estado com maior número de óbitos de crianças e adolescentes, com 72%, antecedido por São Paulo com 88% e Rio de Janeiro com 78%. E, o segundo em morte por arma de fogo, com 79% dos casos, antecedido por São Paulo que se apresentava com 83%. Em terceiro lugar em óbito por arma de fogo estava o Rio de Janeiro com 43%. Ressalte-se que o índice nacional era de 45% (BRASIL, 1992).

Segundo Figueiredo³, haveria uma audiência da CPI aqui no Recife e, juntamente, com o assessor da Presidência do TJPE, o também juiz José Fernandes de Lemos, propuseram de criação de uma vara especializada como resposta do judiciário pernambucano. O Projeto de Lei, encaminhado pelo TJPE, foi aprovado de forma bastante rápida, criando a Vara Privativa dos Crimes contra Criança e Adolescente da Comarca de Recife.

Segundo pesquisa realizada pelo UNICEF (2004), a VPCCCA de Recife foi a primeira a ser criada em razão da vítima e que apesar da motivação de sua criação ter sido o extermínio de crianças e adolescentes, a maioria dos crimes era contra a dignidade sexual.

Ainda, no relatório final da CPI do extermínio de crianças e adolescentes, é ressaltado que dentre os estados investigados pela CPI, Pernambuco estava entre os três que apresentavam experiências seminais com capacidade de romper com o quadro de alheamento e passividade. Destacando-se em Pernambuco, o nível de articulação entre estado e sociedade, através do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1992).

A instalação da Vara foi autorizada através do Ato nº. 051/96, de 10 de janeiro de 1996, pelo presidente do TJPE à época, Des. Luís Belém de Alencar e do Corregedor Geral de Justiça, Des. Francisco de Sá Sampaio e efetivada, no dia 19 de janeiro do mesmo ano, pelo juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, Dr. Bartolomeu Bueno, que atuou cumulativamente por um curto período na nova vara (JUIZ INSTALA, 1996).

No discurso de instalação, o juiz Bartolomeu Bueno destaca que através da Vara a justiça esperava aplicar punições mais severas, pois o Estado havia falhado na política de repressão à criminalidade e, segundo informações da Delegacia Especializada contra Criança e Adolescente (DPCA), existiam 347(trezentos e quarenta e sete) inquéritos em andamento, 364 (trezentos e sessenta e quatro) concluídos e 26 (vinte e seis) sem autoria. Por fim, ressaltou que a vara funcionaria

_

³ FIGUEIREDO, Luiz Carlos de Barros. Desembargador do TJPE e Coordenador da Infância e Juventude, juiz titular da 2ª da Infância e juventude em 1992. **Criação da vara privativa de crimes contra criança e do Adolescente do Recife**. Recife, 2017. Conversa informal.

nas dependências da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital e seriam redistribuídos 100 (cem) processos para ela, com o objetivo de evitar a prescrição e a impunidade (JUIZ INSTALA, 1996).

Relata Figueiredo⁴ que o juiz Bartolomeu Bueno foi substituído pelo juiz Humberto Costa Vasconcelos Júnior, quando promovido de Carpina para Recife. Em 1997, foi substituído pelo juiz Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho, que exerceu a titularidade até agosto de 2008, quando nomeado desembargador do TJPE.

A competência da vara inicialmente era muito ampla, atribuindo-se ao juiz Nivaldo Mulatinho o primeiro a questionar e a requerer a sua alteração⁵. Da instalação da vara privativa até a divisão em duas Varas, em setembro de 2008, já haviam sido distribuídos 3.427 (três mil, quatrocentos e vinte e sete) processos, segundos os dados extraídos do Sistema de Informação do TJPE.

Assim em 2007, a VPCCCA era bastante criticada pela morosidade, número excessivo de absolvições e extinção de punibilidades, levando o TJPE a criar através da Lei Complementar nº 100/2007, a 2ª Vara de Crimes contra a Criança e contra o Adolescente, instalada no dia 08(oito) de setembro de 2008, pelo juiz Paulo Roberto de Souza Brandão e pelo Coordenador da Infância e Juventude à época, o juiz Élio Braz Mendes (PERNAMBUCO, 2007; NOVAS VARAS, 2008; IMPLANTADA, 2008).

Sobre os trabalhos iniciais da VPCCCA, o estudo realizado pelo UNICEF (2004) apontou a grande quantidade de processos antigos redistribuídos das varas criminais da capital e a dificuldade do TJPE compreender a competência da Vara. Inicialmente, definida apenas pelo critério objetivo da idade da vítima, atraiu muitos processos para vara especializada.

⁵ Idem.

⁴ Idem

Assim, a competência da VPCCCA foi sendo determinada pela legislação e decisões do TJPE. Nestas, através de Conflitos de Competência (CC) perante o TJPE. Em 2001, no CC nº 70986-6, foi determinado que nos casos de contravenção penal e de crimes de menor potencial ofensivo, a competência seria dos juizados criminais independentemente da idade da vítima (PERNAMBUCO, 2001).

Em 2009, através da Lei Complementar nº 138/2009, é alterada a competência, retirando, das Varas Especializadas, a instrução, na primeira fase, dos crimes de competência do Tribunal de Júri dos processos (PERNAMBUCO, 2009).

Em 2010, através de diversos conflitos de jurisdição, CC nº 002.0212219-4, o TJPE estabeleceu que a competência seria das VCCCA, quando a violência doméstica decorresse em razão do poder familiar e das Varas de Violência Doméstica, nas relações assimétricas de gênero. Nesta hipótese, ficou convencionado nas varas que sendo a vítima adolescente deve ser maior de catorze anos (PERNAMBUCO, 2010 e 2014a).

Por fim, em 2014, foi fixado o entendimento pelo TJPE, através do CC nº 0005847-47.2014.8.17.0000, que o crime de corrupção de menor ao ser praticado em concurso de crimes com outro de maior potencial ofensivo, e neste as vítimas forem adultas, a competência para processar os crimes será de uma vara criminal comum da Capital (PERNAMBUCO,2014b).

3.2 ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DAS VARAS DE CRIMES CONTRA CRIANÇA E O ADOLESCENTE DE RECIFE

As Varas de Crimes contra a Criança e o Adolescente do Recife estão localizadas na Rua Fernandes Vieira, Boa Vista, 405, Recife-PE, compondo o Centro Integrado da Criança e do Adolescente (CICA), espaço que funcionou o Juizado Privativo de Menor, desde 1938, e, hoje, congrega as instituições que formam o sistema de defesa e atuam na prestação jurisdicional, especializadas para esse público, são elas: o Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacia de Polícia e Defensoria Pública, bem como a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

Entretanto, a Delegacia especializada, que funciona no CICA, apura atos infracionais, mas a responsável pela investigação dos crimes contra criança e adolescente está localizada no bairro da Madalena (PERNAMBUCO, 2018).

No CICA, as VCCCA funcionam no prédio 01, ocupando os dois andares. No térreo, estão a 2ª VCCCA, o Centro de Referência Interprofissional na Atenção às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (CRIAR), a Defensoria Pública, que atua na 2ª Vara, o apoio policial e a recepção. No primeiro andar, estão a 1ª VCCCA, Central do Depoimento Acolhedor, Defensoria Pública que atua na 1ª Vara, Ministério Público (24ª e 43ª Promotorias) e cela para preso. O acesso ao primeiro andar dá-se unicamente através de uma escadaria.

3.3.1 Secretaria e assessoria

Cada Vara possui uma secretaria e uma assessoria. O quantitativo de servidores por Vara é estabelecido segundo o padrão definido por norma interna, segundo o qual as VCCCA devem possuir cada uma: 11 (onze) servidores, sendo 02 (dois) oficiais de justiça, 09 (nove) servidores dentre técnicos e analistas, destes 02 formam a assessoria do magistrado (TJPE, 2012). Há um déficit de pessoal, especialmente na 1ªVCCCA, que conta apenas com 08 (oito) servidores, incluídos os oficiais de justiça.

A secretaria tem como atribuição dar efetividade as ordens judiciais, observando os procedimentos estabelecidos na legislação e orientações do TJPE, dentre as atividades tem-se: redigir, na forma legal, os ofícios, os mandados, as cartas precatórias e os demais atos que pertençam ao seu ofício; realizar citações e intimações, bem como praticar todos os demais atos que lhe forem atribuídos pelas normas de organização judiciária; auxiliar nas audiências; zelar pela guarda dos autos, só permitindo a retirada de cartório dos casos autorizados em lei; fornecer certidão, independentemente de autorização do magistrado, observado o segredo de justiça; praticar, de ofício, os atos meramente ordinatórios, previstos no Adendo 1 do Regimento Interno da Corregedoria de Justiça de Pernambuco (BRASIL, 2015; TJPE, 2018f)

A Assessoria de magistrado, composta de 02 (dois) servidores com formação em direito, cuja atribuição é assessorar o juiz na sua atividade judicante, dentre outras atividades deverá: analisar processos; elaborar estudos e minutas de decisões, sentenças e despachos; pesquisar a jurisprudência e a doutrina; e, realizar estudos estatísticos dos processos (TJPE, 2008).

3.3.2 Central de depoimento acolhedor

Os primeiros anos da VPCCCA foram marcados por muitas dificuldades na produção da prova, visto que a vara atuava com os mesmos instrumentos das varas criminais comuns e enfrentava desafios de ter a declaração da vítima, como principal elemento de prova, especialmente, nos crimes sexuais, e a defesa provocar excessivos confrontos, entre os depoimentos dela e as demais testemunhas, o que levava a produção de absolvições (UNICEF, 2004).

Na perspectiva de superar essas dificuldades e tendo como referência a experiência do TJRS, foi criada a Central de Depoimento Acolhedor, pela Portaria nº 215, do Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, de 10 de dezembro de 2009, com a atribuição de realizar entrevistas de crianças e adolescentes no âmbito do judiciário estadual (TJPE, 2009).

Em maio de 2010, o Conselho de Magistratura, órgão que compõe a estrutura do TJPE, através do Provimento nº 07(TJPE, 2010a), estabeleceu medidas para operacionalização do procedimento de inquirições pela Central de Depoimento Especial, denominando-a de "DEPOIMENTO ACOLHEDOR".

Esse instrumento normativo estabeleceu o procedimento para ouvida da vítima em sede de produção antecipada de provas, quando a autoridade policial entendesse que os indícios levantados com os familiares e testemunhas eram insuficientes para conclusão do inquérito, tornando-se necessária a ouvida da vítima. Este Provimento também determina o protocolo que deverá ser seguido na ouvida da vítima ou testemunha criança ou adolescente.

A Portaria nº 47, de 16 de junho de 2010, revogou expressamente a anterior, nº 215, apesar das alterações serem mínimas, restringindo-se as seguintes alterações: substituição de inquirição especial por depoimento acolhedor e exclui a restrição dos entrevistadores serem do quadro efetivo do TJPE, nos incisos II e III do art. 4º; e, no art. 8º, alteração apenas dos meios de gravação (TJPE, 2010b).

Em 2015, esse Provimento foi alterado nos artigos 9º e 10, através do Provimento nº 04, de 05 de março, dispondo sobre as formas de gravação, arquivamento e degravação dos depoimentos.

Em 2018, com a vigência da Lei 13.431/2017, são editados novo provimento e portaria, revogando tacitamente os anteriores. Em 31 de maio de 2018, o Conselho de Magistratura, aprova o Provimento 01/2018 (TJPE,2018b), corrigindo o equívoco

legislativo, passando este instrumento a estabelecer as normas que regulamentam os serviços de depoimento especial e a Portaria 001/2018 (TJPE, 2018c), a sua operacionalização.

Esse Provimento altera o objetivo determinado nas normas anteriores e estabelece que as Salas de Depoimento Acolhedor têm por finalidade prestar serviços auxiliares, especializado em proteção, prevenção e depoimento especial durante a produção de provas em processos judiciais. Numa de suas considerações, essa norma indica que a Central de Depoimento Acolhedor será constituída pelas salas de depoimento, entretanto na sua ementa e em seus dispositivos dispõem apenas sobre salas de depoimento acolhedor.

Nos instrumentos normativos anteriores, havia a previsão do procedimento de produção antecipada de provas, bem como a possibilidade da atuação de juízes plantonistas. Esses dispositivos traziam aspectos importantes para a operacionalização da Lei 13.431/17, porém o Provimento nº 01/2018 os revogou tacitamente.

A primeira sala de depoimento acolhedor foi implantada no prédio das VCCCA, em maio de 2010, fruto de uma parceria com a Childhood Brasil, para atender não só as demandas das varas especializadas, mas também, das de família e da infância e juventude.

Esta sala funciona no primeiro andar do prédio das VCCCA, ocupando três cômodos: o primeiro, serve de recepção e trabalho da equipe; o segundo, o ambiente onde ocorre a entrevista da vítima e, no outro espaço, a sala de audiência. Na sala de entrevista, há uma câmera e microfones utilizados pelo técnico, especializado em depoimento especial, e pela vítima, para que na sala de audiência, através de um aparelho de televisão, as partes acompanhem o depoimento da vítima. As entrevistas são gravadas em DVD, uma cópia anexada aos autos e outra arquivada na Secretaria das VCCCA.

O protocolo da entrevista está disciplinado na Portaria nº 01/2018 (TJPE, 2018c), estabelecendo cinco fases: planejamento e preparação, acolhimento, depoimento inicial, clarificação e finalização ou fechamento.

A equipe técnica da sala de Depoimento Acolhedor do Recife tem na sua composição: 02 (duas) psicólogas, 01 (uma) assistente social e um (01) analista administrativo.

Desde a sua criação até o final do primeiro semestre de 2018, foram realizadas 1.126 (um mil, cento e vinte e seis) audiências na sala de depoimento acolhedor de Recife, ouvindo 1.386 (um mil, trezentos e oitenta e seis) crianças ou adolescentes, destas 80,3% eram vítimas de crimes contra a dignidade sexual, 4,8% de lesão corporal ou maus-tratos e 14,9% em demandas civis⁶.

3.3.3 Centro de referência interprofissional na atenção às crianças e aos adolescentes vítimas de violência.

Logo após a instalação da VPCCCA, foram designadas uma psicóloga e uma assistente social, compondo uma equipe multidisciplinar, atuando separadamente a partir da solicitação do juiz (UNICEF, 2004).

Porém, numa perspectiva interdisciplinar e de uma atividade conjunta e articulada, em 21 de junho de 2009, foi normatizado o funcionamento da Equipe Interprofissional, com a criação do Centro de Referência Interprofissional na Atenção às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (CRIAR), através da Portaria Conjunta nº 001 de 2009, dos juízes das VCCCA, José Renato Bizerra e Paulo Roberto de Souza Brandão. Entretanto, só foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do TJPE no ano seguinte (TJPE, 2010c).

A Portaria Conjunta nº01/2009 vincula o CRIAR às VCCCA, instituindo-o como serviço auxiliar de apoio especializado aos juízes, atribuindo-lhe dentre outras: a elaboração de estudos, pesquisas e pareceres; e, a orientação, encaminhamento e prevenção junto às crianças e adolescentes vítimas de violência. O CRIAR constitui-se, assim, como um privilegiado de trabalho interdisciplinar, cujo atendimento visa, precipuamente, a proteção da vítima durante a sua participação no processo, evitando a sua exposição a novos riscos e fazendo os encaminhamentos necessários para rede de proteção (BEZERRA et al, 2015).

Apesar do artigo 4º, da Portaria Conjunta nº001/2009 (TJPE, 2010c), estabelecer que a Equipe Interprofissional será composta de profissionais da

⁶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). Central de Depoimento Acolhedor. **Audiências da 1**^a e **2**^a **VCCCA em 2017**. Tabelas em word.

Psicologia, Serviço Social, Pedagogia e outros profissionais especializados na área jurídica e de saúde, só estabeleceu as atividades a serem desenvolvidas pelos três primeiros serviços, faltando elencar as atividades das outras especialidades.

O CRIAR funciona no térreo do prédio das VCCCA, ocupando 05 (cinco) ambientes, compostos de salas de trabalho coletivo e de atendimento individual às crianças, adolescentes e adultos, constituindo-se em espaços separados, cada qual com decoração própria para as faixas etárias que atendem.

O fluxo de atendimento dá-se com o encaminhamento dos processos pelos juízes para o CRIAR, explicitando os aspectos que deverão ser avaliados pela equipe interprofissional. A equipe do CRIAR elabora o relatório interprofissional, a partir de: entrevistas sociais, psicológicas e pedagógicas; visitas domiciliares e institucionais; e, contatos com profissionais da rede socioassistencial. O Relatório é encaminhado para o juiz solicitante, que abrirá vista às partes que poderão solicitar esclarecimento à equipe do CRIAR, bem como, a participação de algum dos seus técnicos, em audiência para prestar esclarecimento (TJPE, 2010d).

O relatório descreve os aspectos identificados pelos especialistas nas entrevistas e visitas, sugere medidas de proteção necessárias, opina sobre a necessidade ou não de ouvida da vítima em audiência e informa os encaminhamentos feitos à rede de proteção (TJPE, 2010d).

Desde a sua criação em 2009 até o final do primeiro semestre de 2018, o CRIAR já analisou 893 (novecentos e noventa e três) processos, atendendo 1.098 (mil e noventa e oito) vítimas, sendo 582 (quinhentos e oitenta e dois) de crimes contra a dignidade sexual⁷.

Para Silva (2010), em estudo sobre as VCCCA, a entrada da equipe interprofissional completa a leitura da realidade ao somar a contribuição desses profissionais à atividade jurídica, tornando multidisciplinar o trabalho das varas.

O CRIAR constitui-se, assim, como espaço privilegiado de trabalho interdisciplinar, cujo atendimento visa estabelecer vínculos de confiança com a

_

⁷ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. Centro de Referência Interprofissional na atenção à criança e ao adolescente vítima da Capital-CRIAR. **Dados de 2008 a 2018**. Recife, 2018. Tabelas em excel.

vítima e sua família, verificar o grau de risco a que a criança ou adolescentes estão submetidos e as medidas que devem ser tomadas. Uma das medidas tomadas diretamente pela equipe do CRIAR é o encaminhamento para a rede socioassistencial, tratando-se de uma ação intersetorial e de articulação desenvolvida a partir de parcerias do CRIAR com outras instituições (VASCONCELOS, 2012; BEZERRA et al, 2015).

Dentre as parcerias, destacam-se a firmada entre o TJPE e o Centro de Estudos, Pesquisas e Atendimento Relativos à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (CEPARVS), inaugurado pela Childhood Brasil em 2010, no Recife, que consistiu em garantir 10 (dez) vagas, inicialmente, para atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual encaminhadas pelo CRIAR, permanecendo a parceria até a data atual (ARAUJO, PINTO e BEZERRA, 2014).

3.3 ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE ATUAM NAS VARAS DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DE RECIFE

Para compreender a dinâmica das VCCCA, faz-se necessário conhecer os outros órgãos do sistema de justiça criminal, que atuam conjuntamente na promoção de um processo justo, compartilhando a responsabilidade de garantir a ampla defesa, o contraditório e a proteção integral à criança e ao adolescente.

Portanto, atuam nas Varas: o MP, Defensoria Pública, CENDHEC e DPCA, os quais serão sucintamente descritos, privilegiando os aspectos específicos de atuação na Vara. Porém, previsto como um órgão do subsistema de defesa, o Conselho Tutelar não será objeto desse estudo por não ter uma atuação direta nos processos da VCCCA.

3.3.1 Ministério Público

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), órgão encarregado da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos sociais e individuais indisponíveis, desempenha uma das funções essenciais à Justiça, no processo criminal e é titular da ação penal pública, que é a da maioria absoluta dos processos das VCCCA (BRASIL, 1988; JARDIM e AMORIM, 2013).

No CICA, o MPPE tem sede própria desde 1998, onde funcionam 13 (treze) Promotorias de Justiça, sendo 11(onze) de Defesa da Cidadania e 02 (duas) Criminais. As primeiras funcionam junto às Varas da Infância e Juventude e as Criminais, perante às VCCCA. Possui também um setor técnico, composto por psicólogo e assistente social que assessoram as promotorias de Defesa da Cidadania (TJPE, 2018d).

Apesar do prédio próprio do MPPE no CICA, as Promotorias, que atuam junto às VCCCA, funcionam no mesmo prédio das Varas, em duas salas, no primeiro andar, disponibilizadas pelo TJPE.

As Promotorias de Justiça Criminais da Capital, 24ª e 43ª, atuam no processo após o recebimento da denúncia. O acompanhamento da investigação criminal e o oferecimento da denúncia são atribuições da Central de Inquérito (PERNAMBUCO, 1994b).

As Promotorias de Justiça, que atuam nas VCCCA não recebem denominação específica, como as que atuam perante às Varas da Infância e Juventude. Entretanto, seus titulares têm buscado uma maior especialização na sua atuação e articulação com as demais instituições. Com essa finalidade, as Promotorias realizaram, em agosto de 2017, uma audiência pública, cujos temas abordados forma aprofundados em reuniões setoriais, ocorridas durante o ano de 2018.

Na audiência, realizada no dia 18 de agosto de 2017, no auditório da Coordenadoria da Infância e Juventude, localizada no CICA, sob a presidência dos titulares das 43ª e 24ª Promotorias, participaram representantes das VCCCA, Promotorias da Infância e Juventude, Conselheiros Tutelares de Recife, diversas outras autoridades e cidadãos, com o fim de tratar a temática "Crimes contra a dignidade sexual das crianças e adolescentes: a prevenção começa em casa" (MPPE, 2017a).

Nessa audiência, foram pactuadas algumas propostas. Dentre elas, destacam-se aquelas nas quais existe alguma relação com o trabalho direto das VCCCA, quais sejam: colocação de crianças ou adolescentes vítimas de crimes contra a dignidade sexual, em entidade de acolhimento somente como última alternativa, priorizando o afastamento do agressor do lar; seja fixado o prazo mínimo de 15 (quinze) dias, nos ofícios requisitando providências ou informações ao Conselho Tutelar de Recife; realização de um mutirão na 1ª VCCCA; e, realizar

reunião específica sobre produção antecipada de prova, para oitiva da vítima criança e adolescente (MPPE, 2017a).

A reunião setorial, realizada em 24 de novembro de 2017, teve como objetivo revisar medidas e deliberações da audiência pública, sendo dentre outras pactuadas: o mutirão na 1ªVCCCA; realização de reunião específica, entre Central de Inquérito da Capital, DPCA, Secretaria de Defesa Social(SDS) e juízes das VCCCA, sobre prova antecipada e da Construção de um Centro Integrado, para oitiva da vítima criança e adolescente, conforme Lei 13.431/17; reforço pelas VCCCA para evitar contato entre a vítima e acusado, quando da sua oitiva judicial; e, providência, por parte da administração do CICA, de um recepcionista para a 1ª VCCCA, bem como a separação dos banheiros públicos das VCCCA, para garantir a privacidade das partes (MPPE, 2017b).

No dia 02 de fevereiro de 2018, foi realizada outra reunião setorial, no auditório da Sede das Promotorias da Infância e Juventude da Capital, com a finalidade de revisar medidas e deliberações da audiência pública realizada em agosto de 2017.

Nesta reunião, houve a participação de representantes do judiciário, da segurança pública e do MPPE, que pactuaram: caber escuta e depoimento especial pela autoridade policial, mas só escuta nas hipóteses de vítimas menores de 07 (sete) anos ou de abuso sexual, limitado ao estritamente necessário; o depoimento especial só em juízo; informar, à DPCA, SDS e Secretaria de Planejamento do Estado, ao MPPE, em 10 (dez) dias úteis, sobre ocorrências diárias e ações efetivas para cumprimento das disposições da Lei 13.431/17, dentre elas: a criação de vara especializada em crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, criação de novas delegacias especializadas e criação e formação de equipes interprofissionais; e, providenciar, a diretoria do Cica, recepcionista para o primeiro andar do bloco 01 (um), separação de banheiros públicos no prédio das VCCCA, sistema de ventilação para a sala de presos no 1º andar do Bloco 01 (MPPE, 2018a).

3.3.2 Defensoria Pública

A Defensoria Pública é uma instituição essencial à função jurisdicional, com atribuição definida pela CRFB/88, de orientação jurídica e defesa, integral e gratuita

das pessoas que não têm condições financeiras de contratar advogado (BRASIL, 1988).

A Defensoria Pública de Pernambuco (DPPE), na área da Infância e Juventude, atua através do Núcleo em Defesa da Criança e do Adolescente (NUDCA), ligado estruturalmente à Subdefensoria Cível, nas ações de atos infracionais e ações cíveis (TJPE, 2018d).

Entretanto, os defensores criminais, que atuam nas VCCCA, estão ligados administrativamente a Subdefensoria Criminal, através do Núcleo de Defensores Criminais da Capital⁸.

A Defensoria Pública, nas VCCCA, atua apenas na defesa do acusado hipossuficiente, não havendo assistência jurídica às vítimas.

3.3.3 Centro Dom Helder Câmara

O Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC), organização social, sem fins lucrativos, fundado em 02 de novembro de 1989, por membros do antigo setor jurídico da Comissão de Justiça e Paz de Recife e Olinda, professores e alunos do Instituto de Teologia de Recife (ITER) e por militantes de direitos humanos, localizada, desde sua fundação, no Recife.

O CENDHEC, como centro de defesa, para cumprir a sua missão de promover e defender os direitos humanos, atua em duas frentes, materializadas nos programas: *Direito à Cidade*, que visa contribuir para a garantia da posse da terra das moradoras e dos moradores das Zonas Especiais de Interesse Social da cidade do Recife, garantindo-lhes uma moradia digna e com qualidade de vida; e, *Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente*, cujo objetivo é a promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, atuando no Recife e no sertão de Pernambuco (CENDHEC, 2008 e 2018).

Na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, o CENDHEC contribui, desde os movimentos pré-constituintes, na inserção da garantia

⁸ NEVES, Ana Elizabeth Moreira. Estrutura da defensoria pública. Recife, setembro, 2018. Informação Verbal.

constitucional de proteção integral, na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente e na sua implementação.

Nesta perspectiva, ao longo das últimas três décadas, o CENDHEC tem produzido materiais para formação dos membros do sistema de garantia, realizado capacitações, atuado na promoção de ações de defesa e notificação das autoridades do subsistema de defesa ações para que promovam o acesso à justiça de crianças e de adolescentes (CENDHEC, 2008; LUNA e LIMA, 2017).

O CENDHEC contribuiu diretamente para a criação das VCCCA, como órgão da sociedade civil, que sempre atuou nos eixos de promoção e controle, denunciando e propõe ações para garantir o acesso das crianças e adolescentes vítimas à justiça em Recife (CENDHEC, 2008; LUNA e LIMA, 2017).

A atuação nas VCCCA dá-se no âmbito do segundo programa que segue a lógica do Sistema de Garantia de Direitos, através dos seus eixos da promoção, defesa e controle social. No tocante ao Eixo Defesa, e, portanto, nas VCCCA, o CENDHEC realiza o atendimento jurídico-social de casos de violências contra crianças e adolescentes, interagindo com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, em especial com os órgãos do campo da Segurança e Justiça da Infância e Juventude, com o fim de garantir ao público atendido o acesso à Justiça (CENDHEC, 2008; LUNA e LIMA, 2017).

Dessa forma, a atuação jurídica, junto às VCCCA dá-se com o acompanhamento dos casos desde a investigação policial até a instrução criminal, exercendo o papel de assistente de acusação (CENDHEC, 2008; LUNA e LIMA, 2017).

Como assistente de acusação, nos processos das VCCCA, o CENDHEC atua na assistência jurídica às vítimas e no atendimento interdisciplinar que consiste no atendimento integrado de profissionais da área de Direito, Serviço Social e Psicologia (CENDHEC, 2008; LUNA e LIMA, 2017).

Atualmente, o CENDHEC realiza o acompanhamento de cerca de 264 processos, no âmbito do Projeto Defesa do Programa Direitos da Criança e do Adolescente, na região metropolitana de Recife e encaminha as vítimas para

atendimento pela rede de proteção. Destes, 50 (cinquenta) são das VCCCA⁹ (CENDHEC, 2008).

3.3.4 Departamento de polícia da criança e do adolescente

A instrução criminal realizada pelas VCCCA é antecedida dos procedimentos investigativos, presididos pelo Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente, através da Unidade de Prevenção e Repressão aos Crimes contra Crianças e Adolescentes-UNIPRECA (PERNAMBUCO, 2018).

Pioneiramente, também, coube ao Estado de Pernambuco a implantação de um órgão específico para atuar na prevenção e repressão de crimes contra crianças e adolescentes, criado através do Decreto 17.495, de 13 de maio de 1994, denominado de Diretoria de Polícia da Criança e do Adolescente, que continha em sua estrutura dois departamentos, 01 (um) de apuração de ato infracional e outros de apuração e repressão dos crimes contra vítimas nessa faixa etária (PERNAMBUCO, 1994a).

Hoje, o Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA) possui 03 (três) unidades na sua estrutura: a Unidade de Apoio Técnico (UNIAT), responsável pelo atendimento inicial especializado das vítimas, tratamento estatísticos dos dados e investigação de crianças desaparecidas; a Unidade de Prevenção e Repressão dos Atos Infracionais (UNIPRAI), que apura os atos delituosos praticados por adolescente; a UNIPRECA, que tem por atribuição a investigação dos crimes contra as crianças e adolescentes e atuam diretamente para as VCCCA; e, 02 (duas) delegacias especializadas nos municípios de Paulista e Jaboatão dos Guararapes, cumulando as funções de apurar atos infracionais e crimes contra criança e adolescente.

A UNIPRAI localiza-se no prédio do CICA e a UNIPRECA, no bairro da Madalena (PERNAMBUCO, 2018), ambos na cidade do Recife/PE.

⁹ CENDHEC. Lista atualizada de processos CENDHEC 2018. Recife, 2018. Tabela em excel.

Segundos dados fornecidos pela DPCA, em 2017, as unidades especializadas registraram 1.569 (mil quinhentas e sessenta e nove) ocorrências contra crianças e adolescentes, destas 58% ocorreram em Recife¹⁰.

Após ouvir o noticiante, testemunhas e a vítima, nos casos em que se deixam vestígios, a autoridade policial encaminha a vítima para exame no Instituto de Medicina Legal (IML). Até outubro de 2018, as crianças e adolescentes eram atendidos no IML, no mesmo local que os adultos vítimas de crimes diversos, sendo identificada por Souza (2013), a dificuldade das famílias em levar as vítimas para perícia, pela falta de condição de custear o deslocamento, por medo e por vergonha.

Entretanto, no dia 10 de outubro de 2018, foi inaugurado um novo espaço para atendimento de mulheres, crianças e adolescentes vítimas, dentro do próprio IML, mas em local reservado e decorado, especificamente, para esse público (BUARQUE,

¹⁰ PERNAMBUCO. Departamento de Policia da Criança e do Adolescente. **Quantitativo de crianças** e adolescentes vítimas, de ocorrências registradas nas delegacias do DPCA, por natureza (Região Metropolitana)- de 01/01/2017 a 31/12/2017. Recife, 2017. Tabela em word.

4 VCCCA DE RECIFE: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL ESPECIALIZADA PARA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

A análise da dinâmica e do funcionamento das VCCCA teve como referência as categorias, identificadas e estudadas na revisão de literatura. Estas categorias foram imprescindíveis para identificação dos fatores que contribuem para a proteção integral das crianças e adolescentes vítimas, durante a prestação jurisdicional, a saber: formação dos profissionais, ouvida da vítima criança e adolescente, equipe interprofissional e procedimentos.

Para essa análise, fez-se um corte temporal correspondente ao ano de 2017, considerando que neste ano, as duas varas funcionaram com a mesma estrutura, apenas com um juiz atuando, bem como pode-se analisar num período de doze meses contínuo a dinâmica processual das varas.

O acervo das VCCCA, em dezembro de 2017, era de 2.564 (dois mil, quinhentos e sessenta e quatro) processos, sendo 1.489 (mil, quatrocentos e oitenta e nove) sem sentença, 788 (setecentos e oitenta e oito) com sentença, destes 287 (duzentos e oitenta e sete) estavam no Tribunal de Justiça de Pernambuco, em grau de recurso. Portanto, 58% (cinquenta e oito por cento) dos processos em tramitação nas varas, ainda não estavam sentenciados.

Em 2017, segundo dados extraído do Sistema *Judwin* do TJPE, foram distribuídos 396 (trezentos e noventa e seis) processos para as VCCCA e 383 (trezentos e oitenta e três) foram sentenciados, sendo 05% dentre os julgados, distribuídos naquele mesmo ano. As VCCCA atingiram uma média de 105,58% da Meta 01¹¹ estipulada pelo CNJ para o Judiciário Brasileiro para 2017, porém uma das Varas alcançou o percentual de 126,32% (tabela 01).

¹¹ **Meta 1:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Tabela 1 - Cumprimento da Meta 1 pelas VCCCA em 2017, comparada com o Judiciário Estadual de Pernambuco e Nacional

BRASIL	NORDESTE	PERNAMBUCO	VCCCA/RECIFE
105,63%	97,06%	105,71%	105,58%

FONTE: Elaborado pela autora, com base nos dados disponibilizados pelo CNJ e TJPE (CNJ, 2017; TJPE, 2017)

Do total de processos distribuídos às VCCCA, 38% eram de crimes contra a dignidade sexual; 21% classificados como de violência doméstica, aqueles previstos no artigo 129, §9º do Código Penal; 8%, igualmente, de ameaças e crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente; 5% crimes contra o patrimônio; e, 18% de outras espécies de crimes.

Não obstante, tenham sido proferidas 383 (trezentos e oitenta e três) sentenças no ano de 2017, os resultados só poderiam ser analisados dos processos que estivessem registrados no livro de sentença. Naquele ano, foram registrados 315 (trezentos e quinze) processos, cujos dados estão disponíveis no sistema informatizado do TJPE.

Apesar dos crimes contra o patrimônio terem sido poucos distribuídos em 2017, foi o maior número dentre os sentenciados e registrados, com 38% do total, 28% foram de crimes sexuais, 01% dos de violência doméstica e 33% dos demais.

Quanto ao resultado dos processos, dentre os registrados no livro de sentença em 2017, a maioria foi de condenação, seguido dos que tiveram o processo suspenso por ter pena mínima até um ano e o denunciado preencher os requisitos previsto na legislação para serem beneficiados, sendo extinta a punibilidade após o período de prova (Figura 2)

Figura 2 - Total de sentenças registradas pelas VCCCA em 2017 por espécie de resultado



Analisados comparativamente com os estudos do UNICEF (2004) e de Silva (2010), há uma significativa ampliação do número de processos julgados, elevação da quantidade de condenações e redução das extinções da punibilidade pela prescrição, conforme quadro abaixo. Ressaltando, que os dados levantados por Silva (2010), correspondem ao período de 31.10.2008 a 31.10.2009(Tabela 02).

Tabela 2 - Resultados dos Processos nas VCCCA nos anos de 2004, 2009 e 2017

Espécies	2004	2009	2017
Total de processos julgados	142	161	383
Condenação	26%	35%	65%
Absolvição	36%	2%	8%
Prescrição	22%	51%	8%
Suspensão do processo	6%	9%	15%

Fonte: Elaborado pela autora

Verifica-se no quadro acima, que no ano de 2009, a maioria dos processos foram encerrados com a extinção da punibilidade pela prescrição, período que coincide com a criação da 2ª VCCCA, a consequente redistribuição dos processos e (re)organização das varas.

Para a análise proposta neste estudo, escolheu-se dentre os processos tramitados na vara em 2017, os que tiveram a instrução criminal encerrada naquele ano e foram devidamente registrados no livro de sentença, selecionando 10 (dez) processos por Vara, por espécie do resultado e tipo penal, resultando em 06 processos que tiveram a punibilidade extinta, 12 (doze) condenatórios e 02(dois) absolutórios. Porém, verificou-se que das condenações por crimes sexuais, 73% estavam no TJPE para processar apelação criminal.

Assim, não estando nas Varas o quantitativo de processos condenatórios que se desejava analisar, foram reduzidos a 15 (quinze) processos, sendo: 07 (sete) condenatórios, 06 (seis) de extinção de punibilidade e 02 (dois) absolutórios. Ressalte-se que os patrimoniais, por seguirem sempre uma mesma dinâmica, foram selecionados por saturação. A análise dos processos com sentenças condenatórias recairia em maior quantidade, nos crimes sexuais, por sempre revelarem aspectos singulares em cada um. Por isso, dos crimes sexuais analisou-se a totalidade dos processos sentenciados em 2017 que ainda estavam nas varas.

Nos 15 (quinze) processos analisados, havia 16 (dezesseis) vítimas, pois em 03 (três) deles, P09, P11 e P15, ofenderam-se 02(duas) pessoas. Havia também 17 (dezessete) acusados porque nos processos, P05 e P11, atuaram em conjunto dois indivíduos para a prática do delito.

4.1 DADOS GERAIS EXTRAÍDOS DOS PROCESSOS ANALISADOS

Os 15 (quinze) processos analisados foram sentenciados e, portanto, tiveram a instrução criminal encerrada em 2017. Destes 60%, tiveram a investigação e instrução criminal encerrada, em média mais de 02(dois) anos, e 40% em mais de 04(quatro) anos.

A maioria das 18 (dezoito) vítimas possuíam menos de 14(catorze) anos de idade, correspondendo a 78% do total. Destas, 56% eram do sexo feminino e 44%, do masculino. A agressão foi, na maioria das vezes, praticada por parentes das vítimas, pessoas do seu círculo afetivo. Os agressores eram pais, padrastos, primos ou namorados, num total de 59%. Dos 17 (dezessete) acusados, 88% eram do sexo masculino, 53% eram reincidentes na prática delitiva, 53% possuíam ensino fundamental incompleto e apenas 01(um) com superior completo.

A predominância da violência contra meninas revela a construção cultural da concepção de gênero e a influência na construção da identidade feminina. Aspecto que deve ser enfrentado na definição das políticas públicas.

Os fatos ocorreram 60% na residência da vítima, sendo noticiados em 80% dos casos, pela vítima ou genitores, diretamente a um órgão de segurança pública.

A defesa dos acusados foi feita em 73% dos casos pela Defensoria Pública, e em apenas no P02 houve a participação de advogado particulado nomeado pelo genitor da vítima, durante a investigação criminal.

4.2 ASPECTOS EVIDENCIADOS A PARTIR DAS CATEGORAIS IDENTIFICADAS

A análise dos processos revela os principais fatores de proteção à vítima crianças e adolescentes. Estes foram identificados a partir das categorias estudadas na revisão de literatura. Não teve este trabalho, a pretensão de ser exaustivo, mas de levantar aspectos emblemáticos para evitar a violência institucional e apontar possíveis caminhos.

4.2.1 Procedimentos

A entrada da vítima, nos casos estudados, no sistema de justiça deu-se através dos órgãos de segurança pública, correspondendo a 100% dos casos analisados, provocada, principalmente por vítimas e genitores.

Pinto e Costa (2012), ao estudarem 08 (oito) casos de famílias de vítimas, crianças e adolescentes, em busca de acesso à justiça na região metropolitana de Recife, apontaram que a precária condição financeira das vítimas dificultava o deslocamento entre os órgãos do sistema de justiça criminal para acompanhar a investigação e a instrução criminal, além do que as estruturas dos órgãos não favoreciam a proteção, pela falta de qualificação profissional e espaços apropriados.

Estes autores também apontam que das 08 (oito) vítimas, apenas 02 (duas) procuraram a Defensoria Pública e as outras demonstraram desconhecer a existência dessa estrutura pública para sua assistência.

Dos 15 (quinze) processos analisados nesse estudo, a Defensoria Pública atuou em 73% na defesa dos acusados e em nenhum deles na assistência à vítima. A nomeação de advogado particular, por representante da vítima, em apenas um processo, é ilustrativa da dificuldade de assistência às vítimas durante a investigação e instrução criminal. O CENDHEC, conforme informações anteriores, atua em apenas 50 (cinquenta) processos nas Varas, ficando a maioria das vítimas sem qualquer assistência jurídica.

Portanto, não há orientação à vítima de como será sua participação na investigação e quais os seus direitos e de seus familiares. Apenas na instrução, nos processos que são encaminhados para o CRIAR, há esclarecimento às famílias e vítimas sobre os procedimentos e da possível participação da vítima na audiência de instrução criminal.

A assistência jurídica à vítima e a sua família é uma garantia estabelecida expressamente na Lei 13.431/2017, que está sendo violada, e que sua ausência prejudica a efetividade da proteção que o Sistema de Garantias deve assegurar.

O tempo de tramitação dos processos também é um aspecto importante para efetividade da prestação jurisdicional e fator de proteção da vítima. Regra geral, os processos apresentam um mesmo fluxo de atendimento, principalmente por seguirem as normas estabelecidas no CPP, com algumas particularidades, tendo em conta a estrutura das VCCCA. Ressalte-se que nos processos que há a participação

de Assistente de acusação, a exemplo do CENDHEC, será ouvido sempre depois do MP, na fase da instrução criminal (Figura 3).



Figura 3 - Fluxograma dos processos nas VCCCA

Os processos de médio potencial ofensivo, selecionados neste estudo, apuraram crimes de violência doméstica ou abandono de incapaz e, entre o recebimento da denúncia e a extinção da punibilidade tramitaram num tempo médio de 03(três) anos, incluindo o período de prova de 02(dois) anos.

Nos processos, que apuraram crime contra o patrimônio, o tempo médio da instrução penal foi de 09 (nove) meses e os contra a dignidade sexual, tramitou da seguinte forma: em 01 (um) processo a instrução não foi realizada, porque foi proposto arquivamento do procedimento investigatório por ter ocorrido a prescrição da pretensão punitiva em abstrato; em 02 (dois) deles, do recebimento à sentença, passou-se em média 2(dois) anos e 06(seis) meses; 02(dois) tramitaram em média em 01(um) ano; e, em 02(dois) processos, a instrução deu-se em mais 09 de (nove) anos.

Nos dois processos, em que a instrução ultrapassou 09 (nove) anos, num deles chegou-se até mais de 14 (catorze) anos. Em ambos teve aspectos comuns, tais como: crimes contra a dignidade sexual; primeira audiência de instrução e julgamento designada para mais 08 (oito) anos após os fatos; insistência do representante ministerial em ouvir testemunhas não encontradas, provocando diligências exaustivas para busca de endereços, o que levou o magistrado a

repassar para o MP o encargo de indicar os endereços; expedição de carta precatória, num deles vítima, testemunhas e acusado residiam em comarcas diversas; remarcação de audiências por ausência de partes; e, em ambos houve condenação na análise do mérito e extinção da punibilidade, num pela prescrição retroativa e noutro por morte do agente.

Considerando o período da investigação e do arquivamento depois da sentença, o tempo de tramitação, da maioria dos processos, fica em média mais de 03 (três) anos. Verificando-se apenas o tempo da instrução criminal, critério utilizado pelo CNJ, a maioria dos processos analisados, das VCCCA, estão abaixo da média estadual e acima da nacional na tramitação de feitos no primeiro grau de jurisdição, que são, respectivamente, de 03 (três) anos e 08 (oito) meses e de 01 (um) ano e 05(cinco) meses (CNJ, 2018).

Apesar do tempo de tramitação está abaixo da média da justiça estadual de Pernambuco, mas acima da taxa de congestionamento, índice pelo qual se verifica a efetividade do órgão jurisdicional, cujo cálculo leva em conta o total dos processos novos que ingressaram, os baixados e o estoque pendente, no final do período anterior ao período base. A taxa de congelamento das VCCCA é em média de 87,3%, estando bem acima da média nacional da justiça estadual e do Estado de Pernambuco (CNJ, 2018TJPE, 2018f).

Tabela 3 - Taxa de congestionamento das VCCCA em 2017 comparada com as do Judiciário Estadual de Pernambuco e Nacional

BRASIL	PERNAMBUCO	VCCCA
71%	63%	87,3%

FONTE: elaborada pela autora a partir dos dados fornecidos pelo CNJ, 2018 e TJPE, 2018f)

Observa-se, entretanto, que há uma possível incongruência, nos dados trabalhados pelo CNJ, pois, segundo informação obtida na secretaria das varas¹², os processos que são remetidos para o TJPE em grau de recurso, não são dados

¹² ALBUQUERQUE, Mariana. **Baixa de processos**. Recife, outubro de 2018. Informação verbal.

baixados e continuam figurando como processos pendentes, compondo negativamente o cálculo da taxa de congestionamento.

Dos 788 (setecentos e oitenta e oito) processos já sentenciados nos últimos anos pelas VCCCA, 287 (duzentos e oitenta e sete) foram remetidos ao TJPE em grau de recurso. A taxa de recorribilidade¹³ externa das VCCCA são superiores a do TJPE e da nacionalmente atingida pelo judiciário estadual (CNJ, 2018a).

Tabela 4 - Taxa de recorribilidade das VCCCA em 2017 comparada com as do Judiciário Estadual de Pernambuco e Nacional

BRASIL	PERNAMBUCO	VCCCA		
7,5%	8,5%	36,42%		

FONTE: elaborada pela autora a partir dos dados fornecidos pelo CNJ, 2018a e TJPE, 2018f)

Nos processos com sentenças registradas em 2017 nas VCCCA, recorreu-se em 25% deles, nos de crime contra à dignidade sexual, apelou a segunda instância em 92% deles.

Recorrer à instância superior faz parte da garantia da ampla defesa e do contraditório, mas também perpetua o sofrimento das vítimas que se veem presa a uma história que querem esquecer.

O planejamento de audiência segue a rotina estabelecida por cada vara, não havendo nos autos maiores informações sobre o horário que a vítima frequenta à escola ou indicação de qual horário lhe é mais conveniente.

Nos 15 (quinze) processos analisados, 53% tiveram apenas uma audiência de instrução e julgamento, 20% em 02(dois), 13% foram designadas até 07 (sete) audiências, 07% em 03(três) e neste mesmo percentual não teve audiência. A indicação de que mais da metade dos processos se findaram com a realização de apenas uma audiência, é um indicador importante que aponta um avanço no sentido da celeridade processual e proteção da vítima. Porém, nos crimes sexuais, essa situação ocorreu em apenas 37% processos.

¹³ é dada pela proporção entre o número de recursos dirigidos a órgãos jurisdicionais de instância superior ou com competência revisora em relação ao órgão prolator da decisão e o número de decisões passíveis de recursos dessa natureza. São computados, por exemplo, recursos como a apelação, o agravo de instrumento, os recursos especiais e extraordinários.(CNJ, 2018a)

O tempo entre a ocorrência do fato delituoso e a realização da audiência na instrução criminal foi de menos de 01 (um) ano em 40% dos processos, em média 03 (três) anos para 40% e em 13%, ocorreu a primeira audiência 08 (oito) anos depois dos fatos e, em 7%, houve arquivamento do procedimento investigatório, não havendo instrução.

Verifica-se que quanto mais próximo dos fatos, a intimação e o comparecimento de vítimas, testemunhas e do acusado à audiência são mais prováveis. Nos processos, em que transcorreu mais de 08 (oito) anos entre os fatos delituosos e a realização da audiência, estes atos foram intermediados por um longo período de buscas por endereço das partes, cujo resultado, nos P02 e P10, foi a prescrição da pretensão punitiva do Estado.

Quanto à prescrição da punibilidade apontada na instalação da VPCCA como um problema a ser superado, numa comparação com a pesquisa feita por Silva (2010) sobre as VCCCA, houve uma diminuição significativa do número de processos extintos pelo decurso do tempo, sem a efetiva atuação estatal. Segundo Silva (2010), do período de 31/10/2008 a 31/10/2009, foram sentenciados 161 processos, destes 51% deu-se a prescrição. Em 2017, o número de sentença cresceu para 387 e o número de sentença extintiva pelo decurso do tempo baixou para 14,98%.

O acesso às Varas é feito através de uma única entrada, o que pode ocasionar o encontro da vítima com o acusado, visto que os mandados de intimação de audiência deles possuem as mesmas orientações, inclusive de horário. Além de existir um único banheiro para o público, incluindo as vítimas, situado no primeiro andar, cujo acesso é tão somente por uma escadaria.

Os ambientes das VCCCA seguem o padrão do judiciário, cores sóbrias e móveis de escritório, excetos nos espaços de atendimento do CRIAR e da sala do Depoimento Acolhedor, onde a decoração e móveis são apropriados as essas faixas etárias.

A recepção das partes é feita no térreo e encaminhada para suas respectivas salas e varas, tendo cada uma das Varas uma sala para testemunhas e vítimas,

estas quando não ouvidas no depoimento acolhedor. Nestes aspectos, as varas apresentam certa dificuldade para acomodar as partes e evitar o encontro entre acusado e vítimas, limitação imposta pela própria estrutura do prédio¹⁴.

Em relação as medidas protetivas, fator também de proteção, apenas no Processo de nº 14 (P14) foram determinadas em favor de vítima de crimes contra a dignidade sexual e violência doméstica. As medidas foram requeridas em razão do crime de violência contra a mulher com base na Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006).

As medidas consistiram em proibição de aproximação e contato com a vítima e seus familiares e do acusado frequentar a residência dela. Nesse processo não foi cumprida a determinação de remeter os autos para o CRIAR, não havendo estudo social e psicológico sobre a vítima, logo não podendo valorar a efetividade das medidas.

No P02, o acusado era o padrasto da vítima, tendo o genitor agido perante o juízo cível e conseguido a guarda da filha, mantendo-a distante do seu suposto agressor. E, no P13, houve decretação da prisão preventiva do acusado, na decisão que recebeu a denúncia, acolhendo pleito da autoridade policial e ministerial, situação que se manteve até a condenação definitiva.

Verifica-se, que as medidas de proteção não se constituem como regra, sendo escassa a representação do órgão ministerial ou da segurança pública. A única hipótese de determinação de medidas, dentre os processos analisados, ocorreu no âmbito da violência contra a mulher, não sendo a infância e juventude o objeto da proteção.

No tocante a reparação dos danos causados à vítima, identificada na revisão da literatura e legislação como instrumento de proteção, não foi determinada em nenhum dos processos analisados, pois não houve requerimento das partes, nem discussão durante a instrução criminal.

Entretanto, o Ministério Público, através do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e Juventude e as Promotorias

¹⁴ CABRAL, Viviane Falcão. ALBUQUERQUE, Mariana. **Estrutura das varas**. Informação verbal.

Criminais, em 06 de novembro de 2018, publicou a Nota Técnica Conjunta nº 01/2018 que orienta a formulação de pedido indenizatório na inicial acusatória, nos crimes envolvendo violência sexual contra criança e adolescente (MPPE, 2018b).

Outro aspecto ausente nos processos, mas apontado na Resolução 20/2005 da ECOSOC e Resolução nº 169/ 2014, do CONANDA, como instrumentos de proteção, é a possibilidade de utilização de meios alternativos de solução de conflito. Estes meios podem ser mais efetivos nos processos de crimes de médio potencial ofensivo nos quais são propostas suspensão do processo.

Essas suspensões ocorreram em 04 (quatro) dos processos analisados, P03, P04, P08 e P09, cujos agressores foram um dos genitores das vítimas. Os genitores praticaram o crime de violência doméstica, previsto no artigo 129, §9º do Código Penal, caracterizado como lesão corporal de natureza leve, fruto de um ambiente familiar desestruturado e que usa a violência como meio corretivo.

Nos processos P03 e P09, as genitoras foram acusadas de abandono de incapaz, que se dá por negligência. No primeiro, a genitora deixou a vítima de 07(sete) anos de idade, sozinha em frente a um estabelecimento penitenciário, enquanto ela visitava seu companheiro e no outro, a acusada deixou os dois filhos menores de 6 (seis) anos, sozinhos em casa e foi para uma festa.

Nessas situações, as estratégias de enfrentamento da violência devem não apenas responsabilizar os agentes, mas garantir a reparação dos danos causados pelos agressores e a interrupção do círculo de violência, articulando o apoio sociofamiliar e atendimento aos pais agressores e de toda família, a fim de desenvolver vínculos de cuidado e de solidariedade (BARROS e FREITAS, 2015)

Apesar das especificidades dos casos e da necessidade de proteção das vítimas, as condições estabelecidas para a suspensão são comuns às adotadas em quaisquer outros processos. Apenas no P04, estabeleceu-se uma condição mais específica para o caso que foi a de "Proibição de lesar de qualquer forma seus filhos". Além de ser bastante genérica, não foi determinado nenhum acompanhamento para verificar sua eficácia, tendo ao final do período de dois anos, extinta a punibilidade sem daquela condição se fazer referência.

Nesses processos em que houve suspensão, não há registro da atuação da rede de apoio, não há atuação do CRIAR, não houve nenhuma determinação de medidas protetivas. Nestas hipóteses, medidas alternativas poderiam ter sido estabelecidas, pois as famílias envolvidas demonstraram desajustes que o poder

público tem a obrigação de apoiá-los a superar, através de uma atuação integrada que garanta o acesso às políticas públicas.

A sentença põe fim ao processo, mas nem sempre ao conflito e as consequências geradas pela violência e responsabilização, devendo a situação familiar ser acompanhada antes, durante e após o processo, independente da solução dada ao caso, porque a responsabilidade do Estado com a família e em especial, com a criança e o adolescente, não se encerra com o trabalho do sistema de justiça (SILVA, 2010).

Visando superar estas dificuldades, o corpo técnico das VCCCA tem conduzido alguns estudos, inicialmente sobre justiça restaurativa, a exemplo do ocorrido no dia 12 de julho de 2018, com as profissionais do CRIAR, assessoria da 2ª VCCCA e equipe de justiça restaurativa do TJPE, com a finalidade de refletir sobre a possibilidade ou não de utilização desse meio alternativo de solução de conflito nos processos das VCCCA, cujo resultado consistiu na proposição de uma agenda de estudo e discussão, com o objetivo de se elaborar um documento orientador para definição de uma política.

4.2.2 Ouvida da vítima

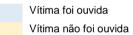
Essa categoria foi identificada como relevante na revisão de literatura, na estrutura das varas e considerada como imprescindível para a proteção integral no âmbito do sistema de justiça criminal.

Em 2017, foram marcadas 115 (cento e quinze) audiências para ouvida da vítima pela equipe da Sala de Depoimento Acolhedor, tendo sido realizada 75(setenta e cinco). Das audiências não realizadas, em 55% a justificativa foi a ausência da vítima.

Dos 15(quinze) processos analisados, das 18 (dezoito) vítimas, 04 (quatro) foram ouvidas no Depoimento Acolhedor, 09 (nove) em audiência de instrução e julgamento, arguidas diretamente pelas partes e 05 (cinco) não foram escutadas em juízo. Das 18(dezoito) vítimas apenas 01 (uma) não foi ouvida na delegacia, esta possuía 1(um) ano e 03(três) meses de idade na data do fato, sendo ouvida em juízo quase 02(dois) anos depois dos fatos e cerca de 01(um) ano após o recebimento da denúncia.

Nº	Nº ORD VIT	 MÉDICO/DEDITO	CDIAD		DELEGACIA	VCCCA	
ORD		MÉDICO/PERITO	CRIAR REDE D	REDE DE PROTEÇÃO		ACOLHEDOR	TRADICIONAL
1	V01						
2	V02						
3	V03						
4	V04						
5	V05						
6	V06						
7	V07						
8	V08						
	V09.1						
9	V09.2						
10	V10						
	V11.1						
11	V11.2						
12	V12						
13	V13						
14	V14						
	V15.1		-		_	_	-
15	V15.2						

Quadro 1 - Quantidade de OUVIDA DA VÍTIMA nos processos analisados pelo sistema de justiça



Dos processos que foram encaminhados para exames sexológicos ou traumatológicos, os peritos buscaram informações diretamente com 09 (nove) vítimas e em outros 02 (dois), com os genitores. Das 09 (nove) vítimas ouvidas pelos peritos, 08(oito) eram de crimes sexuais.

A média, nos processos analisados, é de duas ouvidas da vítima pelo sistema de justiça criminal nos crimes praticados contra criança e adolescente. Entretanto, nos crimes sexuais, pode-se ouvir até 04 (quatro) vezes a vítima.

Na DPCA, das 18(dezoito) vítimas, 17(dezessete) foram ouvidas, destas 61% foram ouvidas por um técnico e 33% pela própria autoridade policial. Dos processos em que a vítima foi ouvida diretamente pela autoridade policial, 50% foram em flagrante delito e apenas em 33% deles (dois processos), em crime sexual, um deles na reinquirição da vítima. Foi clara, a prevalência da atuação de um técnico na inquirição da vítima na investigação criminal.

A ouvida da vítima, na DPCA, ocorreu muito próximo ao dia do fato, em média 01(um)dia após o fato, salvo a exceção do P10 em que os fatos se tornaram conhecidos cerca de 03 (três) anos depois. Das 11(onze) vítimas ouvidas por

técnicas, a entrevista adotou a livre narrativa, cujas intervenções ocorreram para extrair mais informações ou detalhes, havendo relato descritivo sobre os fatos, inclusive da V09, com 03(três) anos de idade, foi capaz de apontar algum aspecto do fato ocorrido.

Apesar de 09 (nove) das 11 (onze) vítimas que fizeram exames periciais, terem sido ouvidas por perito, as conclusões descritas nos laudos, levaram em consideração apenas as evidências físicas descritas, fazendo registros sucintos de informações prestadas pela vítima. Essas constatações indicam que a ouvida da vítima pode ser dispensada nessa etapa, bastando o encaminhamento de cópias dos registros dos profissionais que fizeram o atendimento inicial à vítima e as testemunhas ou representantes legais.

Em juízo, durante a instrução criminal a vítima, principalmente dos crimes sexuais, é atendida, no mínimo 02 (duas) vezes. O primeiro, através de escuta especializada através dos técnicos do CRIAR e o segundo, em audiência de instrução e julgamento.

Para elaboração do relatório interprofissional, a equipe do CRIAR, em geral, uma psicóloga atende a vítima, que utiliza protocolos e técnicas especializadas para avaliar as condições emocionais das vítimas e suas relações familiares.

Dos 15 (quinze) processos analisados, 02 (dois) possuíam relatórios do CRIAR e em apenas 01 (um) a equipe ouviu a vítima. Dispensou-se a ouvida da V01 que, possuía 01(um) ano e 03(três) na data da suposta agressão e na época da elaboração do relatório, já com 05(cinco) anos de idade, não lembrava dos fatos.

A vítima ouvida pelo CRIAR era do sexo masculino, no P12, por denúncia de estupro de vulnerável praticado por um primo. As abordagens, feitas à vítima no atendimento psicológico, referiam-se a aspectos familiares, escolares, fatos da denúncia, dos procedimentos relativos ao processo judicial e a participação dela na audiência.

Verifica-se que a atuação do CRIAR dá-se, prioritariamente para proteção da vítima, que as informações extraídas da vítima não têm por finalidade a identificação da culpa, mas caracterizar as condições emocionais da vítima para encaminhamentos à rede de proteção e orientar os órgãos do sistema de justiça que atuam no processo, a agirem diante daquela vítima. Por isso, há sempre o cuidado para orientar sobre a participação da vítima na instrução e a recomendação ou não de sua ouvida em juízo.

Em audiência, foram ouvidas 12 (doze) vítimas, 08 (oito) na forma tradicional e 04 (quatro) no depoimento acolhedor. No depoimento tradicional, 50% eram vítimas de crimes sexuais e 50% de crimes contra o patrimônio. Porém, as vítimas, dos processos analisados, ouvidas no Depoimento Acolhedor, eram 100% de crimes sexuais.

As vítimas, ouvidas no procedimento tradicional, foram arguidas diretamente pelas partes. Todas maiores de 14 (catorze) anos de idade, apresentaram constrangimento próprio do ambiente judicial, tendo as vítimas de crimes sexuais demonstrado um sofrimento maior, tendo uma delas, V15.2, ouvida em juízo 11 (onze) anos depois dos fatos, explicitamente, declarou, que preferiria esquecer e não dar prosseguimento ao feito, porque depois de muito tempo a intimação para a audiência a fez lembrar de tudo e sofrer.

Nessa mesma audiência, a segunda vítima, V15.1, mulher com 23 (vinte e três) anos de idade, mantinha um olhar baixo, demonstrando constrangimento, foi abordada por uma das partes, com uma série de perguntas que não a permitiu fazer um relato contínuo sobre os fatos, sendo confundida com um menino, provocando constrangimento na sala de audiência.

As vítimas ouvidas no depoimento acolhedor, sendo 02 (duas) com até 07 (sete) anos e 02(duas) maior de 14(catorze) anos de idade. Na escuta da V01, esta já com 05 (cinco) anos de idade, mais de três anos após o fato, teve-se grande dificuldade de estabelecer uma conversa sequenciada. A criança conduzia o diálogo a partir de seu interesse, com informações imprecisas e aspectos de sugestionabilidade e fantasia. Diferentemente, a criança em idade escolar, V13, ouvida, em juízo, aos 07(sete) anos, cerca de 10(dez) meses após os fatos, apresentou uma narrativa segura, sequenciada e coerente.

O tempo de ouvida das vítimas, em juízo, nos processos analisados, é em média 15:52(quinze minutos e cinquenta e dois minutos) sendo 24:42(vinte quatro minutos e quarenta e dois segundos) no depoimento acolhedor e 06: 62 (seis minutos e sessenta e dois segundos) na audiência tradicional, não tendo o maior tempo de escuta, ultrapassado 35 minutos.

Os 15 (quinze) processos analisados foram sentenciados e, portanto, tiveram a instrução criminal encerrada em 2017. Destes 60%, tiveram a ouvida da vítima no depoimento acolhedor em média em 02(dois) anos depois do dia do fato, 29% foram

ouvidas após 05 (cinco) anos e 13% depois de mais de 10 (dez) anos que a vítima sofreu a agressão.

Estudos apontam que a memória se deteriora com o passar do tempo, por efeitos de interferência e sugestões, por isso os depoimentos infantis devem ser coletados o mais próximo da data do fato (STEIN, PERGHER e FEIX, 2009).

Destarte, pela idade que possuía a V01 na época dos fatos e o lapso temporal até sua ouvida em juízo, era previsível que o relato poderia está prejudicado. Nestes casos, deve-se atentar para as recomendações de que a ouvida da vítima não pode ser a regra, pois o depoimento da vítima não trouxe elementos de provas, exigindose a produção de outras, que não foram produzidas pelas partes, cuja absolvição do acusado fundamentou-se na insuficiência de elementos probatórios.

Outrossim, estudos apontam que as crianças muito pequenas quando avaliadas por instrumentos não verbais adequados, demonstram capacidade de recordação de eventos específicos por longo tempo. Estas crianças são mais suscetíveis aos efeitos de interferência externa, podendo ser mais sugestionadas e terem seus relatos verbais contaminados (STEIN, PERGHER e FEIX, 2009). Nesta fase da vida humana, pode ser mais eficiente, dadas as dificuldades de valorar o relato da vítima, a realização de uma perícia psicológica.

Verificou-se que no Depoimento Acolhedor a interferência do entrevistador na narrativa da vítima, apesar de existir, é menor em relação ao depoimento tradicional, pois começa sempre com a livre narrativa, sendo depois provocado pelo entrevistador a completar as informações, identificou-se pontos de um protocolo forense, tais como: estabelecimento de confiança; informações sobre a entrevista; perguntas abertas inicialmente, graduando para mais específicas e depois para abertas; e, encerramento (GOODMAN et. al, 2009).

Para se obter descrição fidedigna dos fatos, o relato livre da criança e do adolescente é a estratégia de recordação indicada para o âmbito forense, cuja intervenção do entrevistador deve ser a mínima possível (STEIN, PERGHER e FEIX, 2009).

Não há pesquisa que aponte se o depoimento, nos moldes especiais, prejudica a sua exatidão, porque pode ser visto como menos confiável por não ter sido feito diretamente pelos operadores do direito, partes no processo, porém o impacto emocional é menor para a criança e o adolescente, reduzindo a revitimização (GOODMAN et. al, 2009).

Neste aspecto, apesar do depoimento se revestir de caráter de coleta de provas, nos processos analisados predominou a busca pela proteção da vítima, limitando-se as entrevistadoras em propiciar ambiente adequado, sem insistir em determinados elementos de prova, quando a vítima não demonstrou interesse em detalhar.

Em estudo especifico sobre as VCCCA, Bezerra (2016) ao entrevistar 20 (vinte) adolescentes vítimas, que haviam prestado depoimento na Sala de Depoimento Acolhedor, concluiu que mesmo tendo que revelar uma situação traumática, a experiência foi considerada como positiva por eles, pois sentiram-se acolhidos, seguros, respeitados pelo profissional que os entrevistou, favorecidos pelo ambiente diferente e reservado. A Sala de Depoimento Acolhedor, com organização voltada para especificidade do público a ser atendido, retira o caráter formal e inacessível do judiciário, favorecendo o acolhimento e segurança.

Souza (2013), também analisando a Central de Depoimento Acolhedor do Recife, avalia-a como instrumento essencial para evitar a repetição do depoimento da vítima através da antecipação da produção dessa prova.

Nos processos analisados, apenas no P02 foi a vítima ouvida através de uma medida cautelar de antecipação de produção de provas. Essa medida foi requerida cinco anos depois do fato e após a vítima ter sido ouvida 03 (três) vezes – 01 (uma) pelo perito, 02 (duas) vezes na DPCA. Com base nas declarações da vítima, o MP caracterizou a conduta do investigado como contravenção penal e requereu arquivamento da peça investigativa por ter se operado a prescrição da punibilidade.

Aspecto importante a ser analisado neste caso, é que em todas às vezes que a vítima foi ouvida, descreveu os fatos da mesma forma, o que aponta para a necessidade de se avaliar a repetição do seu depoimento.

As diversas experiências levantadas na revisão de literatura apontam que para garantir a proteção integral da vítima deve-se evitar a reouvida. Nessa perspectiva, existem, como referência, os Centros de Atendimento em diversos estados brasileiros. Pioneiramente, surgiu o CRAI, no Estado do Rio Grande do Sul, a partir da experiência dos NCAC dos Estados Unidos (SANTOS, MAGALHAES e GONÇALVES, 2017).

Nestas experiências, a entrada da vítima no sistema de justiça criminal dá-se através de uma política integrada de atendimento, na qual o poder público faz o atendimento inicial, através dos serviços de assistência social e psicologia e, no

mesmo momento e espaço, há a apuração pelos órgãos de segurança. Em alguns casos, dispensa-se nova ouvida da vítima na instrução criminal, como ocorre no CRAI no Rio Grande do Sul (SANTOS, MAGALHAES e GONÇALVES, 2017).

A dispensa de nova ouvida também é identificada em várias decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) que nas Apelações Criminais nº 2013.010775-1 e nº 2011.036859-7 considerou para condenação do agente a ouvida especializada da vítima através de psicólogo, corroborada com o depoimento dos genitores e demais provas (DIGIÁCONO, Murilo e DIGIÁCONO, Eduardo, 2018).

Esse entendimento do TJSC, baseou-se em julgados do Supremo Tribunal Federal (STF) que entendeu que os elementos colhidos no inquérito policial podem servir na formação do livre convencimento do juiz quando complementados por outras provas obtidas na instrução judicial (BRASIL, 2010c).

Nesta perspectiva e com base no artigo 11, *caput* e §2º e 22 da Lei 13.431/2017¹⁵, o depoimento especial, realizado pela autoridade policial, poderá ser usado como prova no processo judicial, sem a necessidade da repetição do ato, principalmente, quando seu teor for corroborado por outras provas produzidas ao longo da instrução processual (DIGIÁCONO, Murilo e DIGIÁCONO, Eduardo, 2018).

Portanto, não resta dúvida que a ouvida da criança, através do depoimento acolhedor, tem sido menos revitimizante, mas essa política por si só não garante a proteção integral da vítima, exigindo-se do sistema de justiça criminal, uma política integrada que determine o fluxo de atendimento da vítima, criança e adolescente.

A definição de uma política integrada é imprescindível para garantir a não reouvida da vítima e evitar que se produza a violência institucional, sendo indispensável que os órgãos estabeleçam uma agenda de planejamento,

Art. 11. O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado.

^{§ 1}º O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova:

I - quando a criança ou o adolescente tiver menos de 7 (sete) anos;

II - em caso de violência sexual.

^{§ 2}º Não será admitida a tomada de novo depoimento especial, salvo quando justificada a sua imprescindibilidade pela autoridade competente e houver a concordância da vítima ou da testemunha, ou de seu representante legal.

identifiquem os serviços públicos pelos quais a vítima poderia acionar o sistema de justiça e definam um fluxo de todo o atendimento com vista a proteção integral da criança e do adolescente.

4.2.3 Assistência interprofissional

A intervenção de equipe interprofissional, nos processos analisados, ocorreu em 03 (três) processos, P01, P02 e P12. No Processo P02, houve a participação do Centro de Apoio Psicossocial (CAP) do TJPE, que elaborou relatório psicológico, no âmbito do processo civil, e de uma psicóloga contratada pela família da vítima. Neste processo, não houve instrução criminal, pois foi acolhido pelo magistrado, o pleito de arquivamento do procedimento investigatório feito pelo MPPE.

Nos P01 e P12, houve a atuação da equipe do CRIAR. Todavia, em dois processos, P07 e P14, foi determinada a remessa para a equipe interprofissional na decisão que recebeu a denúncia, porém os autos não foram encaminhados ao CRIAR.

Os processos que foram ou deveriam ter ido para o CRIAR, eram de crimes contra a dignidade sexual. As demandas com outros tipos de crimes, dentre eles violência doméstica, não tiveram a participação da equipe interprofissional.

A violência interfere no desenvolvimento sadio da criança e do adolescente, tornando-se a intervenção da equipe indispensável, não só nos processos de violência sexual, mas também, nos de violência doméstica, dada a natureza de proteção e não de responsabilização penal do CRIAR.

Os relatórios produzidos pela equipe do CRIAR foram ambos de estupro de vulnerável, o primeiro de uma criança e o outro de um adolescente, cujos acusados são parentes das vítimas. Nos dois, há apenas relatórios social e psicológico. No P01, para produzir o relatório social, além da análise processual, a profissional entrevistou a genitora da vítima, realizou visitas domiciliares e institucionais, além de ter encaminhado oficio ao Conselho Tutelar. No P12, a situação social foi descrita com base na entrevista feita com a genitora da vítima.

O relatório psicológico do P01 foi realizado com elementos extraídos das declarações dos genitores da vítima, da visita domiciliar realizada à avó materna e à escola frequentada pela vítima. Não foi ouvida a vítima, que tinha 01(um) ano e 03(três) meses de idade na época dos fatos e segundo familiares não sabia nada a

respeito dos fatos, aspecto confirmado no depoimento acolhedor. No P12, o relatório foi produzido com base nas narrativas da vítima e de sua genitora.

Nos dois processos, a equipe do CRIAR orientou sobre o processo e a possível participação da vítima em audiência. No P12, verificando os riscos envolvendo a criança, a equipe a encaminhou à rede de proteção, solicitando intervenção de um Centro de Referência da Assistência Social e também ao Conselho Tutelar.

Nos relatórios produzidos pela equipe interprofissionais do CRIAR, identificam-se as informações, social e psicológica, sobre a situação da vítima e de sua família, detecta-se elementos que podem subsidiar a aplicação de medidas de proteção e como essas decisões podem repercutir na vida dos sujeitos envolvidos (MOLLER e DINIZ, 2018; BRASIL, 2014).

Entretanto, nos 02 (dois) processos analisados, não houve a participação de em profissional da pedagogia, o que traz prejuízo na análise do desenvolvimento da aprendizagem, aspecto que, normalmente, é atingido por situações de violência.

Apesar de não ser a primeira finalidade, o relatório interprofissional subsidiou na responsabilização penal dos casos analisados e a sua ausência pode acarretar prejuízo na valoração do fato e atuação do sistema de justiça. A análise do contexto, social e familiar, onde os sujeitos estão inseridos, e a indicação dos aspectos determinantes que causam distorções na memória subsidiam uma melhor compreensão do testemunho, apontando aspectos para valorar se as memórias são verdadeiras ou falsas (STEIN, PERGHER e FEIX, 2009).

A ausência do relatório psicossocial prejudicou a valoração dos aspectos que motivaram a vítima, V07, a mudar suas declarações em juízo. Sem o estudo da equipe interprofissional não foi possível analisar o contexto social e familiar dos envolvidos e outros subsídios para a decisão, restando ao magistrado proferir uma sentença absolutória fundamentada na insuficiência de provas.

Por fim, a atuação da equipe interprofissional do TJPE tem sido, na maioria dos processos, o único meio de se acessar a rede de proteção, apesar de haver relatos que na DPCA¹⁶ se encaminha, entretanto não se tem registro nos autos.

4.2.4 Formação dos profissionais

Na revisão de literatura, ficou demonstrada a importância da formação dos profissionais que atuam na prestação jurisdicional com crianças e adolescentes vítimas e testemunhas.

Para levantamento sobre essa categoria, aplicou-se um questionário com os profissionais que atuam nas VCCCA, tendo 86,49% participado.

As VCCCA caracterizam-se como espaço predominantemente de mulheres casadas, correspondendo a 81,3% dos servidores, com idade acima dos 30 anos de idade, 62,5% estando na faixa etária de 30 a 40 anos de idade. A maioria, 71,9%, identificou-se como de cor branca, 18,8% como pardos e 2% negros.

Todos os respondentes são servidores efetivos e possuem graduação completa, encontramos também 21,9% de técnicos judiciários, cargo que não exige ensino superior. A formação superior deu-se em cursos diversos; 34,5% tem Bacharelado em Direito, constituindo a segunda formação de 83,3% dos servidores que possuem uma segunda formação no ensino superior. Além dos formados em direito, tem-se 20,7% formados em Psicologia, 17,2% em Serviço Social, 01% em Pedagogia, 01% em Engenharia da Informática e 20,7% em outras graduações não identificadas.

Além de possuírem formação superior, 28,1% estão se pós-graduando num curso de especialização *lato sensu*; 31,3% já concluíram esse nível de formação, 9,4% já possuem mestrado e 1% está concluindo esse mesmo nível.

Esses números comparados aos divulgados pelo CNJ, nos aspectos de identificação apresentam índices aproximados, porém as Varas estão acima dos indicados no item formação inicial. No Brasil e em Pernambuco, a média de formação superior dos servidores é de 40%, atingindo as VCCCA 100%,

¹⁶ OLIVEIRA, Ademir Soares. **Departamento de polícia da criança e do adolescente**. Recife, 2018. Informações verbais.

apresentando uma formação diferenciada e com possibilidade de maior problematização e análise da realidade trabalhada (CNJ, 2013 e 2014).

Apesar de 100% dos profissionais das VCCCA terem formação superior, a pesquisa feita entre os servidores aponta que o direito da criança e do adolescente não compôs o currículo da graduação de 62,5% deles.

A formação inicial dos profissionais das VCCCA apresenta especificidade e diversidade das áreas profissionais, que garante diversos olhares técnicos sobre o desenvolvimento da infância. Estas formações especializadas são exigidas no ingresso desses profissionais no quadro de servidores do judiciário estadual, para atender, principalmente, aos centros especializados de atendimento, CRIAR e Depoimento Acolhedor.

Entretanto, a formação inicial numa área profissional não é suficiente para a atuação numa vara especializada que tem uma demanda específica e de diferentes violações de direitos. Nesse contexto, a formação continuada torna-se imprescindível para que ação desses profissionais garanta a proteção integral das crianças e adolescentes.

Essa é a perspectiva do CNJ (2014b) ao definir que a formação também será feita na modalidade continuada, ao longo da vida funcional no judiciário, para desenvolvimento de competências necessárias para a melhor prestação jurisdicional.

A melhoria dos serviços do judiciário não ocorrerá através de uma ação atomizada dos servidores, especialmente das VCCCA que para garantir a proteção das crianças e adolescentes precisa de uma outra postura dos profissionais, revelada no compromisso com a transformação do seu ambiente de trabalho.

Silva (2010), em pesquisa nas VCCCA sobre a prevenção da violência sexual intrafamiliar na ótica dos membros do poder judiciário, percebeu a preocupação e o compromisso dos profissionais em dar resposta à vítima e a sua família.

Segundo Freire (1979), o compromisso exige o constante aperfeiçoamento e deverá ocorrer de forma lúcida e profunda, não devendo ser um ato passivo, mas reflexivo sobre a sua prática, pois ao compreender a sua realidade poderá transformá-la.

Destarte, é necessário que os cursos de formação ultrapassem o estudo da norma e do procedimento, mas analisem as estruturas sobre as quais as VCCCA foram criadas e pretendem superar, que abram espaços para que os servidores assumam o papel de agentes solidários da mudança para uma efetiva prestação jurisdicional às crianças e adolescentes vítimas.

Neste aspecto, verifica-se que apesar de 22,8% terem mais de 10 (dez) anos como servidor do TJPE e 31,3% terem 09 (nove) anos, tendo, portanto a maioria mais de 09 (nove) anos e 56% estarem na Vara desde a sua posse no judiciário estadual, apenas 43% participaram de curso na área que atua e 32% em curso específico sobre direito da criança e o adolescente promovido pelo TJPE.

Apesar da progressão salarial dos servidores do TJPE está vinculada à participação em curso, com carga horária mínima de 40h anuais, 28,1% não participaram de curso em 2017(PERNAMBUCO, 2015). A totalidade dos servidores considera necessária a promoção de cursos específicos sobre crianças e adolescentes vítimas e testemunhas. Entretanto, 6,2% declararam não ter interesse em aprofundar seus conhecimentos sobre a temática.

Em pesquisa nos sítios eletrônicos do TJPE e no da Escola Judicial, verifica-se que, em 2018, os cursos sobre atualização do Estatuto da Criança e do Adolescente incluíram como conteúdo, a Lei 13.431/17 que interessa diretamente as VCCCA. Ainda, nesse ano, o TJPE realizou o primeiro Fórum sobre Crianças e Adolescente vítimas e testemunhas de violência, enfocando as novas diretrizes trazidas pela Lei nº 13.431/2017. O evento foi realizado no dia 06 de abril, no auditório da Escola Judicial de Pernambuco (Esmape), no Recife (FÓRUM CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS E TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA, 2018).

Verifica-se também que o CNJ possui na sua grade de cursos, 02 (dois) voltados, especificamente, para o direito da criança e do adolescente, porém de oferta não regular (CNJ, 2018).

Por fim, tendo em conta os quadros de formação do TJPE e do CNJ, conclui-se que as capacitações não são específicas para as VCCCA, não há espaço continuo de reflexão e estudo sobre a prática diária, prova disso é que a maioria dos profissionais dessas varas, 46,9% participaram de cursos de formação por iniciativa própria e outros 28,1% não participaram de alguma formação em 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço das legislações internacionais e nacionais de proteção da criança e do adolescente, reconhecendo-os como sujeitos de direitos, não foi capaz de interromper o círculo de violência vivenciada por elas diariamente. Além das políticas públicas de educação, saúde e assistência, para conter esse quadro de violações de direitos, exige-se a responsabilização dos agressores, sem perder de vista a condição da vítima, como um ser em desenvolvimento e a garantia da proteção integral por parte do Estado.

A responsabilização dos agressores tem sido um desafio para os sistemas de justiça, pela dificuldade da produção da prova e a violência institucional que os seus órgãos produzem. Esta dá-se, principalmente, pela estrutura formalista e adultocêntrica das instituições existentes para apuração e instrução criminal.

Com a finalidade de superar essas dificuldades, em 2005, o Conselho Econômico e Social da ONU definiu Diretrizes para a justiça em casos que envolvessem criança e adolescente vítimas de violência, sendo paulatinamente adotada pelo Brasil, através de normatização do CONANDA, políticas específicas de alguns tribunais de justiça estadual e pelo CNJ.

Antes mesmo das Diretrizes da ONU, no Brasil tem-se a experiência das Varas especializadas em crimes contra a criança e do adolescente, pioneiramente, criadas em Pernambuco em 1992 e objeto deste estudo. Ainda, antes das Diretrizes, no Brasil, em 2003, no âmbito da justiça estadual do Rio Grande do Sul, surgiu o Depoimento Sem Dano, em seguida adotado por Estados como Pernambuco e normatizado pelo CNJ em 2010.

As Diretrizes, as normas do CONANDA, as do CNJ e as experiências da justiça estadual, com a criação de varas especializadas, bem como das DPCA, fizeram surgir a Lei 13.431/2017 que criou o Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e Adolescente Vitima ou testemunha de Violência.

Essa Lei traz vários desafios para a política criminal envolvendo crianças e adolescentes vítimas, dentre eles a reorganização da estrutura dos órgãos do sistema de justiça e na integração das suas políticas, exigindo um planejamento articulado.

Neste contexto e considerando a experiência de Pernambuco, primeiro Estado brasileiro, e também do mundo, a pensar numa Vara cuja competência foi

definida pela condição da vítima criança e adolescente, tornou-se imprescindível para planejar o futuro, a análise do modelo de prestação jurisdicional das VCCCA de Recife, objetivo dessa pesquisa, à luz da Doutrina da Proteção integral, a fim de identificar quais são os fatores de proteção.

Com o fim de identificar esses fatores, a partir da revisão da literatura foi sistematizado os principais estudos e normas sobre sistemas de justiças envolvendo crianças e adolescentes vítimas e testemunhas. Dessa revisão, detectou-se cinco categorias, quatro delas, identificadas como fator de proteção e utilizadas para analisar às Varas, a saber: ouvida da vítima, assistência interprofissional, procedimentos e formação dos profissionais.

Nos processos criminais, busca-se com a produção de provas chegar a verdade dos fatos, permitindo ao Estado responsabilizar os agentes que violaram o regramento jurídico. Historicamente, nessa busca pela verdade o depoimento da vítima tem se caracterizado como instrumento imprescindível na instrução criminal, principalmente, em crimes sexuais que nem sempre deixam marcas e são, geralmente, praticados às escondidas.

A ouvida da vítima, principalmente as de crimes sexuais, tem espaço adequado e profissionais qualificados para coletar as evidências do fato delituoso por meio do depoimento da vítima nas VCCCA, através da Sala do Depoimento Acolhedor, que tem se constituído como fator imprescindível para redução dos danos, durante a participação da vítima no processo crime.

A despeito da existência desse fator, o testemunho infantil não pode se tornar sempre o único elemento de prova, nem sua antecipação uma regra absoluta. É preciso analisar as condições emocionais e familiares para o depoimento, não podendo a criança e o adolescente serem responsabilizados pelo destino do ofensor, que na maioria das vezes é seu parente próximo.

A não reouvida não será superada apenas com a antecipação, que em muitos casos não será possível, mas com a utilização das provas produzidas por outros órgãos do sistema de justiça ou da rede de proteção. Assim, experiências nacionais e internacionais descritas nesse trabalho, na utilização de outros mecanismos de comprovação de evidências, são emblemáticas para uma postura mais protetiva.

Outro fator de proteção identificado, nesse trabalho, é a assistência interprofissional, que nas VCCCA dá-se através da atuação da equipe do CRIAR,

que tem como papel principal à proteção da vítima, criança e adolescente, com a realização de estudos e encaminhamento à rede de proteção.

Verificou-se que apesar da atuação da equipe não ter o objetivo de coletar evidências, seus relatórios têm contribuído com a tomada de decisão para determinar medidas de proteção e também em favorecer maiores elementos para a elucidação do fato criminoso e suas circunstâncias.

O CRIAR também tem se constituído como o instrumento principal de encaminhamento da vítima à rede de proteção e de orientação sobre a sua participação no processo. Entretanto, para maior nitidez e encaminhamento, é necessária a sistematização dessa rede e levantamento dos resultados obtidos.

A atuação de equipe interprofissional é imprescindível para proteção da vítima que deverá atuar o mais cedo possível no processo. Nos casos de antecipação da ouvida da vítima, é preciso estabelecer mecanismo de apoio, uma vez que a equipe não atuará previamente para orientar sobre a participação na instrução criminal.

Tendo em vista que a formação especializada dos profissionais, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, trazem uma contribuição específica no âmbito da proteção, nas demandas judiciais de crianças e adolescentes deve-se priorizar a atuação deles na realização de estudos e acompanhamento e não na ouvida da vítima que poderá ser feita por qualquer outro profissional devidamente treinado.

Alguns procedimentos foram tomados como elementos indispensáveis para uma prestação jurisdicional protetiva e efetiva, em síntese são eles: o planejamento da participação da vítima na instrução criminal; a celeridade processual; os espaços apropriados; a assistência jurídica; as medidas protetivas; e, a reparação do dano.

Verificou-se, que o planejamento da participação da vítima na instrução é fator determinante para evitar remarcações e tempo de espera desnecessários, bem como encontro inesperado com o acusado. Esses aspectos devem ser detidamente observados pelas equipes das VCCCA, cujo planejamento da participação da vítima, deve levar em consideração os aspectos levantados pelo CRIAR no relatório, a idade dela, dia e horário mais apropriados, evitando-se que a vítima seja exposta a situações revitimizante. Para tanto, nos mandados de intimação devem constar as informações necessárias, inclusive horário de chegar e a porta de acesso diferente da porta do acusado.

Os espaços das VCCCA também devem ser reorganizados para definir locais de entradas diferentes para o acusado e vítima e a sala que deverão permanecer enquanto estiverem numa das Varas.

É preciso retirar a sisudez dos espaços, colocando cores mais alegres e receptivas às crianças e aos adolescentes. E, ainda sobre a estrutura e também demanda de uma reunião setorial do MP, a urgente reforma dos banheiros, assegurando um de uso exclusivo da vítima e sua família.

Quanto à celeridade, um dos aspectos levantados é que quanto mais cedo a instrução se inicie, e a audiência seja designada mais próxima dos fatos, as partes serão encontradas com facilidade, evitando novas e diversas diligências. Ressaltese que apenas assegurar a ouvida da vítima não produz celeridade, mas garantir que todas as testemunhas e informantes sejam ouvidos o mais próximo dos fatos e assim, evitar buscas por endereços e remarcações de audiência.

O planejamento dos órgãos quanto à forma de acesso da vítima ao sistema de justiça e à definição de um fluxo devem levar em conta a rapidez e prontidão do atendimento, bem como a não repetição de atos probatórios. Assim, a descrição do fluxo deverá ser iniciada com o atendimento da vítima pelos órgãos da rede proteção, antes mesmo da notícia da violência chegar ao sistema de justiça por intermédio das polícias, civil e militar.

A taxa de congestionamento aponta para necessidade de se rever alguns procedimentos, como a baixa dos processos remetidos para o TJPE, a realização de um possível mutirão, como sugerido pelo MP, com vista a desobstruir o fluxo e efetivar a recomendação do CNJ de encerramento da instrução em 12 (doze) meses.

A assistência jurídica, direito fundamental da criança e do adolescente é elemento de proteção, é explicitamente violado nos procedimentos das VCCCA. Por ser indispensável à proteção integral, deverá sua implantação constar na agenda dos agentes públicos.

Essa assistência, necessariamente, não precisa ser através de um assistente de acusação, formalmente habilitado nos autos, mas por profissionais da área jurídica que possam orientar a vítima e seus familiares sobre o fluxo do processo, seus direitos, obrigações e possíveis resultados.

Outros procedimentos, instrumento de proteção, que precisam ser observados são: a aplicação de medidas de proteção e a reparação do dano. As

medidas de proteção precisam ser aplicadas observando a especificidade de cada caso, do nível de sofrimento da vítima, do relacionamento com o acusado e das condições emocionais e materiais da família.

A reparação do dano foi inexistente nos processos analisados. Com a nota técnica expedida pelo MP, é possível que esse quadro se altere, mas não podem ficar limitadas aos crimes sexuais, as outras demandas também causam danos materiais ou emocionais e precisam ser compensados.

A reparação poderá ocorrer com compensação econômica ou através de meios alternativos de solução, como a justiça restaurativa, que deve ser cuidadosamente analisada e se possível, aplicada, especialmente, nos processos de violência doméstica.

E, como último fator de proteção analisado, temos a formação dos profissionais que atuam nas VCCCA que está acima da média do judiciário brasileiro, enquanto formação geral, mas dada a especificidade das varas, exige-se um programa de capacitação específica, ainda não existente.

Porquanto, a atuação em varas especializadas, cuja competência é definida em razão da vítima, as estruturas formadas ao longo dos anos e as recentes novidades legislativas exigem uma formação continuada e diferenciada de todos os profissionais das VCCCA, exigindo-se a implantação de um programa de formação em serviço, continuado, com conteúdo que leve a reflexão e que problematize a sua prática, na perspectiva de identificar entraves e formas de superação, levando ao compromisso consciente com a qualidade do serviço prestado à população.

Assim, a formação dos profissionais deverá ser organizada como espaço coletivo e continuado de reflexão e estudo sobre a dinâmica, estrutura e objetivos das varas, especialmente do direito das crianças e adolescentes a uma prestação jurisdicional que garanta a não revitimização e proteção integral.

Os fatores de proteção levantados na revisão da literatura são identificados nas VCCCA que se caracterizam como espaços privilegiados de proteção em comparação com as demais estruturas do judiciário, porém necessitam de aprimoramento de alguns instrumentos e procedimentos para garantia dos direitos preconizados na legislação.

Esse estudo, trouxe elementos que apontam a natureza dúplice das varas especializadas de crimes contra a criança e contra o adolescente: justiça criminal, na busca da verdade para responsabilização; e, justiça da infância e juventude, na

primazia da proteção integral. A compreensão dessa natureza exige uma política integrada com os outros órgãos e demanda aprofundamento desse estudo, na perspectiva de buscar outros elementos de especialização dos procedimentos legais e administrativos dos órgãos do sistema de justiça.

Por fim, a prestação jurisdicional às crianças e aos adolescentes vítimas de violência requer uma nova postura dos órgãos do sistema criminal, que devem se reinventar na perspectiva de abandonar dogmas formalistas e adotar novos mecanismos que garantam a efetividade da justiça na proteção da infância e da adolescência.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, Sebastián Ernesto; COM, Sérgio. **Metodologia da investigação**. Buenos Aires: Del Aula Taller, 2013.

AMIN, Andréa Rodrigues. Princípios orientadores do direito da criança e do adolescente. *In*: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade, coord. AMIN, Andréa Rodrigues. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente:** aspectos teóricos e práticos. 4. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

ALVES, Eliane Olinda; SARAIVA, José Eduardo Menescal. O que pode a fala de uma criança no contexto judiciário? *In*: **Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção**: propostas do Conselho de Psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009.

ARAÚJO, Alessandra de Lima; PINTO, Maria das Graças Oliveira; BEZERRA, Eliane Maria. Atenção no âmbito da justiça e da clínica psicológica às vítimas e familiares em situação de violência sexual. *In:* KIM, Richard Pae. SARAIVA, João Batista Costa (coords). **Revista de direito da infância e da juventude-**RDIJ. Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude-ABMP. Ano 2, Vol.4, jul-dez, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **A justiça criminal e a proteção da criança.** Porto Alegre: Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul. N.68, jan, 2011-abr.2011.

AZEVEDO, Rodrigo Ghrenghelli de. Sociologia da administração da Justiça criminal. *In*: LIMA, Renato Sergio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Orgs.). **Crime, justiça e polícia no Brasil**. São. Paulo: Contexto, 2014.

BARATTA, Alessandro. La niñez como arqueologia do futuro. *In*: UNICEF. **Justicia y derechos del niño**. Nun. 9. Santiago, Chile, 2007. Disponível em: http://unicef.cl/web/justicia-y-derechos-del-nino-n-9-septiembre-2007/. Acesso: 07.09.2017.

BARATTA, Alessandro. **A democracia e os direitos da criança**. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, 2013. Nº 08. Disponível em: http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/adolescencia/article/view/220. Acesso em 30.08.2017.

BAPTISTA, Myrian Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.109, p.179-199, jan/mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/a10n109.pdf>. Acesso em: 10.10.2017.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Amailson Sandro de; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Violência doméstica contra criança e adolescentes**: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. Pensando a família [*online*]. 2015, vol.19, n.2, pp. 102-114, ISSN 1679-494X. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200009, Acesso em: 05.10.2018.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, Martin W. & GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Vozes, 2010.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Tradução de Maria Luiza X. A. Borges. Revisão Técnica de Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Zahar. 2008.

BELOFF, Mary Ana. Los derechos del niño en el sistema Interamericano. 1a ed, 3a reirnp, - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Puerto, 2009.

BEZERRA, Eliane Maria *et al.* A atuação do criar - centro de referência interprofissional na atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência: uma experiencia desenvolvida pelo judiciário pernambucano. In: **Revista de artigos:**1ª jornada cientifica do fórum de assistentes sociais e psicólogos do poder judiciário do espirito santo. Espirito Santo: Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do Poder Judiciário do Espirito Santo, 2015.

BEZERRA, Eliane Maria. A percepção do adolescente vítima de violência sexual sobre escuta especial no judiciário pernambucano. Dissertação (Mestrado). Universidade de Pernambuco, 2016.

BRASIL. Decreto n. 17943-A de 12 de outubro de 1927. **Código de Menor**. Brasilia, DF. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: 05.01.2018.

BRASIL. **Decreto-lei n.** 3.2848 de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Câmara dos Deputados Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm.htm. Acesso em: 08.01.2018.

BRASIL. **Decreto-lei n.** 3.689 de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal.** Câmara dos Deputados Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em: 08.01.2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 29/08/2018.

BRASIL. Relatório final da comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes. Câmara dos Deputados. Brasília, DF. Diário do Congresso Nacional, Brasília, ano XLVII, supl. B ao DCN n. 69, 19 de maio de 1992.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm Acesso em: 01/09/2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o extermínio de crianças e adolescentes**. Diário do Congresso Nacional, Brasília, ano XLVII, supl. B ao DCN n. 69, 19 de maio de 1992. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19MAI1992SUP_B.pdf#page%3D1. Acesso em: 08.08.2018.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA. Governo Federal Brasileiro. Secretaria Especial de Direitos Humanos **Resolução nº 113/2006.** Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em:http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucoes-1. Acesso em: 15.03.2017.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos-SDH. **Direitos humanos de crianças e adolescentes**: 20 anos do Estatuto. Brasília-DF: 2010a.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA. Governo Federal Brasileiro. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. 2010b. Disponível em:

http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/plano_decenal_conanda.pdf. Acesso: 1005.02.2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (1. Turma). Habeas Corpus 104669/SP. Alegação de Nulidade. Condenação baseada exclusivamente em provas colhidas no inquérito policial. Inocorrência. Decisão fundamentada em outros elementos obtidos na fase judicial. Paciente: Gilberto Germano da Silva Junior. Impetrante: Wellington Vieira Martins Junior. Coautor: Superior Tribunal Militar. Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, 26/10/2010c. Disponível em: http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28HC%24%2ESC LA%2E+E+104669%2ENUME%2E%29+OU+%28HC%2EACMS%2E+ADJ2+10466 9%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/bebjkcg. Acesso em: 03.11.2018.

BRASIL. Conselho Nacional Dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA et al. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Criança e o Adolescente**. 2013. DISPONIVEL EM:

http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes-2013/pdfs/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-contra-crianca-e-adolescentes. Acesso: 10.03.2018.

BRASIL. Conselho Nacional Dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA. Governo Federal Brasileiro. Secretaria Especial de Direitos Humanos **Resolução nº 169/2014.** Dispõe sobre a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos, em conformidade com a política nacional de atendimento da criança e do adolescente. Disponível: http://dh.sdh.gov.br/download/resolucoes-conanda/res-169.pdf-1. Acesso em: 15.03.2018.

BRASIL. Lei 13.105, 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil**. Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htmAcesso em: 29/08/2018.

BRASIL. Lei 13.431/17a, 04 de abril de 2017. Cria o **Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítimas ou testemunha de violência.** Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13431.htm. Acesso: 10.06.2017.

BRASIL. Ministério de Direitos Humanos. Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. **Disque direitos humanos**: relatório 2017b. Disponível em: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/dados-disque-100/relatorio-balanco-digital.pdf. Acesso: 24/11/2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.603**, 10 de dezembro de 2018. Regulamenta da Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de Direitos da Criança e do Adolescente vítimas ou testemunha de violência. Presidência da República. Braília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9603.htm. Acesso em: 16.12.2018

BRITO, Leila Maria Torraca de; PARENTE, Daniella Coelho. **Inquirição judicial de crianças**: pontos e contrapontos. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, 2012.

BOEIRA, Daniel Alves; MACHIESKI, Elisangela da Silva; RIBEIRO, Juliana Bender. **Castigos, revoltas e fugas**: a Fundação do Bem-estar do Menor retratada nas páginas da Folha de São Paulo 1980-1990. Aedos, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 456480, Ago, 2017.

BUARQUE, Gabriela Castello. IML Recife inaugura centro humanizado para vítimas de violência sexual. **Folhape**. Recife, 10 de outubro de 2018. Disponível em: https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2018/10/10/NWS,84040,70,44 9,NOTICIAS,2190-IML-RECIFE-INAUGURA-CENTRO-HUMANIZADO-PARA-VITIMAS-VIOLENCIA-SEXUAL.aspx. Acesso em: 12.10.2018.

CAPPELLETTI, M; GARTH, B. **Acesso à justiça**. Tradução e revisão por Elen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, reimpressão 2015.

CARDOSO, Luisa Rita. **Infância e direitos humanos na ditadura civil-militar brasileira**. 4tas Jornadas de Estudios sobre la Infancia, Buenos Aires, 2015.

CATÃO, Mariana Camila Silva. **Entre a doutrina da proteção integral e a reserva do possível:** uma análise da problemática em torno da efetivação preferencial dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes. FIDES. Vol.3, Nº. 01, jan/jun. Natal, 2012. Disponível em:www.revistafides.com/ojs/index.php/br/article/download/300/515. Acesso: 15.09.2017.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Análise de conteúdo**: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método.Inf. &Soc.:Est., João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014. Disponivel em: http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000/10871. Acesso em: 30.09.2017.

CENDHEC. Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social. A metodologia do projeto da defesa dos direitos da criança e do adolescente do cendhec. Coleção Cadernos Cendhec. Volume 21. Recife, 2008.

CENDHEC. Disponível em: https://www.cendhec.org.br/onde-atuamos. Acesso em: 20.08.2018.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil**: uma radiografia segundo dados da saúde (versão preliminar). Nota Técnica nº. 11. Brasília: Ipea, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA-CFP. **Parecer do CFP**: Conselho federal de psicologia e a prática da escuta especial de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso ou exploração sexual. 2015 Disponível em: https://site.CRFB/88p.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Parecer-CRFB/88P-Escuta-Especial-de-Crian%C3%A7as-e-Adolescentes.pdf. Acesso em: 05.02.2018

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA-CFP. **Nota técnica nº1/2018/GTEC/CG**: nota técnica sobre os impactos da ei nº 14341/2017 na atuação das psicólogas e dos psicólogos. Conselho federal de psicologia e a prática da escuta especial de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso ou exploração sexual. 2018 Disponível em: https://transparencia.CRFB/88p.org.br/crp06/legislacao/CRFB/88p-nota-tecnica-no-1-2018-gtec-cg-sobre-os-impactos-da-lei-no-13-431-2017-na-atuacao-das-psicologas-e-dos-psicologos/ Acesso em: 05.02.2018

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. **Resolução CFESS Nº 554/2009.** Dispõe sobre o não reconhecimento da inquirição das vítimas crianças e adolescentes no processo judicial, sob a Metodologia do Depoimento Sem Dano/DSD, como sendo atribuição ou competência do profissional assistente social. 2009. Disponível em:

http://www.CRFB/88ess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_554-2009.pdf. Acesso 03.04.2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA-CNJ. Diretoria de política e Estudos do Estado. **Justiça infanto-juvenil**: situação atual e critérios de aprimoramento. Resumo executivo. Brasília: Ipea, 2010a.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA-CNJ. **Recomendação nº33/2010**. Recomenda aos tribunais a criação de serviços especializados para escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência nos processos judiciais. Depoimento Especial. Diário de Justiça Eletrônico/CNJ nº 215, em 25/11/2010b. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/busca-atosadm?documento=1194. Acesso: 15.09.2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA-CNJ et al. Carta de constituição de estratégias em defesa da proteção integral dos direitos da criança e do adolescente. Diário de Justiça eletrônico/CNJ, n. 189, de 15/10/2012. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/acordos_termos/Carta_001_2012.pdf. Acesso: 14.10.2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA-CNJ. **Censo do poder judiciário 2013**: tribunal de justiça de Pernambuco. Brasília: CNJ, 2013. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf. Acesso em: 03.04.2018

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA-CNJ. **Censo do poder judiciário**: vetores iniciais e dados estatísticos. Brasília: CNJ, 2014a. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/censo-do-poder-judiciario/relatorios-portribunal acesso: 03.04.2018

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA-CNJ. Presidência. **Resolução nº 192**, de 08 de maio de 2014. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário. Brasília: CNJ, 2014b. Disponível em: http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_192_08052014_09052014145300.pdf. Acesso em: 03 de agosto de 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA-CNJ. Recomendação nº. 15/2014. Dispõe sobre a celeridade das ações penais que tenham como vítima crianças e adolescentes. Diário de Justiça Eletrônico/CNJ nº 137, de 06/08/2014c. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2050. Acesso: 15.09.2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA-CNJ. Relatório de metas do poder judiciário, 2017. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/05/e2b3f547f615250a8a2b85011f1 ae489.pdf. Acesso em: 16 de janeiro de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA-CNJ. **Justiça em números 2018**. Brasília: CNJ, 2018a. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/08/44b7368ec6f888b383f6c3de40c 32167.pdf. Acesso em: 20.09.2018.

Considerando a Meta 01¹⁷ estipulada pelo CNJ para o Judiciário Brasileiro para esse ano, a taxa julgamento das Varas foi de 97%, estando abaixo das médias atingidas pelo Judiciário Brasileiro(Tabela 01).

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ-CRP-PR. **Revista Contato.** Ano 15. Edição nº 85. Publicação Bimestral. Jav/Fev, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO -CRESS-SP. **Nota técnica**: participação de assistente social no depoimento sem dano. 2016. Disponível em: http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Nota-Tecnica-.pdf Acesso: 20.03.2018.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO -CRESS-SP. **Nota de posicionamento**: participação de assistentes sociais na função de depoimento especial, no tribunal de justiça do estado de São Paulo. 2018. Disponível em: http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/CRESS-SP-Posicionamento-Depoimento-Especial-2018_vsfinal.pdf Acesso: 20.03.2018

COSTA, Ana Paula Motta. **Os adolescentes e seus direitos fundamentais**: da invisibilidade à indiferença. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIGIÁCOMO, Murillo José. O sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente à luz da política de atendimento idealizada pela Lei nº 8.069/90. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1590. Acesso em: 10/08/2016.

DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Eduardo. **Comentários à lei nº 13.431/2017**. Ministério Público do Paraná (MPPR). Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente e da Educação (COAPCAE). Curitiba, 2018. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/lei_13431_comentada_jun 2018.pdf. Acesso em: 01.11.2018.

FERRAJOLI, Luigi. **Pasado y futuro delestado de derecho**. IN: CARBONELL, Miguel. Op. Cit., 2003.

FARINELLI, Carmen Cecilia; PIERINI, Alexandre José. O sistema de garantia de direitos e a proteção integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. **Revista o social em questão** - Ano XIX - nº 35 – 2016. Revista do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em:

¹⁷ **Meta 1:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

file:///e:/mestrado%20direitos%20humanos/2017/projeto/sistema%20de%20garantia s_farinelli_pierini.pdf. Acesso em 08/09/2016.

FERREIRA, Helder; FONTOURA, Natália de Oliveira. **Sistema de justiça criminal no Brasil**: quadro institucional e um diagnóstico de sua atuação. Brasília: IPEA, 2008.

FLICK, Uwe **Qualidade na pesquisa qualitativa**: Coleção Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FÓRUM CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS E TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA. Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) e a Escola Judicial de Pernambuco (ESMAPE), 05 de abril de 2018. Arquivo eletrônico. Recife: TJPE, 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

FREITAS, Amailson Sandro de; BARROS, Maria de Fátima Quintal de. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. Pensando Famílias, 19(2), dez. 2015, (102-114). Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a09.pdf. Acesso em: 20.08.2018

FRONER, Janaina Petry; RAMIRES, Vera Regina Rohnelt. A escuta de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar na concepção de profissionais que atuam no âmbito do Judiciário. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, ago. 2009.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W. & GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Vozes, 2010.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadores). **Métodos de pesquisa**. Série Educação a Distância. UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. 3.reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Maria João; SANI, Ana. **A participação da criança na justiça:** estudo com crianças expostas à violência doméstica. Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente. Lisboa, 2015. Disponível em: http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/rpca/article/view/1978. Acesso em: 20.03.2018.

GOODMAN, G. S. *et al.* Crianças vítimas no sistema judiciário: como garantir a precisão do testemunho e evitar a revitimização. In SANTOS, B. R. GONÇALVES, I. B. **Depoimento sem medo: culturas e práticas não revitimizantes** — uma

cartografia das experiências de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes. São Paulo, SP: Childhood Brasil, 2009.

HORCAJADAS, Maria Isabel Arias *et al.* **Save the children**. Casos de Marqueting Público não Lucrativo. Nº.1, 2014. Disponível em: http://www.grupomio.org/wp-content/uploads/RC1.13.pdf. Acesso: 30.09.2017.

HUNT, Lyn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IMPLANTADAS nesta segunda-feira a 2ª vara de crimes contra a criança e o adolescente. **Folha de Pernambuco digital**. Recife, 08 de setembro de 2008.

JARDIM, Afrânio Silva. AMORIM; Pierre Souto Maior Coutinho de. **Direito processual penal**: estudos e pareceres I Afrânio Silva Jardim. - 12. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

JUIZ INSTALA vara criminal contra criança e adolescente. **Diário Oficial de Pernambuco**. Poder Judiciário. Ano XXXIII, nº14, p.01. Recife, sábado, 20 de janeiro de 1996.

KNOW VIOLENCE IN CHILDHOOD. Ending Violence in Childhood. Global Report 2017. Know Violence in Childhood. New Delhi, India. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5a ed. ver. ampl, São Paulo, Atlas, 2009.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 2ed..Petropolis, RJ:Vozes, 2010 (Coleção Sociologia).

LUNA, Maria José de Matos; LIMA, Sara de Oliveira Silva. A contribuição do cendhec na construção do sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente. Anais do III Seminário Internacional do Observatório dos Movimentos Sociais na América Latina (SIOMSAL). Volume III. Caruaru/PE, 2017. Disponível em: https://goo.gl/YHnbVp. Acesso em: 22.07.2018.

MACHADO, Martha de Toledo. A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos. Barueri: Manole, 2003.

MACHADO, Bruno Amaral. **Justiça criminal**: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões. 1 ed. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

MENDES, Élio Braz. Direitos humanos e o estatuto da criança e do adolescente: comentários do livro I, parte geral, artigos 1º a 85. *In*: **Crianças e adolescentes**: do tempo da assistência à era dos direitos. Humberto Miranda (organizador). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MENDÉZ, Emílio Garcia. Infancia, ley y democracia: una cuestión de justicia. *In*: UNICEF. **Justicia y derechos del niño**.Nun. 9. Santiago, Chile,

2007.http://unicef.cl/web/justicia-y-derechos-del-nino-n-9-septiembre-2007. Acesso: 14.09.2017.

MENDONÇA, Valéria Nepomuceno Teles de. Os movimentos sociais pela promoção e garantia dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes. *In*: **Crianças e adolescentes**: do tempo da assistência à era dos direitos. Humberto Miranda (organizador). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

MEYER, John W; ROWAN, Brian. **Institutionalized Organizations**: Formal Structure as Myth and Ceremony. The American Journal of Sociology, Vol. 83, No. 2 (Sep., 1977). Disponível em: http://web.unitn.it/files/download/12401/americal_journal_of_sociology_83_1977_me yer.pdf. Acesso: 02.10.2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO (MPPE). 24ª e 43ª Promotorias de Justiça Criminais da Capital. **Ata de audiência pública**, realizada em 18 de agosto de 2017a. (mimeo).

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO (MPPE). **Ata da reunião setorial**, realizada em 24 de novembro de 2017b. (mimeografado)

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO (MPPE). **Ata da reunião setorial**, realizada em 02 de fevereiro de 2018a.(mimeografado)

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO (MPPE). Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e Juventude e as Promotorias Criminais, **Nota Técnica Conjunta nº 01/2018**, em 06 de novembro de 2018b. Disponível em: http://www.mppe.mp.br/mppe/institucional/caops/caop-defesa-da-infancia-e-juventude/material-apoio-caop-infancia-juventude/category/610-notas-tecnicas Acesso em: 15.11.2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MOLLER, Daniela. DINIZ; Tânia Maria Ramos de Godoi. **Nota técnica sobre o exercício profissional de assistentes sociais e as exigências para a execução do depoimento especial.** Conselho Federal de Serviço Social-CRFB/88ESS. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.CRFB/88ess.org.br/arquivos/notatecnica-depoimentoespecia2018.pdf. Acesso em: 10.10.2018

NEVES, M. **Entre têmis e leviatã**: uma relação difícil: o estado democrático de direito a partir e além de Luhmann e Habermas. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

NOGUEIRA NETO, Wanderlino. **Dezenove anos do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. INESC. Setembro. 2009. Acesso: http://www.inesc.org.br/projeto-onda/biblioteca/textos/duas-decadas-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil. Em: 01.05.2017

NOVAS VARAS agilizarão processos contra crianças e adolescentes. **Diário de Pernambuco**. Recife, 09 de setembro de 2008. Vida Urbana, C1.

OLIVEIRA, Denize Cristina. **Análise de conteúdo temático- categorial**: Uma proposta de sistematização. Rev. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2008 out/ dez; 16(4):569-76.

OLIVEIRA, Thiago Almeida de et al. A doutrina da proteção integral da criança e do adolescente nas duas décadas de estatuto: ruptura concreta com o passado ou mero simbolismo em tema de direitos fundamentais infantojuvenis? Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery. N.9, jul/dez 2010. Disponível em: http://re.granbery.ed.br. Acesso: 20.09.2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE- OMS. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS -ONU. **Declaração dos princípios básicos de justiça relativos ás vítimas da criminalidade e de abuso de pode**r(Resolução 40/34), 1985.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS -ONU. **Convenção internacional sobre os direitos da criança de 1989**. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm. Acesso em: 20/07/2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS -ONU. **Diretrizes para a justiça em assuntos envolvendo crianças vítimas ou testemunhas de crimes**, 2005. Disponível em: w.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/onu/resolucao_20_2005_ecosoc_onu__port .pdfAcesso em: 20.02.2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS -ONU. **Directrices sobre las modalidades alternativas de cuidado de los niños**. Disponível em: https://www.unicef.org/uruguay/spanish/Implementacion_de_las_Directrices_sobre_l as_modalidades_alternativas_de_cuidado_de_los_ninos.pdf Acesso: 21.03.2018

PERNAMBUCO. **Projeto de Lei nº 413**, 11 de maio de 1992. Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) .Diário oficial de Pernambuco. Diário do Poder Legislativo. Ano XIX, nº 87, p.04. Recife, quarta, de 13 de maio de 1992a.

PERNAMBUCO. **Lei nº 10.756**, de 12 de junho de 1992b. Disponível em: http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=1878&tipo=Acesso em: 08.10.2017.

PERNAMBUCO. **Decreto Lei 17.495**, de 13 de maio de 1994. Decreto-lei nº 17.495, de 13 de maio de 1994. Diário oficial de Pernambuco. Diário do Poder Executivo, Ano LXXI, nº 87, p.05. Recife, sábado, 14 de maio de 1994a.

PERNAMBUCO. **Lei Complementar Nº. 12**, de 27 de dezembro de 1994b. Disponível em: http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=4390&tipo=Acesso em: 15.10.2017.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça de Pernambuco (1ª Câmara Criminal). **CC 70986-6**. Recife, 19 de maio de 2001. Suscitante: juízo de direito da Vara Privativa

de Crimes contra Criança e o Adolescente da Capital. Suscitado: 1ª Juizado Especial Criminal de Recife. Relator: Des. Dário Rocha. Disponível em: ttp://www.tjpe.jus.br/consulta/processual/2grau#_48_INSTANCE_BjuB5EW1YK5q_ %253Dhttp%25253A%25252F%. Acesso em: 08 de outubro de 2018.

PERNAMBUCO. **Lei Complementar nº 100/2007**, 21 de novembro de 2007. Disponível em: http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=3720&tipo= Acesso em: 08.10.2018.

PERNAMBUCO. **Lei Complementar nº 138/2009**, de 06 de janeiro de 2009. Disponível em: http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=5020. Acesso em: 15.10.2018.

PERNAMBUCO. 2ª Vara de Crime contra Criança e Adolescente (justiça estadual). Decisão, em 10 de dezembro de 2014a. Processo nº 00888082-68.2014.8.17.0001. vítima maior de 14 anos. Relação assimétrica de gênero. Competência Vara de Violência Doméstica da Capital. Magistrado: Gleydson Gleber de Lima Pinheiro. **Sistema Judwuin.** Recife, 2014a.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça de Pernambuco (4ª Câmara Criminal). **CC 0005847-47.2014.8.17.0000.** Recife, 27 de agosto de 2014b. Suscitante: juízo de direito da 1ª Vara de Crimes contra Criança e o Adolescente da Capital. Suscitado: juízo de direito do 7ª Vara Criminal da Capital. Relator: Des. Nivaldo Mulatinho. Disponível em: http://www.tjpe.jus.br/consulta/processual/2grau#_48_INSTANCE_BjuB5EW1YK5q_ %253Dhttp%25253A%25252F%25252F. Acesso em: 08 de outubro de 2018. (ver na vara o suscitado) Foi melhor, houve desvio de decisão?

PERNAMBUCO. **Lei 15.539**, de 1º de julho de 2015. Altera o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, define nova Política de Valorização Funcional dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco. Disponível em: http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=11190&tipo=. Acesso em: 16.10.2018.

PERNAMBUCO. Policia Civil de Pernambuco. **Departamento de polícia da criança e do adolescente**. Disponível em: http://www.policiacivil.pe.gov.br/dpca/. Acesso em: 12.08.2018.

PINTO, Renatto Marcello de Araújo; COSTA, Milena Raiter. **Acesso à Justiça**: Um direito humano! Oito histórias de crianças e adolescentes e suas famílias em busca de justiça. Recife: Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social, 2012.

PORTO, César Maia. Evolução dos direitos humanos. *In*: CENTRO DOM HELDER CÂMARA DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL. CENDHEC. **Sistema de Garantia de Direitos:** um caminho para a proteção integral. Recife: CENDHEC, 1999.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Lei nº 9896, de 09 de junho de 1993. **Lei que cria os juizados regionais da infância e da juventude**. Disponível em:

http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=14670&Texto=&Origem= Acesso: 02.10.2017.

ROSSATO, Luciano Alves. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**: lei 8.069/1990: artigo por artigo. 6.ed. ver., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

ROQUE, Eliana Mendes de Souza Teixeira et al. Sistemas de justiça e a vitimização secundária de crianças e ou adolescentes acometidas de violência sexual intrafamiliar. Saúde Soc. São Paulo, v.23, n.3, p.801-813, 2014.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**, 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; MAGALHAES, Daniella Rocha; GONÇALVES, Itamar Batista. Centros de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas de violência: boas práticas e recomendações para uma política pública de Estado. Childhood Brasil. São Paulo: Instituto WCRFB/88/Brasil, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Editora Cortez, Coleção Questões da nossa época, volume 134. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos democracia e desenvolvimento**. Livro Eletrônico. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Lygia Maria Pereira da. A prevenção da violência sexual intrafamiliar contra a crianças e adolescentes, sob a ótica dos membros do poder judiciário. 215f. Tese (Doutorado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2010.

SOUZA, Jadir Cirqueira de. A efetividade dos direitos da criança e do adolescente. São Paulo: Pillares, 2008.

SOUZA, Manoela Poliana Eleutério de. **O acesso à justiça para crianças e adolescentes vítimas de violência:** limites e possibilidades a partir de 20 casos exemplares. Recife: Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social, 2013. 104p. ISBN 978-85-89162-05-0.

SPOSATO, Karyna Batista. **Criança, democracia e neoconstitucionalismo no Brasil.** Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010. Disponível em:

http://150.162.138.7/documents/103;jsessionid=ED6D4C48815F4EEE28FE099B5F3 C2E13Acesso: 20.08.2017.

STEIN, Lilian Milnitsky; PERGHER, Giovanni Kuckartz; FEIX, Leandro da Fonte. **Desafios da oitiva de crianças e adolescentes:** técnica de entrevista investigativa. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Childhood Brasil, 2009. Acesso em 27 de julho de 2018. Disponível em http://www.bancadigital.com.br/sedh/reader2/?pID=3.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). **Tarefas Cartorárias**. Avaliação do Estágio Probatório. Resolução 243, de 24 de outubro de 2008. Disponível em: https://www.tjpe.jus.br/Intranet/avalia_desemp/lista_tarefas.asp. Acesso em: 15.09.2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). Gabinete da Presidência. **Portaria nº. 215,** de 10 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a criação, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, da Central de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência. Diário de Justiça Eletrônico nº. 128/2009. Disponível em: https://www.tjpe.jus.br/dje/djeletronico. Acesso em: 05.07.2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). Conselho de Magistratura. **Provimento nº 07**, de 13 de maio de 2010. Dispõe sobre a operacionalização, no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco, do procedimento a ser adotado nas inquirições a serem realizadas perante a Central de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, sob a denominação de "Depoimento Acolhedor". Diário de Justiça Eletrônico nº. 089/2010a. Disponível em: https://www.tjpe.jus.br/dje/djeletronico. Acesso em: 05.07.2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). Gabinete da Presidência. **Portaria nº. 47,** de 16 de junho de 2010b. Dispõe sobre a criação, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, da Central de Depoimento Acolhedor de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência. Diário de Justiça Eletrônico nº. 112/2010. Disponível em: https://www.tjpe.jus.br/dje/djeletronico. Acesso em: 05.07.2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). Portaria conjunta nº. 01/2009 dos juízes da 1ª e 2ª vara de crimes contra a criança e o adolescente, de 21 de julho de 2010c. Institui o Centro de Referência Interprofissional na atenção à criança e ao adolescente vítimas da Capital-CRIAR. Diário de Justiça Eletrônico nº 129/2010. Disponível em: https://www.tjpe.jus.br/dje/djeletronico. Acesso em: 05.07.2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). Centro de Referência Interprofissional na atenção à criança e ao adolescente vítima da Capital (CRIAR). Proposta de atuação da equipe interprofissional do CRIAR frente à ouvida de criança e adolescente vítimas de violências nos processos da 1ª e 2ª VCCCA da capital. Recife, 2010d (mimeografado).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). **Indicadores de Meta,** 2017 Disponível em: https://www.tjpe.jus.br/tjpemetas/xhtml/metas.xhtml.Acesso em: 10.01.2019.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). **Instrução normativa nº 06**, de 11 de setembro de 2012. Disponível em: http://www.tjpe.jus.br/documents/1308007/1500311/Instru%C3%A7%C3%A3o+Norm ativa+06-2012.pdf/f7565af6-5549-4450-876a-3be45f44ac58. Acesso em: 10.08.2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). Conselho de Magistratura. **Provimento nº 04/2015**, de 19 de março de 2015. Alterar a redação dos artigos 9º e 10 e seus parágrafos, do Provimento nº 07, de 13 de maio de 2010. Diário de Justiça Eletrônico nº. 053/2015. Disponível em: https://www.tjpe.jus.br/dje/djeletronico. Acesso em: 05.07.2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). **Regimento interno da corregedoria geral de justiça**. Disponível em: http://www.tjpe.jus.br/documents/10180/150173/Regimento+Interno+da+Corregedori a/8baaa9bb-4fbd-461e-b277-450ca150f825. Acesso: 01.10.2018a.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). Conselho de Magistratura. **Provimento nº 01/2018,** de 05 de junho de 2018b. Altera o Provimento nº 07, de 13 de maio de 2010, para dispor sobre a regulamentação, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, das Salas de Depoimento Acolhedor de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Recife, de Camaragibe, de Petrolina, de Caruaru e as unidades provenientes da expansão deste serviço, bem como, após sua implantação, o Depoimento Acolhedor Itinerante. Diário de Justiça Eletrônico nº. 104/2018. Disponível em: https://www.tjpe.jus.br/dje/djeletronico. Acesso em: 05.07.2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). Coordenadoria da Infância e da Juventude. **Portaria nº 01/2018**, de 11 de junho de 2018c. Dispõe sobre a operacionalização, no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco, do procedimento a ser adotado nas escutas a serem realizadas perante as Salas de Depoimento Acolhedor de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência de Recife, de Camaragibe, de Petrolina, de Caruaru e as unidades provenientes da expansão deste serviço, bem como, após sua implantação, o Depoimento Acolhedor Itinerante. Disponível em: https://www.tjpe.jus.br/dje/djeletronico. Acesso em: 05.07.2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). Coordenadoria da infância e juventude. **Infância e juventude.** Disponível em: http://www.tjpe.jus.br/web/infancia-e-juventude. http://www.tjpe.jus.br/web/infancia-e-juventude. Acesso em: 10.08.2018d.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). Escola Judicial de Pernambuco (Esmape). **Cursos**: aperfeiçoamento de servidores. Disponível em:

http://www.tjpe.jus.br/web/escolajudicial/cursos/aperfeicoamento-deservidores/editais-publicados. Acesso em: 16.10.2018e.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO (TJPE). Corregedoria de Justiça. Sistema de Comunicação da Corregedoria- SICOR-ATI. **Monitoramento das varas.** Recife, 2018f. Disponível em: https://tjpe.jus.br/sicor/mon/vara. Acesso em: 01.10.2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS- TJMG. **BH** terá centro integrado para jovens vítimas de violência. 2017. Disponível em: http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/bh-tera-centro-integrado-para-jovens-vitimas-de-violencia.htm#.Wt52XX9v_IV. Acesso: 23.04.2018

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Varas especializadas e infância. Brasília: Unicef, 2004. (Coleção em defesa dos direitos da criança e do adolescente).

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Histórico**. 2017.Sitio eletrônico. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9489.html. Acesso: 13.10.2017

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Um rosto familiar**: A violência na vida de crianças e adolescentes. 2017. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/EVAC_SummaryBrochure_Portugues_Final.pdf Acesso: 10.03.2018.

UNICEF; UNODC. Fundo das Nações Unidas para a Infância Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Manual sobre la justicia en assuntos concernientes a los niños víctimas y testigos de delitos para uso deprofesionales y encargados de la. formulación de políticas, 2010. Disponível em:

https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/crimeprevention/Handbook_for_Proffesionals_and_Policymakers_Spanish.pdf Acesso em: 20.02.2018.

VARGAS, Joana Domingues; RODRIGUES, Juliana Neves Lopes. **Controle e Cerimônia**: o inquérito policial em um sistema de justiça criminal frouxamente ajustado. Revista Sociedade e Estado - Volume 26 Número 1, 2011.

VARGAS, Joana Domingues. Fluxo do sistema de justiça criminal. *In*: LIMA, Renato Sergio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Orgs.). **Crime, justiça e polícia no Brasil**. São. Paulo: Contexto, 2014.

VASCONCELOS, Maria Gorete Medeiros(coord); ANDRADE, Fernanda; CORREIRA, Joelma de Souza. **Sistematização da Metodologia do CEPARVS**: Centro de Estudos, Pesquisas e Atendimentos Relativos à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: caderno de metodologia São Paulo: CHILDHOOD-Instituto WCRFB/88-Brasil, 2012.

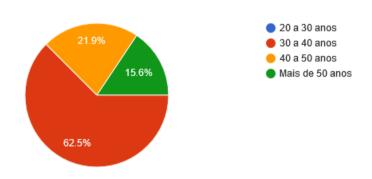
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS SERVIDORES DAS VCCCA

FORMAÇÃO DOS SERVIDORES DAS VARAS DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DO RECIFE/PE

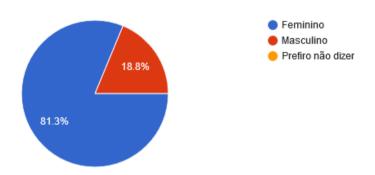
INFORMAÇÕES PESSOAIS

1.QUAL A SUA FAIXA ETÁRIA?

32 responses

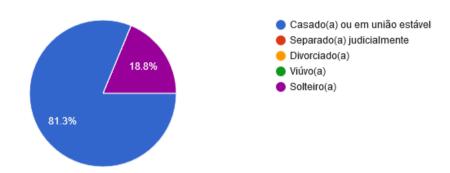


2. QUAL O SEU SEXO?



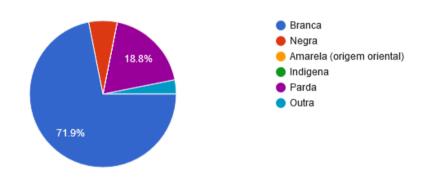
3. QUAL O SEU ESTADO CIVIL?

32 responses

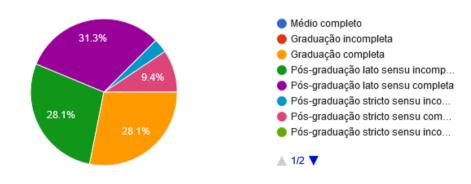


4. QUAL A RAÇA QUE VOCÊ SE IDENTIFICA?

32 responses

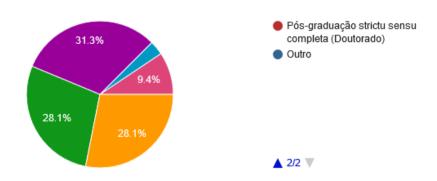


5. QUAL O SEU NÍVEL DE ESCOLARIDADE?



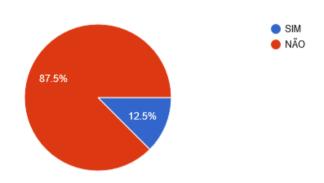
5. QUAL O SEU NÍVEL DE ESCOLARIDADE?

32 responses

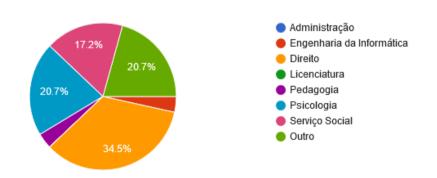


6. VOCÊ COMPLETOU MAIS DE UM CURSO SUPERIOR?

32 responses



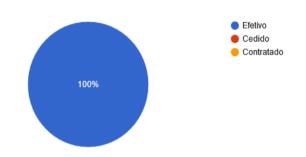
7. QUAL DESSES CURSOS SUPERIORES VOCÊ CONCLUIU PRIMEIRO?



INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS

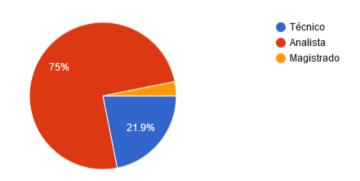
9. QUAL O SEU VÍNCULO COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO(TJPE)?

32 responses

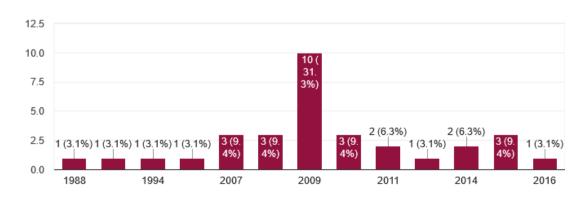


10. QUAL SEU CARGO NO TJPE?

32 responses

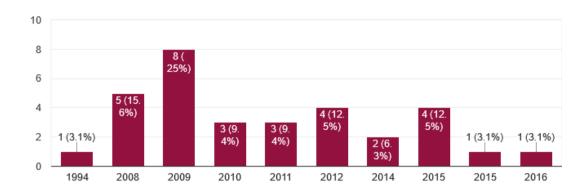


11. QUAL ANO VOCÊ FOI NOMEADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO?



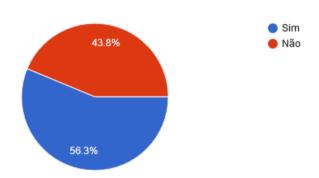
12. QUAL ANO VOCÊ FOI LOTADO NA VARA OU DESIGNAÇÃO PARA O DEPOIMENTO ACOLHEDOR?

32 responses

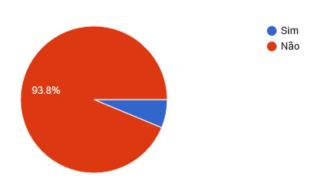


13. TRABALHOU EM OUTRO SETOR DO TJPE ANTES DE SER LOTADO NA VARA OU DEP.ACOLHEDOR?

32 responses



14. VOCÊ EXERCE OUTRA ATIVIDADE PROFISSIONAL ALÉM DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO?

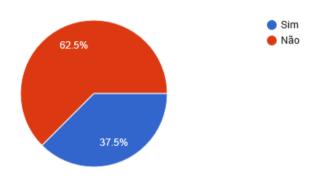


15 QUAL A OUTRA ATIVIDADE PROFISSIONAL QUE VOCÊ EXERCE? (Responder apenas se marcou SIM na questão 14)2 responses
Professor e Clínica

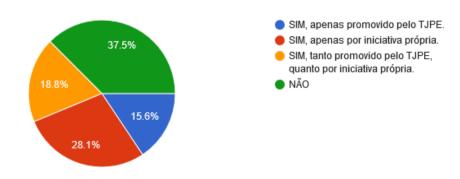
INFORMAÇÕES SOBRE FORMAÇÃO PARA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

16 NA GRADUAÇÃO OU PÓS-GRADUAÇÃO, VOCÊ CURSOU ALGUMA DISCIPLINA SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE?

32 responses

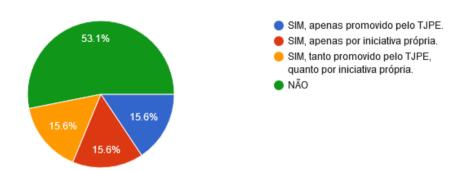


17 VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUM CURSO ESPECÍFICO SOBRE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE?



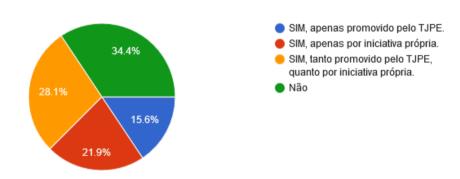
18 VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUM CURSO ESPECÍFICO SOBRE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE CRIME?

32 responses

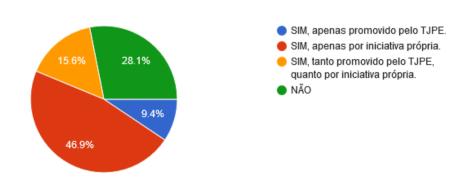


19 VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUM CURSO SOBRE A ÁREA QUE VOCÊ ATUA NA VARA?

32 responses

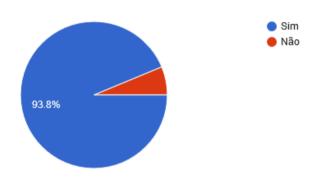


20 VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUM CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM 2017?

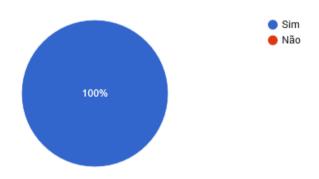


21 VOCÊ TEM INTERESSE EM APROFUNDAR SEUS CONHECIMENTOS SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E D...ÍTIMAS E TESTEMUNHAS DE CRIMES?

32 responses



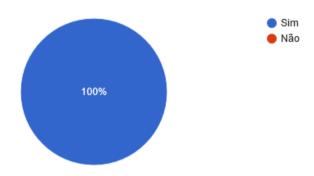
22 VOCÊ CONSIDERA NECESSÁRIA A PROMOÇÃO DE CURSOS ESPECÍFICOS SOBRE CRIANÇAS E AD...ANÇA E O ADOLESCENTE DE RECIFE?



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar voluntariamente da pesquisa intitulada "Proteção integral à Criança e ao Adolescente e ...gação e os procedimentos envolvidos.

32 responses



Obrigada pela participação!